



RELATÓRIO & CONTAS

SEGUNDO TRIMESTRE E PRIMEIRO SEMESTRE DE 2010

Do sucesso para novos desafios



ÍNDICE

Sumário executivo.....	3
Principais indicadores	4
Bases de apresentação da informação	5
Envolvente de mercado	6
Informação financeira.....	9
1. Demonstração de resultados	9
2. Análise da demonstração de resultados	10
3. Situação financeira	16
4. Cash flow	18
5. Investimento	19
Informação por segmentos.....	20
1. Exploração & Produção	20
2. Refinação & Distribuição	22
3. Gas & Power	25
Acção Galp Energia	28
Eventos do primeiro semestre de 2010.....	30
Eventos após o encerramento do primeiro semestre de 2010	33
Reconciliação entre valores IFRS e valores replacement cost ajustados.....	34
1. Resultado operacional replacement cost ajustado por segmento.....	34
2. EBITDA replacement cost ajustado por segmento.....	34
3. Eventos não recorrentes	35
Demonstração de resultados consolidados trimestrais.....	38
Declaração do conselho de administração	39
Anexos.....	40
1. Órgãos sociais	40
2. Declarações e menções obrigatórias.....	41
3. Contas consolidadas	42
4. Relatórios, opiniões e pareceres	96
4. Informação adicional	99

SUMÁRIO EXECUTIVO

No primeiro semestre de 2010, o resultado líquido *replacement cost* ajustado (RCA) da Galp Energia aumentou 72% em relação ao período homólogo de 2009, para €174 milhões. O resultado líquido RCA do segundo trimestre de 2010 foi de €109 milhões.

Todos os segmentos de negócio melhoraram o seu desempenho, com destaque para a actividade de Exploração & Produção e Refinação & Distribuição, esta última devido ao aumento da margem de refinação e do volume de crude processado, influenciados negativamente no ano anterior pelo incidente na refinaria de Sines.

SÍNTESE DOS RESULTADOS – SEGUNDO TRIMESTRE E PRIMEIRO SEMESTRE 2010

- A produção *working interest* de crude aumentou 43% em relação ao período homólogo de 2009 para 19,1 mil barris diários, para o que contribuíram os projectos Tupi e CPT Tômbua-Lândana; no segundo trimestre, a produção aumentou 7% face ao trimestre anterior, para 19,8 mil barris diários;
- A margem de refinação da Galp Energia no primeiro semestre de 2010 foi de Usd 3,0/bbl; no segundo trimestre de 2010, a margem de refinação foi de Usd 3,4/bbl, influenciada pela recuperação das margens de refinação nos mercados internacionais;

- A distribuição de produtos petrolíferos manteve a sua contribuição positiva para os resultados, com o aumento da actividade em Espanha;
 - As vendas de gás natural aumentaram 4% em relação ao período homólogo de 2009, para 2.284 milhões de metros cúbicos, 72% das quais no mercado liberalizado; no segundo trimestre de 2010 o volume vendido foi de 1.105 milhões de metros cúbicos, com destaque para o consumo de 62 milhões de metros cúbicos pela central de cogeração da refinaria de Sines;
 - O EBITDA RCA no primeiro semestre de 2010 foi de €454 milhões, dos quais 44% tiveram origem no segmento de negócio de Refinação & Distribuição; no segundo trimestre, o EBITDA RCA foi de €277 milhões, face aos €133 milhões do segundo trimestre de 2009;
 - O resultado líquido RCA foi de €174 milhões, ou seja, €0,21 por acção, dos quais €0,13 no segundo trimestre de 2010;
 - O investimento no primeiro semestre de 2010 foi de €479 milhões, 60% dos quais no segundo trimestre de 2010. Em ambos os períodos, destinou-se predominantemente ao projecto de conversão das refinarias.
-

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

PRINCIPAIS INDICADORES

INDICADORES FINANCEIROS

Milhões de euros

Segundo trimestre					Primeiro Semestre			
2009	2010	Var.	% Var.		2009	2010	Var.	% Var.
174	368	194	111,7%	EBITDA	316	589	273	86,6%
118	285	167	141,9%	EBITDA RC ¹	266	457	191	71,9%
133	277	144	108,9%	EBITDA RCA²	286	454	168	58,7%
104	233	129	123,3%	Resultado operacional	169	372	203	120,5%
48	150	102	210,3%	Resultado operacional RC ¹	119	240	121	102,0%
57	158	101	177,7%	Resultado operacional RCA²	132	253	122	92,3%
93	162	69	74,6%	Resultado líquido	137	260	123	90,2%
52	102	50	96,8%	Resultado líquido RC ¹	96	163	67	69,0%
52	109	57	109,7%	Resultado líquido RCA²	101	174	73	71,7%

¹ Resultados *replacement cost* excluem efeito *stock*

² Resultados *replacement cost* ajustados excluem efeito *stock* e eventos não recorrentes

INDICADORES DE MERCADO

Segundo trimestre					Primeiro Semestre			
2009	2010	Var.	% Var.		2009	2010	Var.	% Var.
1,3	1,9	0,6	43,2%	Margem <i>cracking</i> de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	2,3	1,9	(0,3)	(15,2%)
(0,5)	0,6	1,1	s.s.	Margem <i>hydroskimming</i> + aromáticos + óleos base de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	1,1	0,5	(0,6)	(57,6%)
27,6	38,5	10,9	39,3%	Preço de gás natural NBP do Reino Unido ² (GBP/therm)	37,2	37,1	(0,1)	(0,3%)
37,0	35,0	(2,0)	(5,5%)	Preço pool espanhola ² (€/MWh)	40,0	30,2	(9,8)	(24,5%)
58,8	78,3	19,5	33,2%	Preço médio <i>Brent date d</i> ³ (Usd/bbl)	51,6	77,3	25,7	49,8%
1,36	1,27	(0,1)	(6,6%)	Taxa de câmbio média ² Eur/Usd	1,33	1,33	(0,0)	(0,5%)
1,51	0,98	(1 p.p.)	s.s.	Euribor - seis meses ² (%)	1,81	0,97	(1 p.p.)	s.s.

¹ Fonte: Platts. Para uma descrição completa da metodologia de cálculo das margens de Roterdão vide "Definições"

² Fonte: Bloomberg

³ Fonte: Platts

INDICADORES OPERACIONAIS

Segundo trimestre					Primeiro Semestre			
2009	2010	Var.	% Var.		2009	2010	Var.	% Var.
13,4	19,8	6,4	47,8%	Produção média <i>working interest</i> (kbbbl/dia)	13,3	19,1	5,8	43,5%
9,3	10,9	1,6	17,1%	Produção média <i>net entitlement</i> (kbbbl/dia)	8,9	11,8	2,9	33,1%
1,6	3,4	1,8	118,1%	Margem de refinação Galp Energia (Usd/bbl)	2,0	3,0	1,0	49,8%
3,2	3,2	(0,0)	(0,3%)	Matérias-primas processadas (milhões ton)	5,2	6,4	1,2	22,9%
2,8	2,6	(0,2)	(8,5%)	Vendas <i>oil</i> clientes directos (milhões ton)	5,6	5,2	(0,4)	(7,4%)
1.115	1.105	(9)	(0,8%)	Vendas de gás natural (milhões m ³)	2.189	2.284	94	4,3%
134	311	178	133,1%	Vendas de electricidade à rede ¹ (GWh)	277	608	331	119,8%

¹ Inclui empresas que não consolidam mas nas quais a Galp Energia detém uma participação significativa

Nota: Os resultados apresentados neste relatório identificados como *replacement cost adjusted* (RCA), excluem ganhos ou perdas com efeito *stock* e eventos não recorrentes ou, no caso dos resultados *replacement cost* (RC), apenas o efeito *stock*. Estes resultados não foram sujeitos a auditoria.

BASES DE APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas, e sujeitas a revisão limitada, da Galp Energia relativas aos seis meses findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 foram elaboradas em conformidade com as IFRS. A informação financeira referente à demonstração de resultados consolidados é apresentada para os trimestres findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 e para os semestres findos nestas datas. A informação financeira referente à situação financeira consolidada é apresentada às datas de 30 de Junho de 2010, 31 de Março de 2010 e 31 de Dezembro de 2009.

As demonstrações financeiras da Galp Energia são elaboradas de acordo com as IFRS e o custo das mercadorias vendidas e matérias-primas consumidas é valorizado a CMP. A utilização deste critério de valorização pode originar volatilidade nos resultados em momentos de oscilação dos preços das mercadorias e das matérias-primas através de ganhos ou perdas em *stocks*, sem que tal traduza o desempenho operacional da empresa. Este efeito é designado efeito *stock*.

Outro factor que pode afectar os resultados da empresa sem ser um indicador do seu verdadeiro desempenho é o conjunto de eventos de natureza não recorrente, tais como ganhos ou perdas na alienação de activos, imparidades ou reposições de imobilizado e provisões ambientais ou de reestruturação.

Com o objectivo de avaliar o desempenho operacional do negócio da Galp Energia, os resultados operacionais e os resultados líquidos RCA excluem os eventos não recorrentes e o efeito *stock*, pelo facto de o custo das mercadorias vendidas e matérias-primas consumidas ter sido apurado pelo método de valorização de custo de substituição, designado replacement cost (RC).

Os resultados apresentados como RC, RCA e as reconciliações entre estes e os valores IFRS, bem

como toda a informação trimestral, apresentada neste relatório, não foram sujeitos a revisão limitada.

As actividades e os resultados da Galp Energia estão sujeitos aos riscos das circunstâncias concorrenciais, económicas, políticas, jurídicas, regulamentares, sociais, sectoriais, financeiras e dos negócios em geral se alterarem. Os investidores devem considerar cuidadosamente estes riscos uma vez que eles podem ter um efeito negativo substancial, separada ou conjuntamente, nos resultados das actividades da Galp Energia e na sua situação financeira. Para uma descrição detalha destes riscos consulte o Relatório e Contas 2009.

ALTERAÇÕES RECENTES

Em Janeiro de 2010, o factor de conversão utilizado na conversão de Usd/ton para Usd/bbl, das margens de refinação *benchmark*, foi alterado de 7,58 para 7,55. Esta alteração foi repercutida no primeiro semestre e no segundo trimestre de 2009 de modo a tornar os períodos comparáveis.

No primeiro trimestre de 2010, a Galp Energia alterou a política de contabilização dos subsídios ao investimento concedidos por organismos estatais. Até ao final de 2009, a Galp Energia registava os subsídios ao investimento por dedução ao valor dos activos. A partir de Janeiro de 2010, o registo dos subsídios passou a ser contabilizado no passivo como proveito diferido.

Em Janeiro de 2010, tendo em conta que a actividade regulada de gás natural da Galp Energia, pelo facto de ser concessionada pelo Estado português, está abrangida pela interpretação IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços, a Galp Energia transferiu os activos tangíveis afectos àquela actividade, sem afectar a sua vida útil, para a rubrica Acordos de serviço de concessão nos activos intangíveis.

ENVOLVENTE DE MERCADO

BRENT

O valor médio do *dated Brent* no primeiro semestre de 2010 foi de Usd 77,3/bbl, um aumento de 50% face ao período homólogo de 2009, quando o preço do petróleo estava em mínimos dos últimos cinco anos. Esta subida deveu-se, sobretudo, ao aumento das expectativas de retoma da economia mundial em comparação com o mesmo período de 2009 e à gestão da produção pela OPEP.

No segundo trimestre, o valor médio do *dated Brent* foi de Usd 78,3/bbl, mais 3% do que no primeiro trimestre. No mês de Abril, o *dated Brent* atingiu um valor médio de Usd 84,9/bbl em resposta às expectativas de uma recuperação acelerada da actividade económica. Em Maio e Junho, o valor médio do *dated Brent* caiu para Usd 75,0/bbl com a revisão em baixa das expectativas relativas ao ritmo de recuperação da actividade económica, motivada sobretudo pela crise da dívida pública na zona euro.

PRODUTOS PETROLÍFEROS

No primeiro semestre de 2010, o valor médio do *crack* da gasolina foi de Usd 19,3/bbl, ou seja, mais 36% do que no período homólogo de 2009, uma evolução que ficou a dever-se ao aumento da procura, reflexo da melhoria dos indicadores económicos. O valor médio do *crack* da gasolina no segundo trimestre foi de Usd 18,9/bbl, praticamente em linha com o trimestre anterior, na sequência duma procura abaixo do normal para esta altura do ano, motivada pelo desemprego elevado nos Estados Unidos.

O *crack* médio do diesel foi, no primeiro semestre de 2010, de Usd 12,0/bbl, em linha com o período homólogo de 2009, para o que contribuiu o facto de os *stocks* deste produto no mercado continuarem superiores ao nível médio histórico. No segundo trimestre de 2010, o valor médio do *crack* do diesel foi de Usd 13,6/bbl, mais 32% do que no trimestre anterior, na sequência do aumento da procura,

reflexo da recuperação da actividade no sector dos transportes.

O *crack* médio do fuelóleo no primeiro semestre de 2010 foi de Usd -17,3/bbl, ou seja, menos 27% do que o valor médio do primeiro semestre de 2009. No segundo trimestre, o valor médio do *crack* do fuelóleo foi de Usd -18,2/bbl, ou seja, menos 10% do que no trimestre anterior. Estas descidas deveram-se à diminuição da procura na sequência da maior competitividade do gás natural, da maior utilização da capacidade das centrais nucleares e da reconversão de refinarias chinesas, com o consequente aumento de *stocks*.

MARGENS DE REFINAÇÃO

No primeiro semestre de 2010, a margem de *cracking* diminuiu Usd 0,3/bbl face ao primeiro semestre de 2009, enquanto a margem de *hydroskimming* diminuiu Usd 0,9/bbl no mesmo período devido ao efeito negativo da subida do *dated Brent* entre períodos.

No segundo trimestre de 2010, o valor médio da margem de *cracking* foi de Usd 1,9/bbl, o que esteve em linha com o trimestre anterior. Também a margem de *hydroskimming* que atingiu os Usd -1,0/bbl, esteve em linha com o trimestre anterior. A estabilidade entre trimestres deveu-se ao facto de a recuperação em ambas as margens de refinação nos meses de Maio e Junho ter compensado a tendência de queda do mês de Abril.

EUR/USD

Durante os primeiros seis meses de 2010, a taxa de câmbio média do euro/dólar foi de 1,33, o que correspondeu a uma estabilização face ao mesmo período de 2009. No segundo trimestre de 2010, a taxa de câmbio média do euro/dólar foi de 1,27, o que representou uma desvalorização do euro face ao dólar de 8% em relação ao trimestre anterior e de 7%

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

em relação ao trimestre homólogo de 2009, devido sobretudo à crise da dívida pública na zona euro.

MERCADO IBÉRICO

Em Portugal, o mercado de produtos petrolíferos contraiu 3% no primeiro semestre de 2010 em relação ao período homólogo de 2009, para 5,0 milhões de toneladas. Enquanto o mercado da gasolina contraiu 4% para os 0,7 milhões de toneladas, o mercado do gasóleo manteve-se estável em relação ao período homólogo de 2009 e o mercado do *jet* recuperou 8% para os 0,5 milhões de toneladas.

No segundo trimestre de 2010, os volumes no mercado de produtos petrolíferos caíram 3% face ao período homólogo de 2009 para 2,6 milhões de toneladas. Esta descida foi mais visível no mercado das gasolinas, que diminuiu 4% em relação ao segundo trimestre de 2009, para 0,3 milhões de toneladas. Por outro lado, o mercado do gasóleo, com 1,3 milhões de toneladas, esteve em linha com o segundo trimestre de 2009 e o mercado do *jet* aumentou 11% para os 0,3 milhões de toneladas.

Em Espanha, o mercado de produtos petrolíferos também teve uma evolução negativa no primeiro semestre de 2010, com uma queda de 3% face ao mesmo período de 2009, para os 29,0 milhões de toneladas. Este movimento deveu-se à contracção de 6% do mercado da gasolina para os 2,8 milhões de toneladas, uma vez que o mercado do gasóleo, com 15,9 milhões de toneladas, ficou em linha com o primeiro semestre de 2009. A tendência de quebra nos consumos deveu-se à envolvente económica adversa, com uma elevada taxa de desemprego.

No segundo trimestre de 2010, o mercado de produtos petrolíferos em Espanha diminuiu 3% face ao período homólogo de 2009, para 14,4 milhões de toneladas. A queda foi mais pronunciada no mercado de gasolina, que diminuiu 6% face ao período homólogo de 2009, para os 1,4 milhões de toneladas. O mercado do gasóleo cifrou-se nos 7,7 milhões de toneladas, um volume ligeiramente inferior ao do período homólogo do ano anterior.

O mercado português do gás natural no primeiro semestre de 2010 foi de 2.159 milhões de metros cúbicos, uma subida de 3% face ao primeiro semestre de 2009. A subida de 7% na procura no segmento industrial compensou a queda de 7% no sector eléctrico, que sofreu o efeito do aumento de produção de electricidade por via hidráulica em detrimento da geração térmica com gás natural, na sequência da pluviosidade mais elevada que caracterizou o período. No segundo trimestre de 2010, o mercado do gás natural ficou em linha com o segundo trimestre de 2009 em 1.072 milhões de metros cúbicos, apesar do segmento eléctrico e do segmento industrial apresentarem uma descida de 2% e 1%, respectivamente.

O mercado espanhol do gás natural aumentou 2% no primeiro semestre de 2010 face ao período homólogo de 2009, para 17.220 milhões de metros cúbicos. No segundo trimestre de 2010, porém, o mercado do gás natural contraiu 4% face ao período homólogo de 2009, para 7.618 milhões de metros cúbicos, devido, principalmente, à quebra do consumo do segmento eléctrico, que privilegiou a geração hidráulica.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

INDICADORES DE MERCADO

Segundo trimestre					Primeiro Semestre			
2009	2010	Var.	% Var.		2009	2010	Var.	% Var.
58,8	78,3	19,5	33,2%	Preço médio do Brent dated ¹ (Usd/bbl)	51,6	77,3	25,7	49,8%
9,1	13,6	4,6	50,3%	Crack diesel ² (Usd/bbl)	11,8	12,0	0,2	1,3%
18,5	18,9	0,3	1,9%	Crack gasolina ³ (Usd/bbl)	14,2	19,3	5,1	35,9%
(15,0)	(18,2)	(3,2)	(21,0%)	Crack fuel óleo ⁴ (Usd/bbl)	(13,7)	(17,3)	(3,7)	(26,7%)
1,3	1,9	0,6	(43,2%)	Margem cracking de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	2,3	1,9	(0,3)	(15,2%)
(1,4)	(1,0)	0,4	27,2%	Margem hydroskimming de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	(0,1)	(1,0)	(0,9)	s.s.
2,6	2,6	(0,1)	(3,1%)	Mercado oil em Portugal ⁵ (milhões ton)	5,2	5,0	(0,2)	(3,1%)
14,8	14,4	(0,4)	(2,8%)	Mercado oil em Espanha ⁶ (milhões ton)	30,0	29,0	(1,0)	(3,3%)
1.066	1.072	6,0	0,6%	Mercado gás natural em Portugal ⁷ (milhões m ³)	2.098	2.159	61	2,9%
7.937	7.618	(319)	(4,0%)	Mercado gás natural em Espanha ⁸ (milhões m ³)	16.960	17.220	260	1,5%

¹ Fonte: Platts

² Fonte: Platts; ULSD 10ppm NWE CIF ARA.

³ Fonte: Platts; Gasolina sem chumbo, NWE FOB Barges

⁴ Fonte: Platts; 1% LSFO, NWE FOB Cargoes

⁵ Fonte: DGEG

⁶ Fonte: Cores. No primeiro semestre de 2010 a informação para o mês de Junho é estimada.

⁷ Fonte: Galp Energia

⁸ Fonte: Enagas

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Milhões de euros

Segundo trimestre					Primeiro Semestre			
2009	2010	Var.	% Var.		2009	2010	Var.	% Var.
2.866	3.580	714	24,9%	Vendas e prestações de serviços	5.793	6.870	1.077	18,6%
(2.704)	(3.280)	576	21,3%	Custos operacionais	(5.511)	(6.362)	850	15,4%
12	68	56	s.s.	Outros proveitos (custos) operacionais	34	81	47	135,9%
174	368	194	111,7%	EBITDA	316	589	273	86,6%
(69)	(135)	66	94,3%	D&A e provisões	(147)	(217)	70	47,6%
104	233	129	123,3%	Resultado operacional	169	372	203	120,5%
27	18	(9)	(34,0%)	Resultados de empresas associadas	44	34	(10)	(21,8%)
0	0	(0)	(61,7%)	Resultados de investimentos	0	0	(0)	(51,7%)
(15)	(30)	(15)	(98,5%)	Resultados financeiros	(33)	(53)	(20)	(61,6%)
116	221	105	90,3%	Resultados antes de impostos e interesses minoritários	180	353	173	96,6%
(22)	(58)	36	161,5%	Imposto sobre o rendimento	(40)	(91)	51	126,5%
(1)	(1)	(0)	(18,3%)	Interesses minoritários	(3)	(2)	(1)	(18,0%)
93	162	69	74,6%	Resultado líquido	137	260	123	90,2%
93	162	69	74,6%	Resultado líquido	137	260	123	90,2%
(41)	(60)	19	s.s.	Efeito <i>stock</i>	(40)	(97)	(57)	s.s.
52	102	50	96,8%	Resultado líquido RC	96	163	67	69,0%
(0)	7	7	s.s.	Eventos não recorrentes	5	11	6	127,3%
52	109	57	109,7%	Resultado líquido RCA	101	174	73	71,7%

PRIMEIRO SEMESTRE

O resultado líquido RCA aumentou 72% no primeiro semestre de 2010 face ao período homólogo do ano anterior, para €174 milhões, na sequência do aumento do preço e da produção de crude, do aumento da margem de refinação e do volume de crude processado e do aumento dos volumes de gás natural vendidos. No primeiro semestre de 2009, o resultado tinha sido negativamente afectado pelo incidente na refinaria de Sines. O resultado líquido IFRS foi de €260 milhões, incluindo um efeito *stock* positivo de €97 milhões.

SEGUNDO TRIMESTRE

O resultado líquido RCA aumentou 110% no segundo trimestre de 2010 face ao período homólogo de 2009, para €109 milhões, influenciado pelo desempenho operacional do segmento de negócio de Refinação & Distribuição, com o aumento da margem de refinação, da valorização do dólar e dos resultados da actividade de distribuição de produtos petrolíferos em Espanha. O resultado líquido IFRS foi de €162 milhões, incluindo um efeito *stock* positivo de €60 milhões.

2. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Milhões de euros

Segundo trimestre					Primeiro Semestre			
2009	2010	Var.	% Var.		2009	2010	Var.	% Var.
2.866	3.580	714	24,9%	Vendas e prestações de serviços	5.793	6.870	1.077	18,6%
-	-	-	-	Eventos não recorrentes	-	-	-	-
2.866	3.580	714	24,9%	Vendas e prestações de serviços ajustadas	5.793	6.870	1.077	18,6%
43	64	21	50,0%	Exploração & Produção	53	101	48	90,0%
2.589	3.201	612	23,6%	Refinação & Distribuição	5.100	6.099	999	19,6%
296	416	121	40,8%	Gas & Power	725	813	88	12,2%
34	33	(1)	(3,9%)	Outros	63	64	1	1,3%
(96)	(134)	(39)	(40,4%)	Ajustamentos de consolidação	(148)	(207)	(59)	(39,7%)

PRIMEIRO SEMESTRE

As vendas e prestações de serviços aumentaram 19% em relação ao primeiro semestre de 2009, para €6.870 milhões, com evolução positiva em todos os segmentos de negócio. Este aumento foi induzido pela subida do preço e da produção de crude, do preço dos produtos petrolíferos nos mercados internacionais e pelas vendas da central de cogeração de Sines, que entrou em funcionamento no quarto trimestre de 2009.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2010, as vendas e prestações de serviços foram de €3.580 milhões, uma subida homóloga de 25%, transversal a todos os segmentos de negócio. O aumento das vendas deve-se ao incremento da produção e do preço do crude em relação ao ano anterior, bem como à subida dos preços dos produtos petrolíferos e do gás natural.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

CUSTOS OPERACIONAIS

Milhões de euros

Segundo trimestre					Primeiro Semestre			
2009	2010	Var.	% Var.		2009	2010	Var.	% Var.
2.704	3.280	576	21,3%	Custos operacionais	5.511	6.362	850	15,4%
56	83	27	48,3%	Efeito stock	50	133	82	164,3%
2.760	3.363	603	21,8%	Custos operacionais RC	5.562	6.494	933	16,8%
(12)	(3)	9	73,0%	Eventos não recorrentes	(20)	(9)	11	55,4%
2.750	3.360	610	22,2%	Custos operacionais RCA	5.541	6.485	944	17,0%
2.750	3.360	610	22,2%	Custos operacionais RCA	5.541	6.485	944	17,0%
2.489	3.090	600	24,1%	Custo das mercadorias vendidas	5.024	5.950	926	18,4%
187	194	7	3,9%	Fornecimentos e serviços externos	364	370	6	1,6%
74	76	2	2,5%	Custos com pessoal	153	165	12	7,7%

PRIMEIRO SEMESTRE

No primeiro semestre de 2010, os custos operacionais RCA aumentaram 17% para os €6.485 milhões, em consequência do aumento de 18% no custo das mercadorias vendidas, que resultou fundamentalmente da subida do preço do crude.

Os custos de fornecimentos e serviços externos aumentaram ligeiramente para €370 milhões, o que, numa base comparável – ou seja, excluindo a alteração do perímetro de consolidação posterior à aquisição da Madrileña Gas – representa uma evolução quase nula.

Os custos com o pessoal aumentaram 8% face ao primeiro semestre de 2009, para os €165 milhões, na sequência de especializações de remunerações e do aumento dos custos com benefícios pós-emprego.

Os eventos não recorrentes de €9 milhões estiveram sobretudo relacionados com a reestruturação do quadro de pessoal.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre do ano, os custos operacionais RCA foram de €3.360 milhões, um aumento de 22% que se deveu principalmente ao aumento do custo das mercadorias vendidas num cenário de aumento do preço do crude e do gás natural.

Numa base comparável, ou seja, excluindo o efeito da aquisição da Madrileña Gas, tanto os custos com fornecimentos e serviços externos como os custos com pessoal mantiveram-se estáveis no segundo trimestre de 2010 relativamente ao mesmo período do ano anterior.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

EMPREGADOS

	Dezembro 31, 2009	Março 31, 2010	Junho 30, 2010	Varição vs Dez 31, 2009	Varição vs Mar 31, 2010
Exploração & Produção	78	78	77	(1)	(1)
Refinação & Distribuição	6.340	6.317	6.355	15	38
Gas & Power	468	470	468	-	(2)
Outros	607	607	615	8	8
Total de empregados	7.493	7.472	7.515	22	43
Empregados das estações de serviço	3.761	3.722	3.807	46	85
Total de empregados off site	3.732	3.750	3.708	(24)	(42)

No final de Junho de 2010, a Galp Energia tinha um total de 7.515 empregados, um aumento face a Dezembro de 2009 e a Março de 2010, devido ao aumento do número de empregados no segmento de

Refinação & Distribuição resultante do aumento no número de empregados das estações de serviço para a época de Verão.

DEPRECIações E AMORTIZações

Milhões de euros

Segundo trimestre					Primeiro Semestre			
2009	2010	Var.	% Var.		2009	2010	Var.	% Var.
58	87	29	49,1%	Depreciações e amortizações	126	158	31	24,7%
3	(9)	(11)	s.s.	Eventos não recorrentes	(1)	(9)	(8)	s.s.
61	79	18	28,7%	Depreciações e amortizações ajustadas	125	149	24	18,9%
61	79	18	28,7%	Depreciações e amortizações ajustadas	125	149	24	18,9%
7	18	10	138,6%	Exploração & Produção	20	31	11	55,1%
45	50	5	10,6%	Refinação & Distribuição	87	95	8	8,9%
9	11	2	25,9%	Gas & Power	17	21	4	23,7%
0	0	0	s.s.	Outros	0	1	1	s.s.

PRIMEIRO SEMESTRE

As depreciações e amortizações ajustadas foram de €149 milhões, ou seja, mais 19% do que no mesmo período do ano anterior. No segmento de Exploração & Produção, o aumento em relação ao período homólogo deveu-se principalmente ao efeito do investimento no projecto CPT Tômbua-Lândana, que entrou em exploração em Agosto de 2009.

No segmento de negócio de Refinação & Distribuição, as amortizações de €95 milhões representaram um aumento de €8 milhões em relação ao período homólogo, na sequência da reclassificação de algumas

rubricas para investimento, das ex-filias Ibéricas da ExxonMobil, apenas no final de 2009.

O aumento de €4 milhões no segmento de negócio de Gas & Power deveu-se às amortizações no negócio do Power, na sequência da entrada em exploração da cogeração da refinaria de Sines em Outubro de 2009.

Os eventos não recorrentes, no montante de €9 milhões, estão principalmente relacionados com custos associados a poços secos no Brasil, contabilizados no segundo trimestre de 2010.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

SEGUNDO TRIMESTRE

As depreciações e amortizações ajustadas foram de €79 milhões no segundo trimestre de 2010, um aumento de 29% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta subida, para que contribuíram todos os segmentos de negócio, teve as mesmas razões referidas para o primeiro semestre de 2010, nomeadamente o arranque do CPT Tômbua-Lândana, a reclassificação de rubricas para investimento e o arranque da cogeração da refinaria de Sines.

Face ao primeiro trimestre de 2010, as amortizações aumentaram €9 milhões, com especial incidência nos segmentos de negócio de Exploração & Produção e de Refinação & Distribuição. No segmento de negócio de Exploração & Produção, a subida esteve associada à revisão em baixa das reservas *net entitlement*, dado o aumento do preço do crude utilizado como referência, com impacto directo na taxa de amortização a aplicar no período. No segmento de Refinação & Distribuição, a subida deveu-se sobretudo ao aumento das amortizações na refinaria de Sines.

PROVISÕES

Milhões de euros

Segundo trimestre				Primeiro Semestre				
2009	2010	Var.	% Var.	2009	2010	Var.	% Var.	
11	48	37	s.s.	Provisões	21	59	39	187,7%
4	(7)	(11)	s.s.	Eventos não recorrentes	9	(7)	(16)	s.s.
15	40	26	176,1%	Provisões ajustadas	29	52	23	77,2%
15	40	26	176,1%	Provisões ajustadas	29	52	23	77,2%
2	6	4	224,1%	Exploração & Produção	3	8	4	127,6%
6	2	(5)	(75,3%)	Refinação & Distribuição	12	3	(9)	(74,9%)
6	32	26	s.s.	Gas & Power	13	41	28	s.s.
0	0	0	186,4%	Outros	1	0	(1)	(65,4%)

PRIMEIRO SEMESTRE

No primeiro semestre de 2010, as provisões ajustadas foram de €52 milhões, um aumento de €23 milhões face ao período homólogo de 2009.

No segmento de Exploração & Produção, o aumento de provisões esteve principalmente associado a provisões para abandono do bloco 14 em Angola e para pagamento de IRP referente a anos anteriores. A redução das provisões ajustadas, no segmento de Refinação & Distribuição, reflecte a diminuição das provisões para clientes de cobrança duvidosa. No segmento de negócio de Gas & Power, o aumento de

€28 milhões das provisões esteve associado à renegociação de contratos de fornecimento de gás natural.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2010, as provisões ajustadas atingiram os €40 milhões, um aumento de €26 milhões que se explica sobretudo pelo aumento das provisões do segmento de Gas & Power referentes à renegociação de contratos de fornecimento de gás natural.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

RESULTADOS OPERACIONAIS

Milhões de euros

Segundo trimestre					Primeiro Semestre			
2009	2010	Var.	% Var.		2009	2010	Var.	% Var.
104	233	129	123,3%	Resultado operacional	169	372	203	120,5%
(56)	(83)	(27)	s.s.	Efeito stock	(50)	(133)	(82)	s.s.
48	150	102	210,3%	Resultado operacional RC	119	240	121	102,0%
9	8	(1)	(7,0%)	Eventos não recorrentes	13	14	1	4,7%
57	158	101	177,7%	Resultado operacional RCA	132	253	122	92,3%
57	158	101	177,7%	Resultado operacional RCA	132	253	122	92,3%
20	21	0	2,3%	Exploração & Produção	21	54	32	152,7%
(9)	82	91	s.s.	Refinação & Distribuição	28	102	74	266,6%
38	50	12	31,4%	Gas & Power	71	93	22	31,0%
7	5	(3)	(38,6%)	Outros	12	6	(6)	(53,2%)

PRIMEIRO SEMESTRE

O resultado operacional RCA no primeiro semestre de 2010 foi de €253 milhões, um aumento de 92% face ao período homólogo de 2009, o que se deveu à melhoria do desempenho de todos os segmentos de negócio, na sequência do aumento do preço e da produção de crude, do aumento da margem de refinação e do crude processado e do aumento dos volumes de gás natural vendidos. Os resultados do segmento de negócio de Refinação & Distribuição foram negativamente afectados em 2009 pelo incidente na refinaria de Sines.

SEGUNDO TRIMESTRE

O resultado operacional RCA no segundo trimestre de 2010 foi de €158 milhões, um aumento de 178% face ao período homólogo de 2009 e de 65% face ao trimestre anterior. Estes aumentos foram sobretudo impulsionados pelo desempenho do segmento de negócio de Refinação & Distribuição, que beneficiou do aumento das margens de refinação nos mercados internacionais, bem como do alargamento do *spread* entre a margem de refinação Galp Energia e o *benchmark*.

OUTROS RESULTADOS

Milhões de euros

Segundo trimestre					Primeiro Semestre			
2009	2010	Var.	% Var.		2009	2010	Var.	% Var.
27	18	(9)	(34,0%)	Resultados de empresas associadas	44	34	(10)	(21,8%)
0	0	(0)	s.s.	Resultados de investimentos	0	0	(0)	s.s.
(15)	(30)	(15)	(99,9%)	Resultados financeiros	(33)	(53)	(20)	(62,1%)

PRIMEIRO SEMESTRE

O resultado de empresas associadas foi de €34 milhões, menos €10 milhões do que no primeiro semestre de 2009, o que se explica pela incorporação no período homólogo dos resultados duma das filiais

adquiridas à ExxonMobil, que passou a ser integralmente consolidada no último trimestre de 2009.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

O contributo dos gasodutos internacionais EMPL, Gasoducto Al Andalus e Gasoducto Extremadura manteve-se estável nos €24 milhões.

Os resultados financeiros diminuíram €20 milhões com o aumento dos custos financeiros que resultou do aumento da dívida média entre períodos e das diferenças cambiais desfavoráveis essencialmente nas rubricas de fornecedores, na sequência da valorização de 14% do dólar face ao euro, desde o início do ano.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2010, os resultados de empresas associadas foram de €18 milhões, uma diminuição de 34% em relação ao período homólogo de 2009, que resultou da incorporação no segundo trimestre de 2009 dos resultados duma filial adquirida à ExxonMobil.

Os resultados financeiros tiveram um agravamento de €15 milhões, para os €30 milhões, sobretudo devido a diferenças de câmbio desfavoráveis na sequência da valorização do dólar face ao euro durante o segundo trimestre de 2010.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)

Segundo trimestre					Primeiro Semestre			
2009	2010	Var.	% Var.		2009	2010	Var.	% Var.
22	58	36	161,5%	Imposto sobre o rendimento em IFRS¹	40	91	51	126,5%
19%	26%	7 p.p.	s.s.	Taxa efectiva de imposto	22%	26%	3 p.p.	s.s.
(15)	(23)	8	s.s.	Efeito stock	(10)	(36)	26	s.s.
7	34	28	s.s.	Imposto sobre o rendimento RC¹	30	55	25	83,1%
3	1	(1)	(55,6%)	Eventos não recorrentes	3	3	0	15,1%
10	36	26	s.s.	Imposto sobre o rendimento RCA¹	33	58	25	77,9%
15%	24%	9 p.p.	s.s.	Taxa efectiva de imposto	24%	25%	1 p.p.	s.s.

¹ Inclui IRP a pagar em Angola

PRIMEIRO SEMESTRE

O imposto sobre rendimento RCA foi de €58 milhões, mais €25 milhões do que no período homólogo de 2009, na sequência do aumento de resultados e do IRP a pagar em Angola, tendo este último aumentado €7 milhões para €15 milhões. A taxa efectiva de imposto RCA no período foi de 25%.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2010, o imposto sobre o rendimento RCA foi de €36 milhões, o que correspondeu a uma taxa efectiva de imposto RCA de 24%, acima dos 15% no trimestre homólogo de 2009. Este aumento deveu-se ao incremento de resultados sujeitos a imposto sobre o rendimento em Portugal e ao aumento do IRP pago em Angola.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

3. SITUAÇÃO FINANCEIRA

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)

	Dezembro 31, 2009	Março 31 2010	Junho 30, 2010	Varição vs Dez 31, 2009	Varição vs Mar 31, 2010
Activo fixo	4.379	4.562	4.835	456	273
Stock estratégico	575	619	691	117	73
Outros activos (passivos)	(333)	(355)	(350)	(17)	5
Fundo de maneo	(305)	(99)	(107)	198	(8)
	4.316	4.726	5.069	753	342
Dívida de curto prazo	424	411	573	149	162
Dívida de longo prazo	1.747	2.038	2.124	377	86
Dívida total	2.171	2.449	2.697	526	248
Caixa e equivalentes	244	228	214	(30)	(14)
Dívida líquida	1.927	2.222	2.483	556	262
Total do capital próprio	2.389	2.505	2.585	197	81
Capital empregue	4.316	4.726	5.069	753	342

O activo fixo a 30 de Junho de 2010 cifrou-se em €4.835 milhões, o que representou um aumento de €273 milhões face ao final do primeiro trimestre de 2010, reflexo do investimento, principalmente no segmento de negócio de Refinação & Distribuição. O aumento de €73 milhões do *stock* estratégico face ao final de Março de 2010 foi influenciado pela subida do

preço dos produtos petrolíferos durante o segundo trimestre do ano. Não obstante a aumento da actividade no segundo trimestre de 2010, o fundo de maneo registou uma redução de €8 milhões face a Março de 2010.

DÍVIDA FINANCEIRA

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)

	Dezembro 31, 2009		Março 31, 2010		Junho 30, 2010		Varição vs Dez 31, 2009		Varição vs Mar 31, 2010	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Obrigações	1	700	-	700	-	700	(1)	-	-	-
Dívida bancária	422	947	411	1.138	573	1.174	151	227	162	36
Papel comercial	-	100	-	200	-	250	-	150	-	50
Caixa e equivalentes	(244)	-	(228)	-	(214)	-	30	-	14	-
Dívida líquida	1.927	2.222	2.222	2.222	2.483	2.483	556	556	262	262
Vida média (anos)	3,53		3,69		3,41		(0,12)		(0,29)	
<i>Net debt to equity</i>	81%		89%		96%		15,4 p.p.		7,4 p.p.	

A dívida líquida no final do primeiro semestre de 2010 era de €2.483 milhões. Apesar do bom desempenho operacional no segundo trimestre de 2010, a dívida líquida no final de Junho de 2010 aumentou face ao final de Março de 2010 devido ao programa de investimentos em curso e ao pagamento de €116

milhões de dividendos no final de Maio de 2010. Com o aumento da dívida no período, o rácio *net debt to equity* situou-se, no final do primeiro semestre de 2010, nos 96%.

O prazo médio da dívida era de 3,41 anos no final de Junho de 2010, enquanto que no final do primeiro

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

trimestre de 2010 era de 3,69 anos. Esta evolução deveu-se, por um lado, ao aumento da dívida bancária de curto prazo no segundo trimestre e, por outro, à aproximação do vencimento de empréstimos.

No final de Junho, 79% da dívida total era de longo prazo e 41% da dívida total estava contratada a taxa fixa.

O custo médio da dívida foi de 3,50%, em linha com o primeiro semestre de 2009.

A 30 de Junho de 2010, a dívida líquida atribuível aos interesses minoritários era de €29 milhões.

4. CASH FLOW

Milhões de euros

Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2009	2010		2009	2010
104	233	Resultado operacional	169	372
58	87	Custos <i>non cash</i>	126	158
9	(121)	Variação de <i>stock</i> operacional	(57)	(76)
(7)	(73)	Variação de <i>stock</i> estratégico	68	(117)
165	126	Sub-total	307	338
(18)	(22)	Juros pagos	(33)	(40)
(9)	(16)	Impostos	(14)	(19)
180	129	Variação de fundo de maneo excluindo <i>stock</i> operacional	(125)	(122)
318	217	Cash flow de actividades operacionais	135	156
(171)	(361)	Investimento líquido ¹	(297)	(604)
(128)	(93)	Dividendos pagos / recebidos	(128)	(92)
23	(25)	Outros	53	(16)
42	(262)	Total	(237)	(556)

¹ Investimento líquido inclui investimentos financeiros

PRIMEIRO SEMESTRE

O *cash flow* negativo de €556 milhões no primeiro semestre de 2010 representou um agravamento relativamente ao primeiro semestre de 2009. Com efeito, apesar do aumento do *cash flow* operacional gerado em todos os segmentos de negócio, o investimento realizado durante o primeiro semestre de 2010 induziu um aumento das saídas de fundos. Apesar do aumento da actividade, o *cash flow* no primeiro semestre comportou um investimento em fundo de maneo semelhante ao do período homólogo de 2009. O aumento do preço dos produtos petrolíferos nos mercados internacionais teve um efeito negativo no *cash flow* do período, ao aumentar o investimento em *stocks*.

SEGUNDO TRIMESTRE

O *cash flow* do segundo trimestre de 2010 foi negativo em €262 milhões, em contraste com os €42 milhões positivos do período homólogo de 2009. O *cash flow* das actividades operacionais face ao segundo trimestre de 2009 beneficiou principalmente da recuperação nos segmentos de Refinação & Distribuição e de Gas & Power. No entanto, o aumento do valor dos *stocks* de produtos petrolíferos teve um impacto negativo no *cash flow* operacional do segundo trimestre de 2010. O *cash flow* associado às actividades de investimento, principalmente canalizado para o projecto de conversão das refinarias, atingiu os €361 milhões, acima dos €171 milhões do segundo trimestre de 2009, o que teve um impacto negativo na geração líquida de *cash flow*.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

5. INVESTIMENTO

Milhões de euros

Segundo trimestre					Primeiro Semestre			
2009	2010	Var.	% Var.		2009	2010	Var.	% Var.
39	69	30	76,6%	Exploração & Produção	72	146	74	102,6%
106	190	84	79,3%	Refinação & Distribuição	151	286	135	89,3%
22	28	6	27,5%	Gas & Power	39	44	6	14,2%
1	0	(0)	(50,0%)	Outros	2	2	1	44,6%
168	288	119	71,1%	Investimento	264	479	215	81,6%

PRIMEIRO SEMESTRE

O investimento no primeiro semestre de 2010 foi de €479 milhões, dos quais €286 milhões no segmento de negócio de Refinação & Distribuição, predominantemente para o projecto de conversão das refinarias.

No segmento de negócio de Exploração & Produção, o investimento em Angola foi sobretudo canalizado para actividades de desenvolvimento no bloco 14, por um montante de €42 milhões, dos quais €21 milhões referentes ao CPT Tômbua-Lândana. No Brasil, o investimento concentrou-se sobretudo nos campos *offshore*, com destaque para o Tupi com €89 milhões.

No segmento de negócio de Refinação & Distribuição, o investimento de €286 milhões correspondeu a 60% do investimento total no período, com o projecto de conversão das refinarias a representar €226 milhões. No negócio de distribuição de produtos petrolíferos, foram investidos €24 milhões, principalmente nas actividades da rede de retalho em Portugal.

O investimento de €44 milhões no segmento de negócio de Gas & Power foi canalizado em partes semelhantes para a rede de distribuição de gás natural e para a construção da cogeração da refinaria do Porto.

SEGUNDO TRIMESTRE

O investimento no segundo trimestre de 2010 foi de €288 milhões, dos quais €146 milhões se destinaram ao projecto de conversão do aparelho refinador.

No segmento de negócio de Exploração & Produção, o investimento em Angola concentrou-se sobretudo nas actividades de desenvolvimento da produção no bloco 14, onde foram investidos €22 milhões. No Brasil, o investimento foi sobretudo canalizado para campos *offshore*, com o Tupi a representar €43 milhões.

No segmento de negócio de Refinação & Distribuição, o investimento foi de €190 milhões, com a maior parte a ser destinada à continuação dos trabalhos de conversão do aparelho refinador. No negócio de distribuição de produtos petrolíferos, foram investidos €17 milhões, principalmente na rede de retalho em Portugal.

O investimento no segmento de negócio de Gas & Power foi de €28 milhões e focou-se no projecto da cogeração da refinaria do Porto.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

1. EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)

Segundo trimestre					Primeiro Semestre			
2009	2010	Var.	% Var.		2009	2010	Var.	% Var.
13,4	19,8	6,4	47,8%	Produção média <i>working interest</i> (kbb/dia)	13,3	19,1	5,8	43,5%
9,3	10,9	1,6	17,1%	Produção média <i>net entitlement</i> (kbb/dia)	8,9	11,8	2,9	33,1%
0,8	1,0	0,1	17,1%	Produção <i>net entitlement</i> total (milhões bbl)	1,6	2,1	0,5	33,1%
0,8	0,9	0,0	2,0%	Angola - Bloco 14	1,6	1,8	0,2	14,8%
-	0,1	0,1	s.s.	Brasil - BM-S-11	-	0,3	0,3	s.s.
57,8	81,6	23,8	41,3%	Preço médio de venda ¹ (Usd/bbl)	51,0	76,1	25,1	49,2%
7,0	12,3	5,4	77,3%	Custo de produção ¹ (Usd/bbl)	10,2	12,5	2,3	22,2%
11,9	25,8	13,9	117,3%	Amortizações ¹ (Usd/bbl)	16,8	22,6	5,7	34,2%
1,0	0,9	(0,0)	(4,8%)	Vendas totais ² (milhões bbl)	1,0	0,9	(0,0)	(4,8%)
823	1.198	375	45,6%	Activo total líquido	823	1.198	375	45,6%
43	64	21	50,0%	Vendas e prestações de serviços	53	101	48	90,0%
16	12	(4)	(23,8%)	Resultado operacional	14	46	32	231,2%
4	8	4	116,3%	Eventos não recorrentes	7	8	1	7,2%
20	21	0	2,3%	Resultado operacional RCA	21	54	32	152,7%

¹ Com base na produção *net entitlement* em Angola

² Considera as vendas efectivamente realizadas

ACTIVIDADE DE EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

PRIMEIRO SEMESTRE

No primeiro semestre de 2010, a produção *working interest* aumentou 43% face ao período homólogo para 19,1 mil barris por dia. Este aumento deveu-se principalmente ao incremento de produção do CPT Tômbua-Lândana em Angola e do teste de longa duração do Tupi no Brasil, que produziram conjuntamente 5,6 mil barris por dia.

A produção *net entitlement* foi de 11,8 mil barris por dia, uma subida de 33% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este aumento deveu-se à produção dos campos Tômbua-Lândana e Tupi, que mais do que compensaram a descida no campo BBLT no âmbito do contrato de partilha de produção (PSA). A produção *net entitlement* conjunta destes novos projectos foi de 5,0 mil barris por dia. Ainda assim, o campo BBLT com 5,9 mil barris diários representou 50% da produção total *net entitlement*, cabendo 42% aos projectos CPT Tômbua-Lândana e Tupi.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2010, a produção *working interest* e a produção *net entitlement* aumentaram 48% e 17% face ao período homólogo, respectivamente, o que se deveu principalmente ao incremento de produção do CPT Tômbua-Lândana em Angola e do campo Tupi no Brasil.

Em relação ao primeiro trimestre de 2010, a produção *working interest* aumentou 7%, devido ao incremento de 1,7 mil barris por dia do CPT Tômbua-Lândana e do campo BBLT.

A produção *net entitlement* diminuiu 14% face ao trimestre anterior, com a produção incremental de 0,7 mil barris por dia do CPT Tômbua-Lândana a não ser suficiente para compensar as descidas nos outros campos do Bloco 14 e no Brasil. Nos campos BBLT e Kuito, a diminuição da produção *net entitlement* está relacionada com a redução das taxas de produção disponíveis, em particular do *cost oil*, associada aos mecanismos de recuperação de custos do PSA.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

No Brasil, a redução da produção no campo Tupi está relacionada com restrições ambientais relativas à queima de gás, impostas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

RESULTADOS OPERACIONAIS

PRIMEIRO SEMESTRE

O resultado operacional RCA no primeiro semestre de 2010 foi de €54 milhões, face a €21 milhões no período homólogo, um incremento que se deveu ao aumento de 33% da produção *net entitlement* e ao aumento de 49% no preço médio de venda do crude em Angola.

Os custos de produção em Angola atingiram os €17 milhões, o que numa base *net entitlement* equivaleu a um custo unitário de Usd 12,5/bbl, face a Usd 10,2/bbl no primeiro semestre de 2009.

As amortizações em Angola, excluindo ajustamentos, atingiram os €31 milhões, o que incluiu o impacto das amortizações referentes ao investimento do CPT Tômbua-Lândana. Em termos unitários, com base na produção *net entitlement*, este montante correspondeu a Usd 22,6/bbl, face aos Usd 16,8/bbl no período homólogo de 2009.

SEGUNDO TRIMESTRE

O resultado operacional RCA no segundo trimestre de 2010 foi de €21 milhões, em linha com o período homólogo de 2009, com os aumentos da produção *net entitlement* e do preço médio de venda a serem compensados pelo aumento dos custos operacionais, das amortizações e das provisões.

Em relação ao primeiro trimestre de 2010, o resultado operacional RCA diminuiu 38%. Com efeito, a redução de 14% da produção *net entitlement* e o aumento das amortizações e das provisões em Angola mais do que anularam o efeito do aumento de 15% do preço médio de venda.

Os custos de produção em Angola atingiram os €8 milhões, o que numa base *net entitlement* equivaleu a um custo unitário de Usd 12,3/bbl, face a Usd 7,0/bbl no segundo trimestre de 2009, devido à entrada em produção do CPT Tômbua-Lândana.

As amortizações em Angola, excluindo ajustamentos, atingiram os €17 milhões, mais €10 milhões do que no segundo trimestre de 2009. As amortizações incluíram o efeito da revisão em baixa das reservas, dado o aumento do preço do crude utilizado como referência, com impacto directo na taxa de amortização a aplicar no período e o aumento das amortizações referentes ao investimento do CPT Tômbua-Lândana. Em termos unitários, com base na produção *net entitlement*, este montante correspondeu a Usd 25,8/bbl, face aos Usd 11,9/bbl no período homólogo de 2009.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

2. REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)

Segundo trimestre					Primeiro Semestre			
2009	2010	Var.	% Var.		2009	2010	Var.	% Var.
1,3	1,9	0,6	43,2%	Margem <i>cracking</i> de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	2,3	1,9	(0,3)	(15,2%)
(0,5)	0,6	1,1	s.s.	Margem <i>hydroskimming</i> + aromáticos + óleos base de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	1,1	0,5	(0,6)	(57,6%)
1,6	3,4	1,8	118,1%	Margem de refinação Galp Energia (Usd/bbl)	2,0	3,0	1,0	49,8%
1,9	1,9	(0,1)	(3,6%)	Custo <i>cash</i> das refinarias (Usd/bbl)	2,3	2,0	(0,3)	(11,5%)
21.348	21.561	213	1,0%	Crude processado (k bbl)	34.684	43.763	9.079	26,2%
3,2	3,2	(0,0)	(0,3%)	Matérias-primas processadas (milhões ton)	5,2	6,4	1,2	22,9%
4,2	4,2	(0,1)	(1,7%)	Vendas de produtos refinados (milhões ton)	8,2	8,4	0,2	2,8%
				Vendas a clientes directos na Península Ibérica (milhões ton)				
2,8	2,6	(0,2)	(8,5%)	Empresas	5,6	5,2	(0,4)	(7,4%)
1,4	1,4	0,0	3,5%	Retalho	2,8	2,9	0,1	2,9%
0,9	0,9	(0,1)	(6,1%)	GPL	1,8	1,7	(0,1)	(5,6%)
0,1	0,1	(0,0)	(17,8%)	Outros	0,2	0,2	(0,0)	(15,1%)
0,4	0,2	(0,2)	(53,7%)	Vendas em África (milhões ton)	0,8	0,4	(0,4)	(46,5%)
0,1	0,2	0,0	9,7%	Exportações (milhões ton)	0,3	0,3	0,0	13,7%
0,6	0,7	0,1	14,7%	Número de estações de serviço (Península Ibérica)	1,0	1,5	0,5	48,0%
1.471	1.443	(28)	(1,9%)	Número de lojas de conveniência (Península Ibérica)	1.471	1.443	(28)	(1,9%)
448	464	16	3,6%	Número de estações de serviço (África)	448	464	16	3,6%
93	99	6	6,5%	Activo total líquido	93	99	6	6,5%
4.566	5.490	924	20,2%		4.566	5.490	924	20,2%
2.589	3.201	612	23,6%	Vendas e prestações de serviços	5.100	6.099	999	19,6%
69	170	101	147,3%	Resultado operacional	107	229	122	113,8%
(81)	(79)	2	(2,8%)	Efeito <i>stock</i>	(77)	(124)	(48)	62,5%
3	(9)	(12)	s.s.	Eventos não recorrentes	(3)	(3)	(0)	4,4%
(9)	82	91	s.s.	Resultado operacional RCA	28	102	74	266,6%

¹ Fonte: Platt's. Para uma descrição completa da metodologia de cálculo de margens de Roterdão, vide "Definições"

ACTIVIDADE DE REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO

PRIMEIRO SEMESTRE

No primeiro semestre de 2010, foram processados 44 milhões de barris de crude, um volume sensivelmente superior aos 35 milhões de barris do período homólogo de 2009, que reflectiu o incidente na fábrica de utilidades na refinaria de Sines no primeiro trimestre de 2009.

No primeiro semestre de 2010, a taxa de utilização da capacidade de refinação foi de 78%.

O crude representou 92% do total das matérias-primas processadas, contra 90% no período homólogo de 2009. No primeiro semestre de 2010, os crudes leves e condensados representaram 39% do total da

estrutura de produção, seguidos dos médios com 42% e dos pesados com 19%.

No perfil de produção, o peso do gasóleo foi de 34%, seguido das gasolinas com 24%. O peso do fuelóleo na produção foi de 17%, em linha com o período homólogo de 2009. O *jet* teve um peso de 8%, acima dos 6% do primeiro semestre de 2009.

Os consumos e quebras no período situaram-se nos 7,3%.

Os volumes vendidos de produtos petrolíferos aumentaram 3% face ao período homólogo para as 8,4 milhões de toneladas, com o impacto positivo das exportações, que tinham sido negativamente afectadas, no primeiro semestre de 2009, pelo incidente na refinaria de Sines, que reduziu o volume

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

de produtos disponíveis. As vendas a clientes directos caíram 7% face ao período homólogo para os 5,2 milhões de toneladas, devido à evolução adversa do mercado de produtos petrolíferos na Península Ibérica. O mercado espanhol representou 44% no total das vendas a clientes directos.

As exportações foram de 1,5 milhões de toneladas, com destaque para o aumento dos volumes exportados de gasolina e de fuelóleo. As exportações no período foram significativamente superiores ao 1,0 milhão de toneladas no primeiro semestre de 2009, quando se deu o incidente na refinaria de Sines.

No primeiro semestre de 2010, o indicador de cobertura da actividade de refinação pela actividade de distribuição de produtos petrolíferos, medido com base na média da produção dos últimos três anos, foi de 91%.

No final de Junho de 2010, a Galp Energia tinha 1.443 estações de serviço na Península Ibérica, mais sete do que no final de Março de 2010. Cerca de 43% das estações de serviço estavam situadas em Espanha. Em África, a Galp Energia tinha 99 estações de serviço.

No final do primeiro semestre de 2010, a Galp Energia tinha 464 lojas de conveniência na Península Ibérica, das quais cerca de metade estava em Espanha.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2010, foram processados 22 milhões de barris de crude, tendo a taxa de utilização da capacidade de refinação sido de 76%.

O crude representou 90% do total das matérias-primas processadas, com os crudes leves e condensados a representarem 41% do total da estrutura de produção, seguidos dos médios com 38% e dos pesados com 22%.

O peso do gasóleo no perfil de produção foi de 34%, seguido das gasolinas, com 22%, do fuelóleo com 18% e do *jet* com 8%.

Os consumos e quebras no período situaram-se nos 7,3%.

Os volumes vendidos foram de 4,2 milhões de toneladas, das quais as vendas a clientes directos foram de 2,6 milhões de toneladas, uma quebra de 8% face ao período homólogo de 2009 na sequência da contracção do mercado de produtos petrolíferos na Península Ibérica. O mercado espanhol teve um peso de 43% no total de vendas a clientes directos.

As exportações foram de 0,7 milhões de toneladas, 15% acima do volume do segundo trimestre de 2009, principalmente devido ao aumento das exportações de gasolina.

O indicador de cobertura da actividade de refinação pela actividade de distribuição de produtos neste período foi de 82%.

RESULTADOS OPERACIONAIS

PRIMEIRO SEMESTRE

No primeiro semestre de 2010, o resultado operacional RCA foi de €102 milhões, face aos €28 milhões no primeiro semestre de 2009, reflexo da melhoria operacional apresentada pela actividade de refinação, que em 2009 tinha sido influenciada pelo incidente na refinaria de Sines.

Apesar da queda nas margens de refinação no mercado internacional no primeiro semestre de 2010, face ao período homólogo, a margem de refinação da Galp Energia registou uma evolução positiva de Usd 1,0/bbl para Usd 3,0/bbl, resultado do incidente na refinaria de Sines, que ocorreu em 2009, e que teve um impacto negativo na margem de refinação desse período.

No primeiro semestre de 2010, os custos *cash* operacionais das refinarias foram de €68 milhões face aos €60 milhões do primeiro semestre de 2009, o que equivaleu a um custo unitário de Usd 2,0/bbl, uma redução de 12% face ao período homólogo do ano anterior. Esta descida foi reflexo do aumento do

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

crude processado e, conseqüentemente, da maior diluição dos custos fixos.

O *time lag* contabilizado no primeiro semestre foi negativo em €19 milhões, acima dos €39 milhões negativos do primeiro semestre de 2009.

Na actividade de distribuição de produtos petrolíferos, destaca-se a melhoria do contributo das operações no mercado espanhol face ao período homólogo de 2009, nomeadamente o impacto positivo das sinergias captadas pela aquisição das ex-filiais da Agip e da ExxonMobil.

SEGUNDO TRIMESTRE

O resultado operacional RCA no segundo trimestre de 2010 foi de €82 milhões, o que se deveu à melhoria dos resultados apresentados pelas actividades de refinação e de distribuição de produtos petrolíferos.

A margem de refinação da Galp Energia no segundo trimestre de 2010 foi de Usd 3,4/bbl face a Usd 1,6/bbl no período homólogo de 2009, reflexo do aumento das margens de refinação nos mercados

internacionais e do aumento do prémio da margem de refinação da Galp Energia face ao *benchmark*. Este aumento deveu-se ao alargamento do *spread* entre o preço dos crudes pesados e o preço dos crudes leves.

No segundo trimestre de 2010, os custos *cash* operacionais das refinarias foram de €31 milhões, o que equivaleu em termos unitários a Usd 1,9/bbl, uma redução de 4% face ao período homólogo de 2009.

O *time lag* do segundo trimestre foi negativo em €4 milhões, o que representou uma melhoria em relação aos €24 milhões negativos do segundo trimestre de 2009.

A actividade de distribuição de produtos petrolíferos evoluiu positivamente face ao segundo trimestre de 2009, impulsionada principalmente pela actividade de distribuição de produtos petrolíferos em Espanha, onde se destaca o contributo sustentado das sinergias captadas.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

3. GAS & POWER

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)

Segundo trimestre					Primeiro Semestre			
2009	2010	Var.	% Var.		2009	2010	Var.	% Var.
1.115	1.105	(9)	(0,8%)	Vendas totais de gás natural (milhões m³)	2.189	2.284	94	4,3%
774	812	39	5,0%	Vendas ao mercado liberalizado (milhões m³)	1.263	1.636	372	29,5%
725	769	43	6,0%	Portugal, do qual:	1.172	1.469	297	25,4%
515	506	(9)	(1,7%)	Eléctrico	927	862	(65)	(7,0%)
210	246	36	17,0%	Industrial	245	578	332	135,4%
2	26	25	s.s.	Trading	4	140	136	s.s.
46	17	(30)	(63,6%)	Espanha	87	27	(61)	(69,2%)
341	293	(48)	(14,1%)	Vendas ao mercado regulado (milhões m³)	926	648	(278)	(30,1%)
220	178	(41)	(18,8%)	Industrial	623	352	(272)	(43,6%)
27	21	(6)	(20,8%)	Comercial	58	58	0	0,3%
43	62	19	44,3%	Residencial	120	150	30	24,9%
52	31	(20)	(39,1%)	Outras comercializadoras	125	88	(37)	(29,6%)
891	1.178	288	32,3%	Clientes de gás natural¹ (milhares)	891	1.178	288	32,3%
134	311	178	133,1%	Vendas de electricidade à rede² (GWh)	277	608	331	119,8%
1.024	1.041	17	1,7%	Activo fixo líquido de gás natural³	1.024	1.041	17	1,7%
1.873	2.106	233	12,4%	Activo total líquido	1.873	2.106	233	12,4%
296	416	121	40,8%	Vendas e prestações de serviços	725	813	88	12,2%
12	49	37	314,3%	Resultado operacional	43	95	53	122,6%
25	(4)	(29)	s.s.	Efeito <i>stock</i>	26	(8)	(35)	s.s.
2	5	4	258,9%	Eventos não recorrentes	2	5	4	262,7%
38	50	12	31,4%	Resultado operacional RCA	71	93	22	31,0%
20	31	11	53,8%	Comercialização ⁴	19	43	25	129,9%
19	15	(4)	(19,7%)	Infra-estruturas	52	41	(11)	(21,3%)
(1)	4	5	s.s.	Power	0	9	8	s.s.

¹ Inclui empresas que não consolidam, mas nas quais a Galp Energia detém uma participação significativa

² Inclui a empresa Energin que não consolida, mas na qual Galp Energia detém uma participação de 35%. A esta empresa corresponde no primeiro semestre e segundo trimestre de 2010 vendas de electricidade à rede de 74 GWh e 148 GWh, respectivamente.

³ Exclui investimentos financeiros. Activo fixo líquido numa base consolidada

⁴ Inclui comercialização livre e regulada

ACTIVIDADE DE GAS & POWER

PRIMEIRO SEMESTRE

As vendas de gás natural no primeiro semestre de 2010 foram de 2.284 milhões de metros cúbicos, um aumento de 4% face ao mesmo período de 2009. O mercado liberalizado representou 72% do total.

O sector eléctrico registou uma quebra nas vendas de 7%, para 862 milhões de metros cúbicos, devido principalmente ao aumento de geração eléctrica por via hidráulica, dada a pluviosidade que caracterizou o primeiro semestre do ano.

O segmento industrial em Portugal, tendo em conta tanto o mercado liberalizado como o regulado,

registou um aumento de 7% face ao período homólogo de 2009, para o que contribuiu o gás natural consumido pela cogeração de Sines, que entrou em exploração no quarto trimestre de 2009 e consumiu 165 milhões de metros cúbicos no primeiro semestre do ano.

Em Espanha, os volumes vendidos atingiram os 40 milhões de metros cúbicos, com destaque para o contributo positivo para as actividades adquiridas no final do mês de Abril de comercialização de gás natural na região de Madrid.

O volume de gás natural transportado nas redes pertencentes às empresas de distribuição totalizou 0,8 mil milhões de metros cúbicos.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

No negócio de Power, as vendas de electricidade à rede atingiram os 608 GWh, acima dos 277 GWh do primeiro semestre de 2009. Este aumento deveu-se à entrada em exploração da cogeração da refinaria de Sines no quarto trimestre de 2009.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2010, as vendas de gás natural foram de 1.105 milhões de metros cúbicos, o que esteve em linha com o período homólogo de 2009.

O sector eléctrico registou uma quebra de volumes de 2% para 506 milhões de metros cúbicos, ou seja, 66% do volume total do mercado liberalizado em Portugal. Os volumes no sector industrial em Portugal, tendo em conta o mercado liberalizado e regulado, representaram 38% do total de volumes vendidos e registaram uma descida de 1% face ao período homólogo.

As vendas em Espanha em ambos os mercados, livre e regulado, foram de 30 milhões de metros cúbicos, dos quais 57% no mercado livre.

O volume de gás natural transportado nas redes pertencentes às empresas de distribuição totalizou 0,4 mil milhões de metros cúbicos.

As vendas de electricidade à rede no segundo trimestre de 2010 foram de 311 GWh, um aumento de 178 GWh face ao segundo trimestre de 2009, na sequência da entrada em funcionamento da cogeração da refinaria de Sines.

RESULTADOS OPERACIONAIS

PRIMEIRO SEMESTRE

No primeiro semestre de 2010, o resultado operacional RCA foi de €93 milhões, um aumento de €22 milhões face ao primeiro semestre de 2009. O aumento dos resultados nas actividades de comercialização e Power foi parcialmente

compensado pela redução de resultados na área de infra-estruturas.

No negócio de comercialização, o resultado operacional RCA apresentou um aumento de €25 milhões, para os €43 milhões, reflexo do aumento dos volumes vendidos no mercado liberalizado, da melhoria das margens de comercialização de gás natural e do impacto positivo da resolução de um contrato de aluguer de fibra óptica, cujos proveitos respectivos estavam a ser reconhecidos por um período de 20 anos, e que foram totalmente reconhecidos no segundo trimestre de 2010. De salientar que o resultado operacional RCA da actividade de comercialização inclui também o efeito líquido negativo de provisões para as negociações dos contratos de fornecimento de gás natural que estavam em curso e que ficaram concluídas no decurso do segundo trimestre de 2010.

O negócio da infra-estrutura apresentou um resultado operacional RCA de €41 milhões, face aos €52 milhões do primeiro semestre de 2009, devido à diminuição dos proveitos permitidos entre o ano gás 2008/2009 e o ano gás 2009/2010, bem como à alteração na afectação de proveitos permitidos entre os dois semestres, que beneficiou o primeiro semestre de 2009.

O resultado operacional RCA no primeiro semestre no negócio do Power foi de €9 milhões. Para este aumento contribuiu o incremento das vendas de electricidade à rede, com a entrada em funcionamento da cogeração da refinaria de Sines, a qual teve início no quarto trimestre de 2009.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2010, o resultado operacional RCA foi de €50 milhões, um aumento de 31% face ao segundo trimestre de 2009.

O resultado operacional RCA do negócio de comercialização teve, por um lado, o efeito líquido negativo de provisões relacionadas com negociações

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

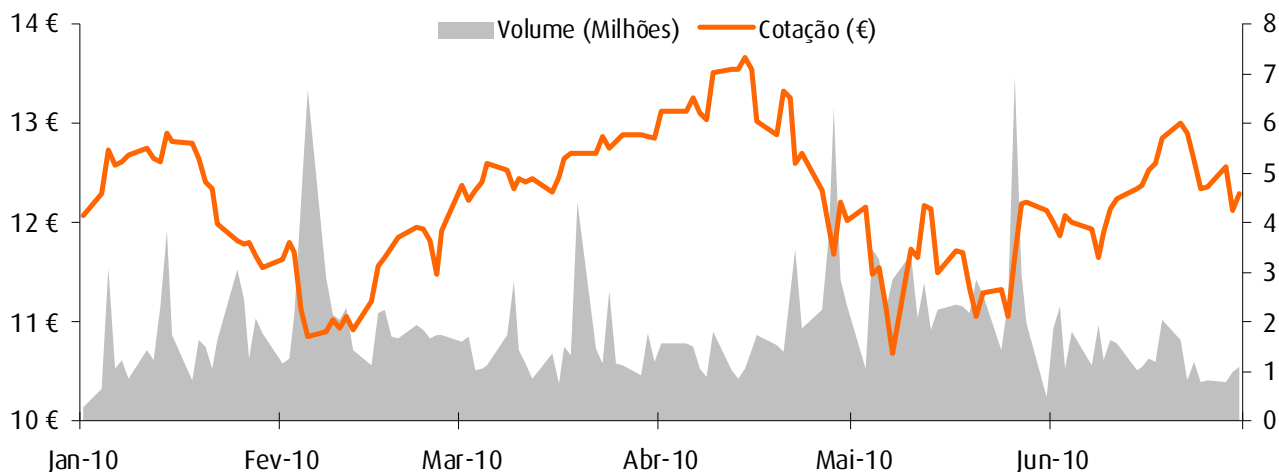
de contratos de fornecimento de gás natural e por outro, e em maior escala, o efeito positivo relacionado com a resolução do contrato de aluguer de fibra óptica.

O negócio da infra-estrutura apresentou um resultado operacional RCA de €15 milhões, menos €4 milhões do que no segundo trimestre de 2009 e menos €11 milhões do que no trimestre anterior. Esta última variação está relacionada com a menor afectação de proveitos permitidos no segundo trimestre face ao primeiro trimestre do ano.

O resultado operacional RCA no negócio do Power foi de €4 milhões, um desempenho que se explica pelo aumento da geração de energia eléctrica e respectivas vendas de electricidade à rede devido à actividade da cogeração da refinaria de Sines.

ACÇÃO GALP ENERGIA

EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DA ACÇÃO GALP ENERGIA



Fonte: Bloomberg

PRIMEIRO SEMESTRE

Durante o primeiro semestre de 2010, as acções da Galp Energia tiveram um desempenho positivo de 1%, com a cotação a fechar nos €12,30 no final daquele período e a atingir um máximo de €13,68. Desde a Oferta Pública Inicial a 23 de Outubro de 2006 até 30 de Junho de 2010, a acção da Galp Energia teve um desempenho positivo de 112%. Durante o período foram transaccionadas cerca de 243 milhões de acções, o que equivaleu a uma média diária de 1,9 milhões. A 30 de Junho de 2010, a Galp Energia tinha uma capitalização bolsista de €10.200 milhões.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2010, a acção da Galp Energia registou uma descida de 4% face ao fecho do primeiro trimestre e o volume transaccionado foi de 128 milhões de acções ou uma media diária de 2,0 milhões de acções.

Detalhe da acção

ISIN	PTGALOAM0009
Reuters	GALP.LS
Bloomberg	GALP.PL
Número de acções	829.250.635

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

Principais indicadores			
	2009	2T 2010	2010
Min (€)	7,22	10,51	10,37
Max (€)	12,65	13,68	13,68
Média (€)	10,23	12,30	12,23
Cotação de fecho (€)	12,08	12,30	12,30
Volume (M ações)	413,8	127,9	242,6
Volume médio por dia (M ações)	1,6	2,0	1,9
Capitalização bolsista (M€)	10.017	10.200	10.200

EVENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2010

CORPORATE

COOPTAÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 26 de Março, a Galp Energia anunciou que na sequência da renúncia apresentada pelo Dr. Francesco Giunti ao cargo de vogal do conselho de administração da Galp Energia, o conselho de administração aprovou a cooptação da Eng. Maria Rita Galli para aquele cargo, em sua substituição.

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS

A Galp Energia informou no dia 26 de Abril que as propostas constantes dos pontos da ordem de trabalhos da Assembleia Geral Anual de Accionistas que reuniu nesse mesmo dia tinham sido aprovadas como se segue:

1. A ratificação pela assembleia geral das cooptações dos administradores Eng. Luigi Spelli, Dr. Massimo Mondazzi, efectuadas na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 13 de Maio de 2009, do administrador Dr. Francesco Giunti, efectuada na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 11 de Novembro de 2009 e da Eng^a. Maria Rita Galli, efectuada na reunião de Conselho de Administração de 22 de Março de 2010;

2. O relatório de gestão consolidado e contas individuais e consolidadas do exercício de 2009, bem como demais documentos de prestação de contas;

3. O Relatório de Governo da Sociedade;

4. A proposta de aplicação de resultados da seguinte forma:

- Distribuição de dividendos (0,20€/acção): €165.850 milhares
- Resultados transitados: €119.364 milhares
- Total: €285.214 milhares

5. Um voto de louvor ao Conselho de Administração e aos Órgãos de Fiscalização, nomeadamente ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, bem como a cada um dos seus membros;

6. Declaração sobre a política de remunerações dos órgãos sociais e quadros dirigentes.

PAGAMENTO DE DIVIDENDO

A Galp Energia anunciou no dia 26 de Abril o pagamento do dividendo final relativo ao exercício de 2009 no valor de €0,14 por acção.

PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA

No dia 13 de Maio de 2010, o The Royal Bank of Scotland plc (RBS plc) passou a deter uma participação qualificada de cerca de 2,65% do capital social da Galp Energia e respectivos direitos de voto.

No dia 27 de Maio de 2010, o RBS plc comunicou que reduziu a sua participação para um valor inferior ao limite de 2%.

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DE OBRIGACIONISTAS

A Galp Energia informou no dia 8 de Junho que as propostas constantes dos pontos da ordem de trabalhos da Assembleia Geral de Obrigacionistas que reuniu nesse mesmo dia tinham sido aprovadas como se segue:

1. Aumento do nível que, nos exercícios de 2010 e 2011, o rácio de Consolidated Total Net Debt to Consolidated EBITDA pode atingir sem que daí decorra uma situação de incumprimento;

2. Alteração à forma de cálculo da taxa de juro aplicável às obrigações;

3. As alterações aprovadas produzem efeitos a partir da data de início do período de juros actualmente em curso.

Em resultado destas deliberações, a taxa de juro para o cupão que se iniciou em 20 de Maio de 2010 fixou-se em 4,607%.

EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

GALP ENERGIA ASSINA CONTRATO DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO NO URUGUAI

No dia 9 de Fevereiro, a Galp Energia anunciou que em consórcio com a Petrobras e com a YPF, assinou com a Ancap, a empresa petrolífera estatal do Uruguai, um contrato para a exploração e produção de petróleo e gás natural na plataforma continental uruguaia. O contrato reveste a forma de contrato de partilha de produção e o consórcio terá um período de quatro anos para estudar os dados sísmicos e decidir se realizará actividades de perfuração. Os compromissos assumidos pelo consórcio na licitação foram a aquisição de sísmica 2D e a conclusão do reprocessamento de dados já existentes.

TESTE NO TUPI NE COMPROVA ALTA PRODUTIVIDADE

No dia 23 de Março, a Galp Energia anunciou que os testes de formação no quarto poço, informalmente conhecido como Tupi NE, localizado na Área do Plano de Avaliação de Tupi, foram concluídos, constatando uma altíssima produtividade dos reservatórios carbonáticos do pré-sal nesta área. Nos testes de formação realizados foram medidas vazões da ordem de 5 mil barris por dia de petróleo leve, com densidade de cerca de 28° API, limitada à capacidade dos equipamentos de teste. O potencial de produção deste poço foi estimado em cerca de 30 mil barris de petróleo por dia.

NOVOS POÇOS CONFIRMAM POTENCIAL DE PETRÓLEO LEVE EM TUPI

No dia 7 de Abril e 23 de Junho a Galp Energia anunciou a perfuração do poço Tupi OW e Tupi Alto, respectivamente, na área do Plano de Avaliação de

Tupi. Estes poços confirmam o potencial de óleo leve nos reservatórios do pré-sal daquela área, sendo que as informações obtidas reforçam as estimativas do potencial de 5 a 8 mil milhões de barris de óleo leve e gás natural recuperável.

GAS & POWER

GALP ENERGIA ADQUIRE À MARTIFER RENEWABLES 15% DA VENTINVEST

No dia 3 de Fevereiro, a Galp Energia adquiriu à Martifer Renewables 50% do capital da sociedade Parque Eólico da Penha da Gardunha. O montante da operação foi de aproximadamente 5 milhões de euros, após o que os accionistas da Ventinveste passaram a ser o grupo Galp Energia com 49%, a Martifer SGPS com 46,6%, a Repower com 2,4% e a Efacec com 2%.

CONCLUSÃO DA AQUISIÇÃO DE ACTIVIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO DA EMPRESA GAS NATURAL

No dia 30 de Abril, a Galp Energia anunciou a conclusão da aquisição de parte do negócio de comercialização e distribuição de gás natural da Gas Natural Fenosa (Gas Natural), ficando a Galp Energia responsável pela actividade de comercialização.

GALP ENERGIA CONCRETIZA PARCERIA PARA CENTRAL DE CICLO COMBINADO EM SINES

No dia 22 de Junho a Galp Energia anunciou a concretização da parceria para o desenvolvimento da central de ciclo combinado a instalar em Sines. O parceiro será uma subsidiária da International Power plc, (IPR). A Galp Energia cede uma posição de 50% na empresa que actualmente desenvolve o projecto da CCGT de Sines, da qual detinha 100% do capital, à IPR.

PRÉMIOS CONCEDIDOS

No mês de Abril, no âmbito do inquérito de 2010 do Institutional Investor no que se refere ao “European Investor Relations Perception Study”, a Galp Energia obteve o terceiro lugar, tanto nos segmentos de analistas e de investidores, para a categoria de melhor “IR Professional” no sector europeu de

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

Oil&Gas. Este inquérito tem como objectivo aferir, junto dos profissionais do mercado de capitais, qual o melhor “IR Professional” dentro de um sector específico.

EVENTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2010

Não existem eventos relevantes a reportar após o encerramento do primeiro semestre de 2010.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

RECONCILIAÇÃO ENTRE VALORES IFRS E VALORES REPLACEMENT COST AJUSTADOS

1. RESULTADO OPERACIONAL REPLACEMENT COST AJUSTADO POR SEGMENTO

Milhões de euros

Segundo trimestre					2010	Primeiro semestre				
Resultado operacional	Efeito stock	Resultado operacional RC	Eventos não recorrentes	Resultado operacional RCA		Resultado operacional	Efeito stock	Resultado operacional RC	Eventos não recorrentes	Resultado operacional RCA
233	(83)	150	8	158	Resultado operacional	372	(133)	240	14	253
12	-	12	8	21	E&P	46	-	46	8	54
170	(79)	91	(9)	82	R&D	229	(124)	104	(3)	102
49	(4)	45	5	50	G&P	95	(8)	87	5	93
1	-	1	3	5	Outros	2	-	2	3	6

Milhões de euros

Segundo trimestre					2009	Primeiro semestre				
Resultado operacional	Efeito stock	Resultado operacional RC	Eventos não recorrentes	Resultado operacional RCA		Resultado operacional	Efeito stock	Resultado operacional RC	Eventos não recorrentes	Resultado operacional RCA
104	(56)	48	9	57	Resultado operacional	169	(50)	119	13	132
16	-	16	4	20	E&P	14	-	14	7	21
69	(81)	(12)	3	(9)	R&D	107	(77)	31	(3)	28
12	25	37	2	38	G&P	43	26	69	2	71
7	0	7	-	7	Outros	5	0	5	7	12

2. EBITDA REPLACEMENT COST AJUSTADO POR SEGMENTO

Milhões de euros

Segundo trimestre					2010	Primeiro semestre				
EBITDA	Efeito stock	EBITDA RC	Eventos não recorrentes	EBITDA RCA		EBITDA	Efeito stock	EBITDA RC	Eventos não recorrentes	EBITDA RCA
368	(83)	285	(8)	277	EBITDA	589	(133)	457	(3)	454
44	-	44	0	44	E&P	93	-	93	(0)	93
222	(79)	143	(9)	134	R&D	327	(124)	203	(3)	199
97	(4)	92	1	94	G&P	162	(8)	154	1	155
5	-	5	-	5	Outros	7	-	7	-	7

Milhões de euros

Segundo trimestre					2009	Primeiro semestre				
EBITDA	Efeito stock	EBITDA RC	Eventos não recorrentes	EBITDA RCA		EBITDA	Efeito stock	EBITDA RC	Eventos não recorrentes	EBITDA RCA
174	(56)	118	15	133	EBITDA	316	(50)	266	20	286
22	-	22	8	29	E&P	38	-	38	7	45
118	(81)	37	5	42	R&D	199	(77)	123	5	127
27	25	52	2	53	G&P	73	26	100	2	101
8	0	8	-	8	Outros	6	0	6	7	13

3. EVENTOS NÃO RECORRENTES

EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

Milhões de Euros

Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2009	2010		2009	2010
		Exclusão de eventos não recorrentes		
(0,0)	-	Ganhos/ perdas na alienação activos	(0,0)	(0,0)
7,8	0,1	<i>Write-off</i> activos	7,4	(0,3)
(4,0)	8,0	Imparidade de activos	0,0	8,3
-	-	Provisão para meio ambiente e outras		
-	-	Outros		
3,8	8,1	Eventos não recorrentes do resultado operacional	7,4	8,0
-	-	Outros resultados financeiros		
3,8	8,1	Eventos não recorrentes antes de impostos	7,4	8,0
(1,3)	(2,8)	Impostos sobre eventos não recorrentes	(2,5)	(2,7)
2,5	5,4	Total de eventos não recorrentes	4,9	5,3

REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO

Milhões de Euros

Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2009	2010		2009	2010
		Exclusão de eventos não recorrentes		
-	-	Venda de <i>stock</i> estratégico		
-	-	Custo da venda de stock estratégico		
-	-	Custos com monoboia		
(4,1)	(1,6)	Acidentes resultantes de fenómenos naturais	(5,6)	(1,6)
(0,5)	(0,0)	Ganhos / perdas na alienação de activos	(1,8)	(0,1)
0,0	0,0	<i>Write-off</i> activos	0,1	0,0
6,6	1,3	Rescisão contratos pessoal	7,4	7,3
3,5	0,0	Acidentes - incêndio refinaria de Sines	4,5	0,0
(3,6)	0,4	Provisão para meio ambiente e outras	(8,7)	0,3
1,4	(0,1)	Imparidade de activos	1,4	
-	(8,9)	Margem na venda de licenças de emissão de dióxido carbono		(8,9)
-	-	Outros	-	
3,2	(8,9)	Eventos não recorrentes do resultado operacional	(2,8)	(2,9)
(5,9)	-	Mais/menos valias na alienação de participações financeiras	(5,9)	
(2,6)	(8,9)	Eventos não recorrentes antes de impostos	(8,7)	(2,9)
(1,0)	2,5	Impostos sobre eventos não recorrentes	0,4	0,8
(3,6)	(6,4)	Total de eventos não recorrentes	(8,3)	(2,1)

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

GAS & POWER

Milhões de Euros

Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2009	2010		2009	2010
		Exclusão de eventos não recorrentes		
-	-	Prestação de serviços		
(0,0)	0,0	Ganhos / perdas na alienação de activos	(0,1)	0,0
0,0	-	<i>Write-off</i> activos	0,0	
-	-	Recebimento relativo à alienação de terrenos	-	-
(0,0)	-	Acidentes resultantes de fenómenos naturais	(0,0)	
1,6	1,9	Rescisão contratos pessoal	1,6	1,9
0,0	4,5	Provisão para meio ambiente e outras	0,0	4,5
-	(0,9)	Margem na venda de licenças de emissão de dióxido carbono		(0,9)
1,5	5,5	Eventos não recorrentes do resultado operacional	1,5	5,5
-	(0,0)	Mais / menos valias na alienação de participações financeiras		(0,0)
-	-	Outros resultados financeiros		
1,5	5,4	Eventos não recorrentes antes de impostos	1,5	5,4
(0,4)	(1,0)	Imposto sobre eventos não recorrentes	(0,4)	(1,0)
1,1	4,5	Total de eventos não recorrentes	1,1	4,5

OUTROS

Milhões de Euros

Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2009	2010		2009	2010
		Exclusão de eventos não recorrentes		
-	-	Ganhos/perdas na alienação de activos	-	
-	-	Acidentes - Incêndio Refinaria de Sines	7,0	
-	-	<i>Write-off</i> activos	-	
(0,0)	3,2	Provisão para meio ambiente e outras	(0,0)	3,2
(0,0)	3,2	Eventos não recorrentes do resultado operacional	7,0	3,2
-	-	Mais/menos valias na alienação de participações financeiras		
(0,0)	3,2	Eventos não recorrentes antes de impostos	7,0	3,2
-	-	Impostos sobre eventos não recorrentes		
(0,0)	3,2	Total de eventos não recorrentes	7,0	3,2

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

RESUMO CONSOLIDADO

Milhões de Euros

Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2009	2010		2009	2010
		Exclusão de eventos não recorrentes		
-	-	Venda de <i>stock</i> estratégico		
-	-	Custo da venda de <i>stock</i> estratégico		
-	-	Custos com monoboia		
(4,1)	(1,6)	Acidentes resultantes de fenómenos naturais	(5,6)	(1,6)
(0,6)	0,0	Ganhos/perdas na alienação de activos	(1,9)	(0,1)
7,8	0,1	<i>Write-off</i> activos	7,5	(0,3)
-	(9,8)	Margem na venda de licenças de emissão de dióxido carbono		(9,8)
8,1	3,2	Rescisão contratos pessoal	9,0	9,1
3,5	0,0	Acidentes - incêndio refinaria de Sines	11,5	0,0
(3,6)	8,1	Provisão para meio ambiente e outras	(8,7)	8,0
(2,6)	7,9	Imparidade de activos	1,4	8,3
-	-	Outros	-	
8,5	7,9	Eventos não recorrentes do resultado operacional	13,1	13,7
(5,9)	(0,0)	Mais/menos valias na alienação de participações financeiras	(5,9)	(0,0)
-	-	Outros resultados financeiros		
2,6	7,9	Eventos não recorrentes antes de impostos	7,3	13,7
(2,7)	(1,2)	Impostos sobre eventos não recorrentes	(2,5)	(2,9)
(0,0)	6,7	Total de eventos não recorrentes	4,8	10,8

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS TRIMESTRAIS

Milhões de euros

Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2009	2010		2009	2010
		Proveitos operacionais		
2.794	3.511	Vendas	5.634	6.734
72	70	Serviços prestados	159	136
29	77	Outros rendimentos operacionais	61	102
2.895	3.658	Total de proveitos operacionais	5.854	6.972
		Custos operacionais		
(2.433)	(3.007)	Inventários consumidos e vendidos	(4.974)	(5.818)
(189)	(194)	Materiais e serviços consumidos	(376)	(370)
(82)	(79)	Gastos com o pessoal	(162)	(174)
(58)	(87)	Gastos com amortizações e depreciações	(126)	(158)
(11)	(48)	Provisões e imparidade de contas a receber	(21)	(59)
(17)	(10)	Outros gastos operacionais	(27)	(21)
(2.791)	(3.425)	Total de custos operacionais	(5.685)	(6.600)
104	233	Resultado operacional	169	372
27	18	Resultados de empresas associadas	44	34
0	0	Resultados de investimentos	0	0
		Resultados financeiros		
2	7	Rendimentos financeiros	6	12
(20)	(29)	Gastos financeiros	(39)	(52)
3	(9)	Ganhos (perdas) cambiais	1	(15)
-	2	Rendimentos de instrumentos financeiros	0	2
(0)	(0)	Outros ganhos e perdas	(1)	(1)
116	221	Resultados antes de impostos	180	353
(22)	(58)	Imposto sobre o rendimento	(40)	(91)
94	163	Resultado antes de interesses minoritários	139	262
(1)	(1)	Resultado afecto aos interesses minoritários	(3)	(2)
93	162	Resultado líquido	137	260
0,11	0,20	Resultado por acção (valor em Euros)	0,16	0,31

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 246º nº1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A. (Galp Energia) declara que:

Tanto quanto é do seu conhecimento a informação prevista na alínea a) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes que ocorreram no período a que se refere e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, 29 de Julho de 2010

O Conselho de Administração

Presidente

Francisco Luís Murteira Nabo

Vice-presidente:

Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais:

Manuel Domingos Vicente

Fernando Manuel dos Santos Gomes

José António Marques Gonçalves

André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Carlos Nuno Gomes da Silva

Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Massimo Mondazzi

Claudio De Marco

Paolo Grossi

Fabrizio Dassogno

Giuseppe Ricci

Luigi Spelli

Joaquim José Borges Gouveia

Maria Rita Galli

ANEXOS

1. ORGÃOS SOCIAIS

A composição actual dos Órgãos Sociais da Galp Energia, SGPS, S.A., eleitos para o mandato 2008-2010, é a seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Francisco Luís Murteira Nabo

Vice-presidente:

Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais:

Manuel Domingos Vicente

Fernando Manuel dos Santos Gomes

José António Marques Gonçalves

André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Carlos Nuno Gomes da Silva

Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Massimo Mondazzi

Claudio De Marco

Paolo Grossi

Fabrizio Dassogno

Giuseppe Ricci

Luigi Spelli

Joaquim José Borges Gouveia

Maria Rita Galli

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente:

Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais:

Claudio De Marco

Fernando Manuel dos Santos Gomes

André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Carlos Nuno Gomes da Silva

Fabrizio Dassogno

CONSELHO FISCAL

Presidente:

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogais:

José Gomes Honorato Ferreira

José Maria Rego Ribeiro da Cunha

Suplente:

Amável Alberto Freixo Calhau

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Efectivo:

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC, inscrita n OROC com o nº44 e na CMVM com o nº 1054, representada por Pedro João Reis de Matos Silva, ROC nº 491.

Suplente:

António Campos Pires Caiado, ROC nº588

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:

Daniel Proença de Carvalho

Vice-presidente:

Victor Manuel Pereira Dias

Secretário:

Pedro Antunes de Almeida

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efectivo:

Rui Maria Diniz Mayer

Suplente:

Maria Helena Claro Goldschmidt

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Presidente:

Caixa Geral de Depósitos

representada por António Maldonado Gonelha

Vogais:

Amorim Energia, B.V.

representada por Américo Amorim

Eni S.p.A

representada por Maurizio Cicia

2. DECLARAÇÕES E MENÇÕES OBRIGATÓRIAS

ACCIONISTAS COM PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS DIRECTAS E INDIRECTAS A 30 DE JUNHO DE 2010

(Artigo 448.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários)

Accionistas	Nº de acções	% Capital	% Voto
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	33,34%	33,34%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1,00%	1,00%
Eri, S.p.A.	276.472.161	33,34%	33,34%
Parpública - Participações Públicas, (SGPS), S.A.	58.079.514	7,00%	7,00%
Restantes accionistas	209.934.289	25,32%	25,32%
Total	829.250.635	100,00%	-

ACÇÕES PRÓPRIAS

Artigos 66.º alínea d) e 325.º-A n.º1 do Código das Sociedades Comerciais

Durante o primeiro semestre de 2010 a Galp Energia não adquiriu nem alienou acções próprias.

A 30 de Junho de 2010, a Galp Energia não era detentora de acções próprias.

POSIÇÃO ACCIONISTA A 30 DE JUNHO DE 2010 DOS ACTUAIS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE NA GALP ENERGIA, SGPS, S.A.

Nos termos do Artigo 447.º n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais

Membros do Conselho de Administração	Aquisição				Alienação				Total de acções a 30.06.2010
	Total de acções a 31.12.2009	Data	Nº acções	Valor (€/acção)	Data	Nº acções	Valor (€/acção)		
Francisco Luís Murteira Nabo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manuel Ferreira De Oliveira	85.640	-	-	-	-	-	-	-	85.640
Manuel Domingos Vicente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fernando Manuel dos Santos Gomes	3.900	-	-	-	-	-	-	-	3.900
José António Marques Gonçalves	42.700	-	-	-	-	-	-	-	42.700
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro	950	-	-	-	-	-	-	-	950
Carlos Nuno Gomes da Silva	11.110	-	-	-	-	-	-	-	11.110
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Massimo Mondazzi	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Claudio De Marco	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paolo Grossi	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria Rita Galli	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabrizio Dassogno	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Giuseppe Ricci	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luigi Spelli	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Joaquim José Borges Gouveia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Membros do conselho fiscal									
Daniel Bessa Fernandes Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
José Gomes Honorato Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
José Maria Rego Ribeiro da Cunha	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amável Alberto Freixo Calhau	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Revisor oficial de contas									
P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Calado & Associados, SROC	-	-	-	-	-	-	-	-	-

PRINCIPAIS TRANSAÇÕES RELEVANTES ENTRE PARTES RELACIONADAS REALIZADAS NOS SEIS PRIMEIROS MESES

Artigo 246.º nº3 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários

Durante o primeiro semestre de 2010 não existiram transacções relevantes entre partes relacionadas.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

3. CONTAS CONSOLIDADAS

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	Junho 2010	Junho 2009
Proveitos operacionais:			
Vendas	5	6.733.707	5.633.538
Prestação de Serviços	5	136.203	159.405
Outros proveitos operacionais	5	102.202	61.056 (a)
Total de proveitos operacionais:		6.972.112	5.853.999 (a)
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	6	5.817.724	4.973.705
Fornecimentos e serviços externos	6	370.462	375.982
Custos com o pessoal	6	173.662	161.806
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de activos fixos	6	157.643	126.432 (a)
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	6	59.463	20.670
Outros custos operacionais	6	20.886	26.591
Total de gastos operacionais:		6.599.840	5.685.186 (a)
Resultados operacionais:		372.272	168.813
Proveitos financeiros	8	11.790	5.589
Custos financeiros	8	(51.678)	(38.780)
Ganhos (perdas) cambiais		(14.713)	775
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas	4	34.226	43.707
Rendimentos de instrumentos financeiros	27	1.785	12
Outros ganhos e perdas		(657)	(578)
Resultado antes de impostos:		353.025	179.538
Imposto sobre o rendimento	9	(91.072)	(40.200)
Resultado antes de interesses minoritários:		261.953	139.338
Resultado afecto aos interesses minoritários	21	(2.292)	(2.797)
Resultado líquido consolidado do período	10	259.661	136.541
Resultado por acção (valor em Euros)	10	0,31	0,16

(a) Valores reexpressos face às demonstrações financeiras aprovadas no semestre findo em 30 de Junho de 2009 (vide Nota 2.21).

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o semestre findo em 30 de Junho de 2010.

O TÉCNICO ORÇAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Massimo Mondazzi

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Eng.ª Maria Rita Galli

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 30 DE JUNHO DE 2010 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

ACTIVO	Notas	Junho 2010	Dezembro 2009
Activo não corrente:			
Activos tangíveis	12	3.034.721	2.641.160 (a)
Goodwill	11	242.842	189.293
Activos intangíveis	12	1.307.035	1.318.424 (a)
Participações financeiras em associadas e conjuntamente controladas	4	245.743	226.985
Participações financeiras em participadas	4	2.895	2.725
Outras contas a receber	14	113.794	98.674
Activos por impostos diferidos	9	212.595	209.945
Outros investimentos financeiros	17	1.785	461
Total de activos não correntes:		5.161.410	4.687.667
Activo corrente:			
Inventários	16	1.421.002	1.228.833
Clientes	15	1.090.180	778.384
Outras contas a receber	14	534.296	571.695
Outros investimentos financeiros	17	2.690	1.803
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	9	-	1.807
Caixa e seus equivalentes	18	213.938	243.839
Total dos activos correntes:		3.262.106	2.826.361
Total do activo:		8.423.516	7.514.028
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital social	19	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Reservas de conversão	20	41.033	(10.761)
Outras reservas	20	193.384	193.364
Reservas de cobertura		(6.537)	(7.057)
Resultados acumulados		1.158.581	977.159
Dividendos antecipados	30	-	(49.755)
Resultado líquido consolidado do período		259.661	347.272
Total do capital próprio atribuível aos accionistas:		2.557.379	2.361.479
Interesses minoritários	21	28.052	27.184
Total do capital próprio:		2.585.431	2.388.663
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Empréstimos	22	1.424.358	1.047.114
Empréstimos obrigacionistas	22	700.000	700.000
Outras contas a pagar	24	329.491	381.495 (a)
Responsabilidades com beneficiários de reforma e outros beneficiários	23	282.005	270.759
Passivos por impostos diferidos	9	66.615	56.684
Outros instrumentos financeiros	27	9.078	9.295
Provisões	25	174.646	193.244
Total do passivo não corrente:		2.986.193	2.618.591
Passivo corrente:			
Empréstimos e descobertos bancários	22	572.853	422.273
Empréstimos obrigacionistas	22	-	1.369
Fornecedores	26	1.293.124	1.121.574
Outras contas a pagar	24	919.140	961.318
Outros instrumentos financeiros	27	290	240
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	9	66.485	-
Total do passivo corrente:		2.851.892	2.506.774
Total do passivo:		5.838.085	5.125.365
Total do capital próprio e do passivo:		8.423.516	7.514.028

(a) Valores reexpressos face às demonstrações financeiras aprovadas no exercício de 2009 (vide Nota 2.21).

As notas anexas fazem parte da demonstração da posição financeira consolidada em 30 de Junho de 2010.

O TÉCNICO ORÇAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabó

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Massimo Mondazzi

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Eng.ª Maria Rita Galli

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Junho 2010	Junho 2009
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		7.296.563	6.017.087
Pagamentos a fornecedores		(5.210.365)	(3.891.977)
Pagamentos ao pessoal		(117.562)	(128.252)
(Pagamentos)/recebimentos de imposto sobre produtos petrolíferos		(1.413.318)	(1.466.633)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(19.307)	(14.053)
Contribuições para o fundo de pensões		(98)	(191)
Pagamentos a reformados antecipadamente e pré-reformados		(6.986)	(5.860)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados		(5.527)	(4.483)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(310.625)	(288.554)
Fluxos das actividades operacionais (1)		212.775	217.084
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Participações financeiras		121	95
Activos tangíveis		1.895	553
Activos fixos intangíveis		300	-
Subsídios de investimento	13	1.542	14.120
Juros e proveitos similares		301	1.128
Dividendos	4	24.886	15.810
Empréstimos concedidos		4.002	12.877
		33.047	44.583
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras		(66.502)	(5.642)
Activos tangíveis		(576.259)	(291.433)
Activos intangíveis		(19.217)	(20.988)
Empréstimos concedidos		(1.653)	(16.773)
		(663.631)	(334.836)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(630.584)	(290.253)
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		429.835	1.102.388
Juros e proveitos similares		594	561
Letras descontadas		6.152	5.501
		436.581	1.108.450
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(62.013)	(685.241)
Juros de empréstimos obtidos		(9.484)	(13.030)
Juros e custos similares		(37.998)	(33.475)
Dividendos/distribuição de resultados	30	(117.212)	(143.584)
Reembolso de letras descontadas		(2.379)	(2.836)
Amortizações e juros de contratos de locação financeira		(56)	(71)
Juros de empréstimos obrigacionistas		(8)	(45)
		(229.150)	(878.282)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		207.431	230.168
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(210.378)	156.999
Efeito das diferenças de câmbio		(965)	12.211
Caixa e seus equivalentes no início do período	18	(61.290)	(238.835)
Variação de Perímetro	3	19.904	(9.582)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18	(252.729)	(79.207)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de Junho de 2010.

O TÉCNICO ORÇAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Massimo Mondazzi

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Eng.ª Maria Rita Galli

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	Junho 2010	Junho 2009
Resultado líquido consolidado do período	10	259.661	136.541
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios:			
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas do Grupo)	20	40.001	11.147
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas Associadas)		11.793	(1.598)
Outros aumentos/diminuições		20	-
		51.814	9.549
Aumentos / diminuições reservas de cobertura	27	471	(7.056)
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios resultantes de Empresas Associadas	27	(73)	(775)
Imposto relacionado com as componentes de Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		121	2.063
		520	(5.768)
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios líquidos de imposto		52.334	3.781
Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios antes de interesses minoritários:		311.995	140.322
Outros Ganhos e Perdas de interesses minoritários		868	(554)
Ganhos e Perdas consolidados reconhecidos nos Capitais Próprios:		312.863	139.768

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o semestre findo em 30 de Junho de 2010.

O TÉCNICO ORÇAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Massimo Mondazzi

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Eng. Maria Rita Galli

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

Galp Energia, SGPS, S.A e subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS SEMESTRES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Movimentos do período	Notas	Capital social	Prémios de emissão de acções	Reservas de conversão (Nota 20)	Outras reservas (Nota 20)	Reservas de cobertura	Resultados acumulados	Dividendos antecipados (Nota 30)	Resultado líquido consolidado do período	Sub-Total	Interesses minoritários (Nota 21)	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2009		829.251	82.006	(27.449)	174.480	(1.752)	1.144.432	(124.095)	116.971	2.193.844	24.975	2.218.819
Resultado líquido consolidado do período	10	-	-	-	-	-	-	-	136.541	136.541	-	136.541
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	9.549	-	(5.768)	-	-	-	3.781	(554)	3.227
Rendimento integral do período		-	-	9.549	-	(5.768)	-	-	136.541	140.322	(554)	139.768
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados		-	-	-	-	-	(265.360)	124.095	-	(141.265)	-	(141.265)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	18.884	-	98.087	-	(116.971)	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2009		829.251	82.006	(17.900)	193.364	(7.520)	977.159	-	136.541	2.192.901	24.421	2.217.322
Saldo em 31 de Dezembro de 2009		829.251	82.006	(10.761)	193.364	(7.057)	977.159	(49.755)	347.272	2.361.479	27.184	2.388.663
Resultado líquido consolidado do período	10	-	-	-	-	-	-	-	259.661	259.661	-	259.661
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	51.794	20	520	-	-	-	52.334	868	53.202
Rendimento integral do período		-	-	51.794	20	520	-	-	259.661	311.995	868	312.863
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados	30	-	-	-	-	-	(165.850)	49.755	-	(116.095)	-	(116.095)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	-	347.272	-	(347.272)	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2010		829.251	82.006	41.033	193.384	(6.537)	1.158.581	-	259.661	2.557.379	28.052	2.585.431

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o semestre findo em 30 de Junho de 2010.

O TÉCNICO ORÇAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luis Murteira Nabó

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Massimo Mondazzi

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Eng. Maria Rita Galli

ÍNDICE DE NOTAS

1. Nota introdutória	48
a)... Empresa – mãe:	48
b) .. O Grupo:	48
c)... Actividade	50
2. Principais políticas contabilísticas	51
2.1. Alteração de políticas contabilísticas	52
3. Empresas incluídas na consolidação	53
4. Participações financeiras em empresas	54
4.1. Participações financeiras em empresas conjuntamente controladas	54
4.2. Participações financeiras em empresas associadas	55
4.3. Participações financeiras em empresas participadas	56
5. Proveitos operacionais	56
6. Gastos operacionais	58
7. Informação por segmentos	59
8. Proveitos e custos financeiros	62
9. Imposto sobre o rendimento	62
10. Resultados por acção	63
11. Goodwill	63
12. Activos tangíveis e intangíveis	65
13. Subsídios	67
14. Outras contas a receber	68
15. Clientes	71
16. Inventários	72
17. Outros investimentos financeiros	73
18. Caixa e seus equivalentes	74
19. Capital social	74
20. Reservas de conversão e outras reservas	75
21. Interesses minoritários	76
22. Empréstimos	76
23. Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	78
24. Outras contas a pagar	79
25. Provisões	81
26. Fornecedores	82
27. Outros instrumentos financeiros – derivados financeiros	83
28. Entidades relacionadas	87
29. Remunerações dos órgãos sociais	87
30. Dividendos	87
31. Reservas petrolíferas	88
32. Gestão de riscos financeiros	88
33. Activos e responsabilidades contingentes	88
34. Informação sobre matérias ambientais	93
35. Eventos subsequentes	94
36. Aprovação das demonstrações financeiras	94

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

a) Empresa – mãe:

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sobre a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de “Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S.A.”, tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual – Galp Energia, SGPS, S. A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.; GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. (“Transgás, S.A.” actualmente denominada por Galp Gás Natural, S.A.).

Ao longo dos últimos anos a estrutura accionista da Empresa sofreu diversas alterações encontrando-se a posição em 30 de Junho de 2010 evidenciada na Nota 19.

Parte das acções da Empresa representativas de 25,32% do Capital Social encontram-se cotadas em bolsa, na Euronext Lisbon.

b) O Grupo:

Em 30 de Junho de 2010 o Grupo Galp (“Grupo”) é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem, entre outras: (i) a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (“Petrogal”) e respectivas subsidiárias que desenvolvem as suas actividades de “upstream” e “downstream” na área do petróleo bruto e seus derivados; (ii) a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade na área do gás natural; (iii) a Galp Power, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade no sector da electricidade e das energias renováveis; e (iv) a Galp Energia, S.A., empresa que desenvolve os serviços de suporte corporativos.

b1) Actividade de “Upstream” e “Downstream” na área do petróleo bruto

A Petrogal é a única empresa a operar no sector da refinação de petróleos em Portugal e está também presente na distribuição de produtos refinados de petróleo através da marca GALP, da qual é proprietária. A Petrogal e as suas subsidiárias desenvolvem a sua actividade na área da exploração e produção (“upstream”) e da refinação e distribuição (“downstream”) de petróleo bruto e seus derivados.

b2) Actividade de Gás Natural

As empresas subsidiárias do Grupo GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. que têm actividade de: i) aprovisionamento, venda a produtores de electricidade em regime ordinário, venda ao comercializador de último recurso grossista e venda a grandes clientes em regime de mercado livre, nomeadamente através da Galp Gás Natural, S.A.; ii) comercialização por grosso a clientes em regime de mercado regulado; iii) armazenagem através da Transgás Armazenagem, S.A. e iv) distribuição e comercialização de gás natural, nomeadamente através da Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., que operam com base em contratos de concessão celebrados com o Estado Português, que tinham data de término em 2028 (ou 2034 no caso da Beiragás). Os contratos iniciais, excepto o da Galp Gás Natural, S.A., estiveram em vigor até ao ano de 2007 (inclusive). Em 11 de Abril de 2008 foram assinados novos contratos de concessão com efeitos a 1 de Janeiro de 2008 e que terminam em 2045 no caso da actividade de armazenagem e 2047 no caso das actividades de distribuição e comercialização de gás natural ao abrigo da nova legislação para este sector. Findo este prazo, os bens afectos às concessões serão transferidos para o Estado Português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens àquela data, líquido de amortizações, participações financeiras e subsídios a fundo perdido.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, que aprovou a estratégia nacional para a energia, estabelece como uma das linhas de orientação a liberalização e a promoção da concorrência nos mercados energéticos, através da alteração dos respectivos enquadramentos estruturais.

O decreto-lei n.º 30/2006, de 15 de Fevereiro, concretizando no plano normativo a linha estratégica da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, define para o sector do gás natural um quadro legislativo coerente e articulado com a legislação comunitária e os principais objectivos estratégicos aprovados na referida resolução. Neste quadro, são estabelecidos os princípios de organização e funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural, bem como as regras gerais aplicáveis ao exercício das actividades de recepção, armazenamento e regaseificação de GNL, armazenamento subterrâneo, transporte, distribuição e comercialização, transpondo--se, desta forma, os princípios da Directiva n.º 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, tendo por finalidade o incremento de um mercado livre e concorrencial. A organização do Sistema Nacional de Gás Natural assenta fundamentalmente na exploração da rede pública de gás natural, constituída pela Rede Nacional de Transporte, Instalações de Armazenamento e Terminais e pela Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural. A exploração destas infra-estruturas processa-se através de concessões de serviço público, ou de licenças de serviço público no caso de redes locais autónomas de distribuição. Simultaneamente, nas condições a estabelecer em legislação complementar, permite-se a distribuição privativa de gás natural através de licença para o efeito.

b3) Actividade de Produção e Comercialização de Energia

As empresas subsidiárias do Grupo Galp Power desenvolvem as actividades relacionadas com a produção e comercialização de energia eléctrica e térmica.

c) Actividade

A actividade do Grupo Galp Energia compreende os seguintes negócios:

- O segmento de negócio de Exploração e Produção (“E&P”) é responsável pela presença da Galp Energia no sector “upstream” da indústria petrolífera, levando a cabo a supervisão e execução de todas as actividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente em Angola, Brasil, Moçambique e Timor-Leste.
- O segmento de negócio de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos (“Refinação e Distribuição”) detém as duas únicas refinarias existentes em Portugal e inclui ainda todas as actividades de comercialização, a retalho e grossista, de produtos refinados (incluindo GPL). O segmento de Refinação e Distribuição engloba igualmente a maior parte das infra-estruturas de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos em Portugal, as quais se encontram estrategicamente localizadas, quer para a exportação quer para a distribuição dos produtos nos principais centros de consumo. Esta actividade de comercialização a retalho com a marca Galp, estende-se ainda a Espanha, Moçambique, Guiné Bissau, Gambia e Suazilândia com subsidiárias totalmente detidas pelo grupo e “joint-ventures” em Angola e Cabo Verde.
- O segmento de negócio de Gás e Power abrange as áreas de negócio de Aprovisionamento, Comercialização e Distribuição de Gás Natural e Geração de Energia Eléctrica e Térmica.
 - A área de Aprovisionamento e Comercialização de Gás Natural destina-se a fornecer gás natural a grandes clientes industriais, com um consumo anual superior a 2 milhões de m³, a empresas produtoras de electricidade, às empresas integradas comercializadoras de gás natural e às UAG ‘s (“Unidades Autónomas de Gás”). A Galp também mantém os contratos de aprovisionamento de longo prazo com empresas da Argélia e da Nigéria, de forma a satisfazer a procura dos seus clientes.
 - A área de Distribuição e Comercialização de Gás Natural em Portugal, em conjunto com as empresas distribuidoras e comercializadoras de gás natural nas quais a Galp Energia detém participações significativas, tem em vista a venda de gás natural a clientes residenciais, comerciais e industriais com consumos anuais inferiores a 2 milhões de m³. Além disso, a Galp opera igualmente em Espanha através de subsidiárias com actividades reguladas de distribuição de gás natural em baixa pressão, que fornecem 38 municípios adjacentes à cidade de Madrid, com cerca de 507.000 fogos com ligação à sua rede. A actividade de comercialização de gás natural inclui a venda a clientes finais, regulados e não regulados, na área abrangida pelo negócio de distribuição acima referido, fornecendo gás natural a cerca de 412.000 clientes com um consumo anual de cerca de 0,4 mil

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

milhões de metros cúbicos. A Galp fornece, igualmente, energia eléctrica a mais de 8.000 clientes em Espanha e outros serviços de valor acrescentado.

- A área de Power produz actualmente energia eléctrica e térmica que fornece a grandes clientes industriais. Actualmente a Galp Energia detém participações em quatro centrais de cogeração com uma capacidade instalada total de 160 MW. Adicionalmente, detém participação em parques eólicos e numa central de ciclo combinado, a qual se encontram ainda em fase de investimento.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (moeda funcional), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Galp Energia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, efectivas para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2005. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por “IFRS”.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras consolidadas anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira consolidada intercalar preparada ao abrigo da IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar. Assim, na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportáveis de Activos e Passivos, assim como as quantias reportáveis de Proveitos e Custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram contudo efectuadas, com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

Durante o primeiro semestre do ano de 2010 foram somente divulgadas as variações materiais exigidas pelo normativo IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações. Para as restantes divulgações decorrentes deste normativo, consultar as demonstrações financeiras consolidadas da empresa em 31 de Dezembro de 2009.

2.1. Alteração de políticas contabilísticas

O IASB (International Accounting Standard Board), entidade que procede ao estudo e revisão sistemática das normas IAS/IFRS, tem em marcha um projecto de alteração da norma IAS 20, no âmbito do projecto de convergência (MoU – Memorandum of Understanding) com o organismo norte-americano FASB (Financial Accounting Standards Board). Está a ser questionado que a dedução de subsídios ao investimento ao valor dos activos, poderá diminuir o seu valor diminuindo a clareza nos valores apresentados. Concordando com o disposto, no primeiro semestre de 2010 a Galp decidiu alterar a política de contabilização dos subsídios ao investimento concedidos por organismos governamentais, passando a adoptar o tratamento alternativo da norma IAS 20 de registar os subsídios recebidos na rubrica de outras contas a pagar do passivo e a respectiva amortização na rubrica de outros proveitos operacionais da demonstração dos resultados. Até 31 de Dezembro de 2009 a Galp Energia registava os subsídios ao investimento como uma dedução ao valor dos activos e a respectiva amortização na rubrica de amortizações, depreciações e perdas por imparidade da demonstração de resultados.

Além da alteração contabilística acima mencionada, o Grupo analisou as suas operações à luz da interpretação IFRIC 12 – “Acordos de Concessão de Serviços”, com aplicação obrigatória em exercícios iniciados a 1 de Janeiro de 2010, tendo constatado que a sua actividade de armazenagem e distribuição de gás natural se encontra abrangida por esta interpretação, pelo facto de ser concessionada pelo Estado português, os activos reverterem no fim da concessão para o concedente, os preços praticados encontrarem-se controlados pelo concedente, bem como, pela razão, de se estar a praticar uma prestação de serviço público.

O Grupo considera que pela especificidade das concessões e sistema regulatório existente, deve aplicar o Modelo de Activo Intangível. Como tal, os activos tangíveis e intangíveis foram reclassificados para a rubrica de Acordos de serviço de concessão nos activos intangíveis, sem afectar a vida útil dos mesmos.

Devido às alterações das políticas contabilísticas, quanto a subsídios ao investimento e aplicação da IFRIC 12 os montantes comparativos das demonstrações financeiras foram reexpressos à data de 31 de Dezembro de 2009, sendo os efeitos na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados representados nos quadros abaixo:

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

Demonstração da posição financeira:

	Activo Bruto - Dezembro 2009			Amortizações acumuladas e imparidades - Dezembro 2009				
	Activo Bruto 2009	Aplicação da IFRIC 12	Transferência de subsídios p/ Proveitos diferidos	Activo Bruto reexpresso	Amortizações Acumuladas e Imparidades 2009	Aplicação da IFRIC 12	Transferência de subsídios p/ Proveitos diferidos	Amortizações acumuladas e Imparidades reexpresso
Activos Tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	289.545	(10.832)	1.193	279.906	(3.305)	1.705	(314)	(1.914)
Edifícios e outras construções	855.916	(8.818)	7.212	854.310	(519.973)	2.835	(3.737)	(520.875)
Equipamento básico	4.523.961	(929.633)	297.514	3.891.842	(3.063.425)	232.895	(124.356)	(2.954.886)
Equipamento de transporte	26.377	-	-	26.377	(22.262)	-	-	(22.262)
Ferramentas e utensílios	5.589	-	9	5.598	(4.428)	-	(9)	(4.437)
Equipamento administrativo	156.524	-	777	157.301	(129.045)	-	(758)	(129.803)
Taras e vasilhame	154.239	-	13	154.252	(137.676)	-	(2)	(137.678)
Outras imobilizações corpóreas	154.888	-	335	155.223	(100.831)	-	(315)	(101.146)
Imobilizações em curso	1.002.044	(17.296)	2.456	987.204	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	2.148	-	-	2.148	-	-	-	-
	7.171.231	(966.579)	309.509	6.514.161	(3.980.945)	237.435	(129.491)	(3.873.001)
Activos Intangíveis								
Despesas de instalação	4.682	-	1	4.683	(4.325)	-	(1)	(4.326)
Despesas de investigação e de desenvolvimento	4.998	-	8.552	13.550	(4.341)	-	(7.932)	(12.273)
Propriedade industrial e outros direitos	436.027	-	570	436.597	(191.871)	-	(559)	(192.430)
Reconversão de consumos para gás natural	282.458	(389.607)	117.602	10.453	(73.188)	89.852	(26.668)	(10.004)
Trespases	42.178	-	-	42.178	(11.752)	-	-	(11.752)
Acordos de concessão	-	1.338.890	-	1.338.890	-	(327.287)	-	(327.287)
Imobilizações em curso - acordos de concessão	-	18.493	-	18.493	-	-	-	-
Imobilizações em curso	12.850	(1.198)	-	11.652	-	-	-	-
	783.193	966.578	126.725	1.876.496	(285.477)	(237.435)	(35.160)	(558.072)

Demonstração de resultados:

	Junho 2009	Aplicação da IFRIC 12	Transferência de subsídios p/ Proveitos operacionais	Junho 2009 reexpresso
Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis	108.358	(10.787)	3.857	101.428
Amortizações e imparidades de activos intangíveis	12.688	(4.244)	1.529	9.973
Amortizações e imparidades de acordos de concessão	-	15.031	-	15.031
Total de custos de amortizações (Nota 6)	121.046	-	5.386	126.432
Proveitos Operacionais - subsídios ao investimento (Nota 5)	-	-	(5.386)	(5.386)
	-	-	(5.386)	(5.386)

Para esclarecimentos adicionais sobre as demais políticas contabilísticas seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas intercalares e outras informações, consultar as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Durante o período findo em 30 de Junho de 2010 o perímetro de consolidação foi alterado face ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 conforme segue:

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

- Empresas adquiridas:

O Grupo Galp Energia adquiriu à Gás Natural Fenosa (Gás Natural) o negócio de comercialização que inclui a venda de gás natural a clientes finais, regulados e não regulados, na região de Madrid, ainda o fornecimento de energia eléctrica e outros serviços de valor acrescentado. Esta aquisição foi concretizada a 30 de Abril de 2010 da seguinte forma:

- A Galp Energia España, S.A. adquiriu 100% do capital da Madrileña Suministro de Gas 2010, S.L., pelo montante de mEuros 46.566, tendo gerado um Goodwill, apurado provisoriamente, de mEuros 44.274 (Nota 11);
- A Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. através da sua Sucursal em España adquiriu 100% do capital da Madrileña Suministro de Gas Sur 2010, S.L., pelo montante de mEuros 11.641, resultando um Goodwill, apurado provisoriamente, de mEuros 9.275 (Nota 11).

- Empresas alienadas:

Em 22 de Junho de 2010 a subsidiária Galp Power, SGPS, S.A. alienou 50% da participação da Galp Central de Ciclo Combinado de Sines, S.A. à Internacional Power Portugal Holding, SGPS, S.A. tendo gerado uma mais valia no montante de mEuros 40 (Nota 4.1).

4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS

4.1. Participações financeiras em empresas conjuntamente controladas

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em empresas conjuntamente controladas no período findo em 30 de Junho de 2010 que se encontram reflectidas pelo método da equivalência patrimonial foi o seguinte:

Empresas	Saldo inicial	Alienação da participação	Ganhos / Perdas	Mais/Menos-valia na alienação de partes de capital	Dividendos	Transferências / Regularizações	Saldo final
Participações financeiras							
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	32.194	-	4.030	-	(8.775)	-	27.449
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	8	-	2	-	-	-	10
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	-	-	36	-	-	-	36
	32.202	-	4.068	-	(8.775)	-	27.495
Provisões para partes de capital em empresas associadas							
Ventinveste, S.A. (Nota 25)	(288)	-	(124)	-	-	-	(412)
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. (Nota 25)	(20)	-	(24)	-	-	-	(44)
Galp Central de Ciclo Combinado de Sines, S.A. (Nota 25) (a)	-	(25)	-	40	-	(29)	(14)
	(308)	(25)	(148)	40	-	(29)	(470)
	31.894	(25)	3.920	40	(8.775)	(29)	27.025

(a) Galp Power, SGPS, S.A. alienou 50% da participação à Internacional Power Portugal Holding, SGPS, S.A. passando assim o controlo da Galp Central de Ciclo Combinado de Sines, S.A. a ser partilhado.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

4.2. Participações financeiras em empresas associadas

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas no período findo em 30 de Junho de 2010 foi o seguinte:

Empresas	Saldo inicial	Aumento participação	Ganhos / Perdas	Ajust. conversão cambial	Ajust. reservas cobertura	Resultados exercícios ant.	Dividendos	Transferências / Regularizações	Saldo final
Participações financeiras									
Compañia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A.	57.873	-	3.487	-	-	(306)	(1.891)	-	59.163
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	56.855	-	20.006	11.420	-	-	(13.556)	-	74.725
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	17.473	-	1.719	-	-	-	(2.997)	-	16.195
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L	17.502	-	916	-	-	56	(966)	50	17.558
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás,	16.246	-	1.773	-	-	-	-	-	18.019
Gasoduto Extremadura, S.A.	15.063	-	2.024	-	-	-	(3.790)	-	13.297
MDA - Mobil Dis a Aviacións, S.A.	5.054	-	581	-	-	-	-	-	5.635
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	4.096	-	1.132	-	(53)	36	-	-	5.211
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	1.962	-	986	330	-	-	-	-	3.278
Metragaz, S.A.	1.527	-	127	43	-	-	-	-	1.697
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	1.028	-	(14)	-	-	47	-	-	1.061
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	104	-	-	-	-	-	-	-	104
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	(a)	1.782	3	-	-	-	-	-	1.785
Energim - Sociedade de Produção de Electricidade e	-	-	173	-	-	48	-	(176)	45
C.L.C. Guiné Bissau - Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	-	-	51	-	-	195	-	229	475
	194.783	1.782	32.964	11.793	(53)	76	(23.200)	103	218.248
Provisões para partes de capital em empresas associadas									
Energim - Sociedade de Produção de Electricidade e Calar, S.A.	(176)	-	-	-	-	-	-	176	-
	(176)	-	-	-	-	-	-	176	-
	194.607	1.782	32.964	11.793	(53)	76	(23.200)	279	218.248

(a) A Subsidiária Galp Power, SGPS, S.A. adquiriu 50% do capital do Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda., pelo montante de mEuros 1.782 que tinha à data da compra Capitais Próprios negativos no montante de mEuros 180, resultando um Goodwill no montante de mEuros 1.872.

A rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e conjuntamente controladas registadas nas demonstrações consolidadas dos resultados para o período findo em 30 de Junho de 2010 tem a seguinte composição:

Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial:	
Empresas associadas	32.964
Empresas associadas - correções relativas a exercícios anteriores	76
Empresas conjuntamente controladas	3.920
Correções relativas a exercícios anteriores em empresas do grupo	(2.774)
Efeito da alienação de partes de capital de empresas do grupo e associadas:	
Menos-valia na alienação de 50% da participação da Galp Central de Ciclo Combinado de Sines, S.A.	40
	34.226

O valor recebido de dividendos no exercício de 2010 foi de mEuros 25.735 deste montante, mEuros 849 não geraram fluxo monetário uma vez que foi efectuado encontro de contas e adicionalmente foi recebido o montante de mEuros 590 referente a exercícios anteriores. No entanto foi reflectido na rubrica de participações financeiras em empresas conjuntamente controladas (Nota 4.1) e associadas (Nota 4.2), o montante total de mEuros 31.975 relativos a dividendos correspondentes ao montante aprovado em Assembleia Geral das respectivas empresas. A diferença de mEuros 6.830 refere-se a: montantes já aprovados que ainda não foram recebidos no montante de mEuros 6.903 e a diferenças cambiais favoráveis que ocorreram no momento do pagamento e que foram reflectidas na rubrica de ganhos (perdas) cambiais, na demonstração de resultados no montante de mEuros 73.

4.3. Participações financeiras em empresas participadas

Durante o período findo em 30 de Junho de 2010, não ocorreram variações significativas na rubrica de Participações financeiras em empresas participadas, face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa em 31 de Dezembro de 2009. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

5. PROVEITOS OPERACIONAIS

O detalhe dos rendimentos operacionais do Grupo para os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 é como segue:

Rubricas	Junho 2010	Junho 2009
Vendas:		
de produtos	3.922.312	2.798.048
de mercadorias	2.811.395	2.835.490
	6.733.707	5.633.538
Prestação de serviços	136.203	159.405
Outros proveitos operacionais:		
Proveitos suplementares	50.253	27.499
Subsídios à exploração	9.616	1.239
Trabalhos para a própria empresa	5.912	10.388
Subsídios ao investimento	5.088	5.386 (a)
Ganhos em imobilizações	421	2.572
Outros	30.912	13.972
	102.202	61.056
	6.972.112	5.853.999 (a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.1.

O montante das vendas de produtos no período findo em 30 de Junho de 2010 teve um aumento significativo quando comparado com as do mesmo período de 2009, originado essencialmente pelo aumento do preço de venda dos produtos combustíveis.

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

A rubrica de vendas de mercadorias inclui o montante de mEuros 14.651 (Nota 14) relativo à diferença entre o custo de aquisição do gás natural aos fornecedores do grupo e os preços de venda definidos pela ERSE para o ano gás 2009-2010, os quais são actualizados trimestralmente.

A rubrica de proveitos suplementares para o período findo em 30 de Junho de 2010 inclui mEuros 26.874 relativos à renegociação do contrato de cessão e aluguer de fibra óptica com a Onitelecom que culminou com a antecipação do prazo final do contrato para 31 de Dezembro de 2010 (Nota 24).

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

A rubrica de outros para o período findo em 30 de Junho de 2010 inclui essencialmente o montante de (i) mEuros 14.639 que está relacionado ao acerto do preço de compra e venda de gás, (ii) mEuros 9.786 referentes a venda de títulos de emissão de CO₂ (Nota 34) relativos ao primeiro semestre de 2010 e (iii) mEuros 1.275 relativo a indemnização que a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., receberá do incidente na refinaria de Sines em Janeiro de 2009.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

6. GASTOS OPERACIONAIS

Os resultados dos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 foram afectados pelas seguintes rubricas de gastos operacionais:

RUBRICAS	Junho 2010	Junho 2009
Custo das Vendas:		
Mercadorias	1.618.356	1.833.102
Matérias primas e subsidiárias	2.945.981	1.884.433
Imposto sobre produtos petrolíferos	1.349.153	1.458.031
Variação da produção	(102.244)	252.798
Reduções (aumentos) ao inventário	1.209	(448.963)
Derivados financeiros	5.269	(5.696)
	5.817.724	4.973.705
Fornecimento e serviços externos:		
Transporte de mercadorias	53.677	55.332
Armazenagem e enchimento	42.649	36.250
Rendas e alugueres	40.484	41.615
Conservação e reparação	25.334	36.367
Seguros	12.226	19.529
Publicidade	10.766	6.667
Comissões	10.491	12.507
Subcontratos	5.913	2.522
Serviços e taxas portuárias	3.987	6.772
Outros serviços especializados	108.094	103.476
Outros fornecimentos e serviços externos	30.603	32.653
Outros custos	26.238	22.292
	370.462	375.982
Custos com pessoal:		
Remunerações órgãos sociais (Nota 29)	2.387	2.211
Remunerações do pessoal	109.523	99.706
Encargos sociais	24.687	24.701
Benefícios de reforma - pensões e seguros	29.551	28.255
Outros seguros	4.080	3.818
Outros gastos	3.434	3.115
	173.662	161.806
Amortizações, depreciações e imparidades:		
Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis	129.438	101.428 (a)
Amortizações e imparidades de activos intangíveis	12.179	9.973 (a)
Amortizações e imparidades de acordos de concessão	16.026	15.031 (a)
	157.643	126.432 (a)
Provisões e imparidade de contas a receber		
Provisões e reversões (Nota 25)	52.451	11.783
Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 15)	4.988	14.046
Perdas e ganhos de imparidade de outras contas a receber (Nota 14)	2.024	(5.159)
	59.463	20.670
Outros custos operacionais		
Outros impostos	7.533	6.020
Perdas em Imobilizações	55	8.177
Outros custos operacionais	13.298	12.394
	20.886	26.591
	6.599.840	5.685.186 (a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.1.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

A variação verificada na rubrica de reduções ao inventário ficou a dever-se à reversão do ajustamento constituído em Dezembro de 2008 face ao comportamento das cotações internacionais dos produtos petrolíferos que se aproximaram ou ultrapassaram os valores contabilísticos das existências, naquela data.

A rubrica de outros serviços especializados no montante de mEuros 108.094 inclui o montante debitado pela Ren Gasodutos à Galp Gás Natural pela utilização efectuada da rede nacional de transporte de gás natural cujo montante no período findo em 30 de Junho de 2010 ascendeu a mEuros 28.574.

O montante de mEuros 52.451 respeitante a provisões e reversões inclui essencialmente o reforço da provisão para fazer face ao acerto do preço de compra e de venda de gás no montante de mEuros 40.107 (Nota 25 e Nota 33).

A rubrica de outros custos operacionais inclui o montante de mEuros 690 referente a donativos à Fundação Galp Energia.

7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Segmentos de negócio

O grupo está organizado em quatro segmentos de negócio, com as seguintes unidades de negócio:

- Gás e Power;
- Refinação e Distribuição de produtos Petrolíferos;
- Exploração e Produção;
- Outros.

Relativamente ao segmento de negócio “outros”, o grupo considerou a empresa holding Galp Energia, SGPS, S.A., e empresas com actividades distintas nomeadamente a Tagus Re, S.A. e a Galp Energia, S.A..

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

Seguidamente apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, em que se desdobram, para melhor detalhe, o segmento de Gás e Power nas áreas de gás natural e electricidade:

	Aprovisionamento e Distribuição de Gás Natural		Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos		Exploração e Produção		Electricidade		Outros		Eliminações		Consolidado	
	2010	2009 (*)	2010	2009 (*)	2010	2009 (*)	2010	2009 (*)	2010	2009 (*)	2010	2009 (*)	2010	2009 (*)
Proveitos														
Vendas e Prestações Serv Inter-segmentais	746.343	708.234	6.099.406	5.100.482	101.092	53.214	66.725	16.532	63.613	62.803	(207.269)	(148.322)	6.869.910	5.792.943
Externas	70.095	46.063	653	548	58.798	47.577	22.597	319	55.126	53.814	(207.269)	(148.322)	-	-
	676.248	662.171	6.098.753	5.099.934	42.294	5.637	44.128	16.213	8.487	8.988	-	-	6.869.910	5.792.943
EBITDA IAS/IFRS (1)	147.985	71.453	327.186	199.061	93.184	37.503	14.163	1.665	6.892	6.170	(32)	63	589.378	315.915
Gastos não Desembolsáveis														
Amortizações e Ajustamentos	(16.734)	(15.824)	(95.601)	(88.567)	(39.675)	(20.255)	(4.751)	(1.550)	(882)	(236)	-	-	(157.643)	(126.432)
Provisões (liq.)	(45.284)	(12.899)	(2.714)	(3.431)	(7.940)	(3.488)	-	-	(3.525)	(852)	-	-	(59.463)	(20.670)
Resultados Segmentais IAS/IFRS	85.967	42.730	228.871	107.063	45.569	13.760	9.412	115	2.485	5.082	(32)	63	372.272	168.813
Resultados Particip. Financeiras	26.349	23.627	7.957	19.965	-	(80)	148	(236)	(228)	431	-	-	34.226	43.707
Outros Result. Financeiros	(4.108)	(7.554)	(53.577)	(27.500)	(3.440)	104	(814)	(1.089)	8.435	3.120	32	(63)	(53.472)	(32.982)
Imposto sobre o Rendimento	(31.382)	(12.809)	(33.283)	(14.088)	(20.404)	(9.650)	(2.575)	175	(3.429)	(3.828)	-	-	(91.073)	(40.200)
Interesses Minoritários	(1.458)	(1.703)	(808)	(704)	-	-	(26)	(390)	-	-	-	-	(2.292)	(2.797)
Resultados Líquido IAS/IFRS	75.368	44.291	149.160	84.736	21.725	4.134	6.145	(1.425)	7.263	4.805	-	-	259.661	136.541
Em 30 Junho 2010 e 31 de Dezembro de 2009 (*)														
OUTRAS INFORMAÇÕES														
Activos do Segmento (2)														
Investimento Financeiro (3)	124.324	106.909	121.719	121.730	-	306	2.129	306	466	459	-	-	248.638	229.710
Outros Activos	1.777.008	1.650.467	5.368.771	4.692.383	1.197.510	913.518	202.396	169.019	2.786.223	2.005.742	(3.157.030)	(2.146.811)	8.174.878	7.284.318
Activos Totais Consolidados	1.901.332	1.757.376	5.490.490	4.814.113	1.197.510	913.824	204.525	169.325	2.786.689	2.006.201	(3.157.030)	(2.146.811)	8.423.516	7.514.028
Passivos Totais Consolidados	1.290.552	1.239.668	5.151.719	4.123.734	231.313	200.191	194.144	165.114	2.127.387	1.543.469	(3.157.030)	(2.146.811)	5.838.085	5.125.365
Investimento Activos Tangíveis e Intangíveis	22.335	32.270	325.389	151.277	146.361	72.238	22.101	6.623	2.212	1.529	-	-	518.397	263.937

(*) Valores reexpressos face às contas publicadas conforme nota 2.1 ABDR

(1) EBITDA = Resultados Segmentais/EBIT + Amortizações+Provisões

(2) Quantia líquida.

(3) Pelo Método da Equivalência Patrimonial.

Vendas e Prestações de Serviços Inter-segmentais

Segmentos	Aprovisionamento e Distribuição de Gás Natural	Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos	Exploração e Produção	Electricidade	Outros	TOTAL
Aprovisionamento e Distribuição de Gás Natural	n.a.	354	-	-	10.538	10.892
Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos	24.174	n.a.	58.799	22.588	41.307	146.868
Exploração e Produção	-	13	n.a.	-	1.781	1.794
Electricidade	45.920	16	-	n.a.	1.499	47.435
Outros	-	271	-	10	n.a.	281
	70.094	654	58.799	22.598	55.125	207.270

As principais transacções inter-segmentais de vendas e prestações de serviços referem-se essencialmente a:

- Aprovisionamento e distribuição de gás natural: venda de gás natural para o processo produtivo das refinarias de Leixões e Refinação e distribuição de produtos petrolíferos: abastecimento de viaturas de todas as Empresas do Grupo;
- Exploração e Produção: venda de crude ao segmento de Refinação e distribuição de produtos petrolíferos;
- Electricidade: fornecimento de vapor para o processo produtivo da refinaria de Sines;
- Outros: serviços de back-office e de gestão.
- Sines (Refinação e distribuição de produto petrolíferos), e para processo produtivo de electricidade (segmento electricidade);

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

Num contexto de partes relacionadas, à semelhança do que acontece entre empresas independentes que efectuam operações entre si, as condições em que assentam as suas relações comerciais e financeiras são regidas pelos mecanismos de mercado.

Os pressupostos subjacentes à determinação dos preços nas transacções entre as Empresas do Grupo assentam na consideração das realidades e características económicas das situações em apreço, ou seja, na comparação das características das operações ou das empresas susceptíveis de terem impacto sobre as condições inerentes às transacções comerciais em análise. Neste contexto, são analisados, entre outros, os bens e serviços transaccionados, as funções exercidas pelas partes (incluindo os activos utilizados e os riscos assumidos), as cláusulas contratuais, a situação económica dos intervenientes bem como as respectivas estratégias negociais.

A remuneração, num contexto de partes relacionadas, corresponde assim à que é adequada, por regra, às funções exercidas por cada empresa interveniente, tendo em atenção os activos utilizados e os riscos assumidos. Assim, e para determinação desta remuneração são identificadas as actividades desenvolvidas e riscos assumidos pelas empresas no âmbito da cadeia de valor dos bens/serviços que transaccionam, de acordo com o seu perfil funcional, designadamente, no que concerne às funções que levam a cabo - importação, fabrico, distribuição, retalho.

Em suma, os preços de mercado são determinados não apenas com recurso à análise das funções que são desempenhadas, dos activos utilizados e riscos incorridos por uma entidade, mas também tendo presente o contributo desses elementos para a rentabilidade da empresa. Esta análise passa por verificar se os indicadores de rentabilidade das empresas envolvidas se enquadram dentro dos intervalos calculados com na base na avaliação de um painel de empresas funcionalmente comparáveis, mas independentes, permitindo assim que os preços sejam fixados com vista a que se respeite o principio de plena concorrência.

Segmentos geográficos

Os proveitos das vendas e prestações de serviços e os activos totais para o período findo em 30 de Junho de 2010 respeitam essencialmente à actividade desenvolvida em Portugal. A actividade de exploração e produção é essencialmente desenvolvida em Angola e Brasil. Adicionalmente, existe uma componente da actividade localizada em Espanha, respeitante a actividade de distribuição e comercialização de combustíveis.

8. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros para os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 é como segue:

Rubricas	Junho 2010	Junho 2009
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros de depósitos bancários	1.790	3.149
Outros proveitos financeiros	9.269	1.619
Juros obtidos e outros proveitos relativos a empresas relacionadas	731	821
	11.790	5.589
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros de empréstimos e descobertos bancários	(41.167)	(35.671)
Juros capitalizados nos activos fixos	9.843	4.899
Outros custos financeiros	(20.189)	(7.912)
Juros suportados relativos a empresas relacionadas	(165)	(96)
	(51.678)	(38.780)

Durante o período findo em 30 de Junho de 2010, o Grupo procedeu à capitalização na rubrica de imobilizado em curso, o montante de mEuros 9.843, relacionado com encargos financeiros incorridos com empréstimos para financiamento de investimentos em imobilizado durante o seu período de construção que inclui essencialmente o montante de mEuros 8.787 relativos ao projecto de conversão da refinaria de Sines e do Porto.

A rubrica de outros proveitos financeiros e outros custos financeiros inclui os montantes de mEuros 8.926 e mEuros 8.245 respectivamente referentes às operações de Trading de Energia, negociando contratos de futuros de CO2 e de electricidade na Bolsa ICE (Ice Futures Europe Exchange) e OMIP Futures.

9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 são detalhados como segue:

Rubricas	Junho 2010	Junho 2009
Imposto corrente	85.186	31.171
(Excesso) / insuficiência da estimativa de imposto do ano anterior	(12.989)	(3.251)
Imposto diferido	18.875	12.280
	91.072	40.200

O montante de mEuros 12.989 na rubrica de excesso e insuficiência de imposto refere-se essencialmente à subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. e decorre de benefícios fiscais referentes ao exercício de 2009, nomeadamente ao benefício fiscal apoio ao investimento (RFAI) e do SIFIDE, e que excederam os montantes estimados nas demonstrações financeiras de Dezembro de 2009.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

A taxa efectiva de imposto em 30 de Junho de 2010 e em 30 de Junho de 2009 foi de 26% e de 22%, respectivamente. Este aumento ficou a dever-se essencialmente à alteração da taxa legal de imposto aplicada a sociedades com sede em território nacional português.

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o saldo de impostos diferidos activos e passivos é composto como segue:

	Impostos diferidos 2010		Impostos diferidos 2009	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Reavaliações contabilísticas	-	(4.362)	-	(4.746)
Provisões não aceites fiscalmente	44.981	-	39.124	-
Prejuízos fiscais reportáveis	62.575	-	63.616	-
Benefícios de pensões	70.749	(5.300)	68.142	(5.300)
Ajustamentos em acréscimos e diferimentos	8.183	(39)	7.241	(3)
Ajustamentos Overlifting	2.157	-	2.806	-
Mais valias reinvestidas	-	(474)	-	(554)
Mais valias	-	(1.707)	-	(1.707)
Ajustamentos em existências	730	-	231	43
Instrumentos financeiros	2.585	(159)	2.496	(159)
Ajustamentos em activos tangíveis e intangíveis	1.107	(24.133)	6.638	(24.941)
Ajustamentos em activos tangíveis e intangíveis justo valor	-	-	-	-
Dupla tributação económica	15.618	-	15.618	-
Dividendos	-	(30.115)	-	(19.222)
Outros	3.910	(326)	4.033	(95)
	212.595	(66.615)	209.945	(56.684)

10. RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção em 30 de Junho de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	Junho 2010	Junho 2009
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (resultado líquido consolidado do período)	259.661	136.541
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (Nota 19)	829.250.635	829.250.635
Resultado por acção básico (valores em Euros):	0,31	0,16

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por acção diluído é igual ao resultado líquido por acção básico.

11. GOODWILL

A diferença entre os montantes pagos na aquisição de participações em empresas do grupo e o justo valor dos capitais próprios das empresas adquiridas era, em 30 de Junho 2010, conforme segue:

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

Subsidiárias	Ano de Aquisição	Custo de Aquisição	Proporção dos capitais próprios adquiridos à data de aquisição		Movimento do Goodwill		
			%	Montante	2009	Aumento	2010
Galp Energia Portugal Holdings B.V.	2008	146.000	100,00%	69.027	50.556	-	50.556
Galp Distribución Oil España, S.A.U.	2008	172.822	100,00%	123.611	49.211	-	49.211
Galp Comercialización Oil España, S.L.	2008	176.920	100,00%	129.471	47.449	-	47.449
Madrileña Suministro Gas 2010, S.L.	2010	46.566	100,00%	2.292	- a)	44.274	44.274
Galp Swaziland (PTY) Limited	2008	18.117	100,00%	651	17.466	-	17.466
Madrileña Suministro de Gas SUR 2010, S.L.	2010	11.641	100,00%	2.366	- a)	9.275	9.275
Petróleos de València, S.A. Sociedad Unipersonal	2005	13.937	100,00%	6.099	7.838	-	7.838
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U.	2003	6.938	100,00%	1.370	5.568	-	5.568
Galp Gambia, Limited	2008	6.447	100,00%	1.693	4.754	-	4.754
Galp Moçambique, Lda.	2008	5.943	100,00%	2.978	2.965	-	2.965
Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A.	2006	3.094	25,00%	1.454	1.640	-	1.640
	2002/3 e						
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	2007/8/9	1.440	1,543%	856	584	-	584
Probigalp - Ligantes Betuminosos, S.A.	2007	720	10,00%	190	530	-	530
Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A.	2005	50	100,00%	(353)	403	-	403
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem. de Gás, S.A.	2005	858	67,65%	580	278	-	278
	2003/6 e						
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	2007	152	0,94%	107	51	-	51
					<u>189.293</u>	<u>53.549</u>	<u>242.842</u>

(a) Aumento devido a aquisição de participações financeiras (Nota 3 a)).

No decurso do período findo em 30 de Junho de 2010, a rubrica de Goodwill registou um aumento no montante de mEuros 55.549 resultante, do trabalho de imputação dos Justos Valor aos activos, passivos e passivos contingentes decorrentes da aquisição das participações financeiras, das empresas Madrileña Suministro de Gas 2010, S.L. e Madrileña Suministro de Gas SUR. 2010, S.L., o qual se encontrava nesta data em curso. Consequentemente as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras no montante de mEuros 58.207 e Justos Valor aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos, poderão vir ajustados, com referência à data de aquisição e até um período de doze meses após aquela data tal como previsto na IFRS 3.

As participações adquiridas enquadram-se no negócio entre a Galp Energia e a Morgan Stanley Infrastructure concluído em 30 de Abril de 2010 para a aquisição conjunta de parte do negócio de comercialização e distribuição de gás natural da Gás Natural Fenosa (Gás Natural), na região de Madrid, ficando o Grupo Galp Energia responsável pela actividade de comercialização e a Morgan Stanley Infrastructure pela actividade de distribuição.

Para concluir o processo de venda a Gas Natural criou três novas empresas a operar na comunidade de Madrid: Madrileña Suministro de Gas 2010, S.L., Madrileña Suministro de Gas SUR. 2010, S.L. e Madrileña Red de Gas, sendo que as duas primeiras se dedicam à comercialização de gás natural, em regime livre e regulado (adquiridas pelo o grupo Galp Energia), e a terceira é responsável pela rede de distribuição de gás natural (adquirida pela Morgan Stanley Infrastructure).

O negócio de distribuição inclui as actividades reguladas de distribuição de gás natural em baixa pressão da Gás Natural, que abrangem 38 municípios adjacentes à cidade de Madrid.

O negócio de comercialização, adquirido pelo Grupo Galp Energia, inclui a venda de gás natural a clientes finais, regulados e não regulados, na área abrangida pelo negócio de distribuição acima referido, fornecendo gás natural. O negócio inclui ainda o fornecimento de energia eléctrica e outros serviços de valor acrescentado.

As subsidiárias adquiridas contribuíram com receitas operacionais no montante de mEuros 21.206 e resultados líquidos positivos de mEuros 1.143 no período findo em 30 de Junho de 2010.

12. ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

	Junho 2010			Dezembro 2009 - Reexpresso		
	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas e Imparidades	Activo Líquido	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas e Imparidades	Activo Líquido
Activos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	281.719	(1.713)	280.006	279.906	(1.914)	277.992
Edifícios e outras construções	858.966	(538.481)	320.485	854.310	(520.875)	333.435
Equipamento básico	3.991.665	(3.049.991)	941.674	3.891.842	(2.954.886)	936.956
Equipamento de transporte	25.996	(22.399)	3.597	26.377	(22.262)	4.115
Ferramentas e utensílios	5.643	(4.608)	1.035	5.598	(4.437)	1.161
Equipamento administrativo	162.023	(134.223)	27.800	157.301	(129.803)	27.498
Taras e vasilhame	155.731	(140.201)	15.530	154.252	(137.678)	16.574
Outras imobilizações corpóreas	156.959	(105.752)	51.207	155.223	(101.146)	54.077
Imobilizações em curso	1.343.928	-	1.343.928	987.204	-	987.204
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	49.459	-	49.459	2.148	-	2.148
	7.032.089	(3.997.368)	3.034.721	6.514.161	(3.873.001)	2.641.160
Activos Intangíveis						
Despesas de instalação	4.098	(3.759)	339	4.683	(4.326)	357
Despesas de investigação e de desenvolvimento	13.784	(12.564)	1.220	13.550	(12.273)	1.277
Propriedade industrial e outros direitos	445.747	(203.972)	241.775	436.597	(192.430)	244.167
Reconversão de consumos para gás natural	10.453	(10.182)	271	10.453	(10.004)	449
Trespases	24.105	(12.062)	12.043	42.178	(11.752)	30.426
Acordos de concessão	1.360.822	(343.313)	1.017.509	1.338.890	(327.287)	1.011.603
Imobilizações em curso - acordos de concessão	18.116	-	18.116	18.493	-	18.493
Imobilizações em curso	15.762	-	15.762	11.652	-	11.652
	1.892.887	(585.852)	1.307.035	1.876.496	(558.072)	1.318.424

Os saldos das contas a 31 de Dezembro de 2009 encontram-se reexpressos devido à alteração das seguintes políticas (Nota 2.1):

- Aplicação da IFRIC 12 – Concessões públicas a privados de infra-estruturas foram transferidas para as rubricas, “Acordos de concessão” e “Imobilizações em curso – acordos de concessão”, proveniente dos bens registados em: Terrenos, Edifícios e outras construções, Equipamento básico, Reconversão de consumos para gás natural e respectivos Imobilizações em curso que estão nas condições requeridas, tendo-se mantido as mesmas vidas úteis inicialmente estimadas para cada um dos bens afectos à concessão considerando os benefícios económicos obtidos pelo Grupo através do Regulamento tarifário definido no contrato de concessão.
- Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, por organismos governamentais para financiamento de activos tangíveis e intangíveis passaram a ser registados como proveito diferido no passivo, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como proveito operacional do exercício, proporcionalmente às amortizações respectivas dos activos subsidiados. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2009 foi objecto de um acréscimo de mEuros 271.582, correspondendo a um aumento dos activos brutos e de amortizações acumuladas de mEuros 436.233 e mEuros 164.651 respectivamente.

Os activos tangíveis e os intangíveis estão registados de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Grupo e que se encontra descrita no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 (Notas 2.3 e 2.4).

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

Principais incidências durante o período findo em 30 de Junho de 2010:

Relativamente ao segmento de Gás e Power as principais variações do semestre ao nível do activo bruto nas rubricas de activos tangíveis e intangíveis foram como segue:

- mEuros 21.889 relativos à construção das Centrais de Cogeração do Porto;
- mEuros 8.395 na empresa Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., referentes a redes, ramais, contadores, outras infra-estruturas e reconversões de consumo para gás natural;
- mEuros 6.126, na empresa Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A., referentes a redes, ramais, contadores, outras infra-estruturas e reconversões de consumo para gás natural.

Relativamente ao segmento de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos as principais variações do semestre nas rubricas de activos fixos tangíveis e intangíveis foram como segue:

- mEuros 89.538 de aumento de custos em pesquisa em blocos operados e não operados no Brasil;
- mEuros 54.519 de aumento de custos de pesquisa e desenvolvimento da actividade de exploração de petróleo bruto em Angola no Bloco 14, Bloco 32, Bloco A IMI &14k, Bloco 33 e Blocos de Gás nos montantes de mEuros 44.412, mEuros 4.591, mEuros 563, mEuros 197 e mEuros 3.087 respectivamente e em Moçambique no Bloco Rovuma no montante de mEuros 1.669;
- mEuros 47.437 relativos a adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas referentes a facturação da conversão na refinaria de Sines;
- mEuros 20.907 relativos a investimentos nas refinarias de Sines e Porto, mEuros 161.600 e mEuros 70.829 relativos a projectos de conversão nas refinarias de Sines e do Porto respectivamente;
- mEuros 17.025 relativos essencialmente à modernização de equipamentos de postos de abastecimento, lojas de conveniência, expansão de actividade e desenvolvimento do sistema de informação.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

Foram ainda abatidos e alienados bens de natureza tangível e intangível nos montantes de mEuros 1.648 e mEuros 1.220 respectivamente, os quais se encontravam na sua maioria totalmente amortizados, como consequência da actualização do cadastro de activos fixos.

A repartição dos activos tangíveis e intangíveis em curso, incluindo adiantamentos por conta de activos tangíveis, em 30 de Junho de 2010, é composto como se segue:

	Activo
Projectos de conversão das refinarias de Sines e do Porto	627.432
Pesquisa e exploração de petróleo no Brasil	324.111
Pesquisa e exploração de petróleo em Angola	170.221
Investimentos industriais afectos às Refinarias	117.533
Renovação e expansão da rede	44.602
Centrais de cogeração nas refinarias de Sines e do Porto	40.277
Pesquisa de petróleo (costa portuguesa, Moçambique e Timor Leste)	25.975
Armazenagem subterrânea de gás natural	11.967
Pesquisa de gás em Angola e Guiné Equatorial	10.940
Construção de navio	6.982
Substituição dos braços de carga do terminal e tubagens do Porto Leixões	6.301
Central de ciclo combinado - Sines	5.776
Outros projectos	35.148
	1.427.265

13. SUBSÍDIOS

Em 30 de Junho de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, os valores recebidos e por receber de subsídios era o seguinte:

Programa	Valor recebido		Por receber	
	Junho 2010	Dezembro 2009	Junho 2010	Dezembro 2009
Programa Energia	114.919	114.919	-	-
Interreg II	19.176	19.176	-	-
Protede	19.708	19.708	-	-
Programa Operacional Economia	227.953	226.411	1	1
Dessulfuração de Sines	39.513	39.513	-	-
Dessulfuração do Porto	35.307	35.307	-	-
Outros	19.479	19.479	3.822	-
	476.055	474.513	3.823	1
Valor reconhecido como proveito	208.408	202.931		
	267.647	271.582		

No período findo em 30 de Junho de 2010 foram recebidos subsídios ao investimento no montante de mEuros 1.542, que têm origem no programa de incentivos à expansão da rede de gás natural.

Do montante de mEuros 3.823 subsídios por receber que se encontra registado na rubrica de outras contas a receber, mEuros 3.822 é referente a compensações à exploração atribuídas pelo Governo de Moçambique, em virtude da fixação dos preços de venda de combustíveis (Nota 14).

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de outras contas a receber não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 30 de Junho de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009:

Rubricas	Junho 2010		Dezembro 2009	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Estado e outros entes públicos:				
IVA - Reembolsos solicitados	10.766	-	7.586	-
IRC - Pagamentos especiais por conta	21	-	317	-
Outros	1.962	-	1.649	-
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	49.541	-	84.015	-
Underlifting - parceiros do Bloco 14	33.841	-	9.939	-
Imposto sobre produtos petrolíferos ("ISP")	23.379	-	22.237	-
Adiantamentos a fornecedores	19.271	-	33.565	-
Outras contas a receber - emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, relacionadas e participadas	12.623	11.932	11.822	12.237
Meios de pagamento	7.705	-	5.910	-
Subsídios a receber (Nota 13)	3.823	-	1	-
Processo Spanish Bitumen	2.568	-	2.568	-
Adiantamento ao operador Petrobrás	2.412	-	2.165	-
Fundo de pensões recuperação de desembolsos	2.344	-	2.230	-
Pessoal	2.329	-	2.734	-
Contas a receber do consórcio do bloco 14 em Angola (excesso de "profit-oil" a receber)	1.918	-	1.566	-
Empréstimos a emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, relacionadas e participadas	1.696	49.658	130	42.335
Empréstimos a clientes	533	2.118	538	2.148
Contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações	223	-	287	-
Outras contas a receber	57.842	26.175	81.543	11.115
	234.797	89.883	270.802	67.835
Acréscimos de proveitos:				
Acerto desvio tarifário - tarifa de energia	90.357	-	69.170	-
Vendas e prestações de serviços realizadas e não facturadas	56.465	-	73.735	-
Acertos de desvio tarifário - proveitos permitidos - regulação ERSE	40.324	-	38.657	-
Encargos de estrutura e gestão a debitar	9.535	-	6.221	-
Indemnizações a receber	7.861	-	16.586	-
Venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento	2.768	-	9.262	-
Juros a receber	1.122	-	208	-
Rappel a receber sobre compras	698	-	750	-
Compensações pela uniformidade tarifária	431	-	475	-
Outros acréscimos de proveitos	20.805	-	24.348	-
	230.366	-	239.412	-
Custos diferidos:				
Despesas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	41.921	-	43.290	-
Juros e outros encargos financeiros	7.971	-	8.899	-
Seguros pagos antecipadamente	7.260	-	344	-
Custos com catalizadores	4.381	-	4.310	-
Encargos com rendas pagas antecipadamente	244	-	194	-
Benefícios de reforma	-	23.911	-	30.839
Outros custos diferidos	16.118	-	10.671	-
	77.895	23.911	67.708	30.839
	543.058	113.794	577.922	98.674
Imparidade de outras contas a receber	(8.762)	-	(6.227)	-
	534.296	113.794	571.695	98.674

Seguidamente apresenta-se o movimento ocorrido durante o ano de 2010 na rubrica de imparidades de outras contas a receber:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Saldo final
Outras contas a receber	6.227	2.503	(479)	(507)	1.018	8.762

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de outras contas a receber no montante líquido negativo de mEuros 2.024 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

O montante de mEuros 33.841 registado na rubrica de outras contas a receber - Underlifting - parceiros do Bloco 14 corresponde aos montantes a receber pelo Grupo pelo levantamento de barris de crude abaixo da quota de produção (“underlifting”) e encontra-se valorizada ao preço de mercado.

O montante de mEuros 23.379 na rubrica de outras contas a receber - ISP refere-se ao montante a receber da Alfândega relativo à isenção de ISP para os biocombustíveis que se encontram em regime de suspensão de imposto conforme circular n.º 79/2005 de 6 de Dezembro.

O montante de mEuros 19.271 na rubrica adiantamento a fornecedores inclui: i) mEuros 6.256 de pagamentos ao Grupo ExxonMobil para a compra de lubrificantes no âmbito dos acordos relativos à aquisição das operações deste Grupo em Portugal e Espanha; ii) mEuros 2.325 de pagamentos referentes à compra de gás.

A rubrica de meios de pagamento no montante de mEuros 7.705 diz respeito a valores a receber por vendas efectuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 30 de Junho de 2010 se encontravam pendentes de recebimento.

Os empréstimos correntes e não correntes a empresas associadas respeitam a empréstimos de financiamento concedidos pelas subsidiárias:

	Activo corrente - Empréstimos concedidos	Activo não corrente- Empréstimos concedidos	Juros respeitantes a empréstimos concedidos
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	-	9.467	82
Gasoduto Extremadura, S.A.	-	4.749	41
pela Galp Gás Natural, S.A.	-	14.216	123
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	-	7.205	97
Galp Central de Ciclo Combinado de Sines, S.A.	-	3.000	-
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	-	3.918	60
Ventinveste, S.A.	-	6.467	118
pela Galp Power , SGPS, S.A.	-	20.590	275
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	-	8.687	160
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	-	3.281	119
pela GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.	-	11.968	279
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda	1.546	-	-
pela Petrogal Angola, Lda.	1.546	-	-
Aero Serviços, SARL - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	22	-	-
C.L.C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda	128	-	-
pela Petrogal Guiné-Bissau, Lda.	150	-	-
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	-	2.884	53
pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	-	2.884	53
	1.696	49.658	730

Estes empréstimos vencem juros à taxa normal de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

O montante de mEuros 24.555 registado na rubrica outras contas a receber - empresas associadas e conjuntamente controladas, relacionadas e participadas corrente e não corrente refere-se a contas a receber de empresas que não foram consolidadas pelo método de consolidação integral.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

A rubrica de outras contas a receber – fundo de pensões recuperação de desembolsos no montante de mEuros 2.344 diz respeito aos valores a receber do BPI Pensões pelos montantes de pensões processados e pagos pela subsidiária Petrogal aos seus reformados em Junho e ainda não reembolsados pelo Fundo de Pensões.

A rubrica outras contas a receber não corrente inclui o montante de mEuros 14.985 referente ao valor a receber da Gestmin, SGPS, S.A. pela compra da COMG – Comercialização de Gás, S.A. em 3 de Dezembro de 2009, é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um “spread” de 3,12% ao ano cujo o recebimento está previsto ocorrer em 3 de Dezembro de 2016.

A rubrica de acerto de desvio tarifário no montante de mEuros 90.357 diz respeito à diferença acumulada entre o custo de aquisição do gás natural aos fornecedores do Grupo e as tarifas de energia reguladas definidas pela ERSE, para o ano gás 2008-2009 e para o ano gás 2009-2010, aplicadas na facturação aos clientes, o qual será recuperado através da revisão de tarifas futuras. No período findo em 30 de Junho de 2010, incluído no segundo semestre do ano gás 2009-2010 foi reconhecido na demonstração de resultados o montante de mEuros 14.651 (Nota 5) relativamente a este assunto.

A rubrica de acréscimos de proveitos - vendas ainda não facturadas refere-se essencialmente à facturação de consumo de gás natural a emitir a clientes no mês seguinte e corresponde essencialmente à facturação a emitir pela Galp Gás Natural, S.A., pela LisboaGás Comercialização, S.A. e pela Transgás, S.A., nos montantes de mEuros 24.229, mEuros 10.697 e mEuros 12.864, respectivamente.

O montante de mEuros 40.324 na rubrica de acertos de desvio tarifário – proveitos permitidos – regulação ERSE refere-se à diferença entre os proveitos permitidos estimados e os valores dos proveitos facturados relativos às actividades de: comercialização, distribuição e armazenagem de gás natural.

A rubrica de acréscimos de proveitos – indemnizações a receber no montante de mEuros 7.861 diz respeito à estimativa da indemnização do acidente ocorrido na central eléctrica da refinaria de Sines em Janeiro 2009.

A rubrica de acréscimos de proveitos – venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento, no montante de mEuros 2.768 diz respeito a consumos efectuados até 30 de Junho de 2010 através do cartão Galp Frota e que irão ser facturados nos meses seguintes.

As despesas registadas em custos diferidos relativas a pagamentos antecipados de rendas referentes a contratos de arrendamento de áreas de serviço são reconhecidas como custo durante o respectivo período de concessão, o qual varia entre 20 e 25 anos.

15. CLIENTES

A rubrica de clientes, em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, apresentava o seguinte detalhe:

RUBRICAS	Junho 2010	Dezembro 2009
Cientes conta corrente	1.082.720	750.850
Cientes de cobrança duvidosa	104.057	112.967
Cientes - títulos a receber	6.396	12.859
	1.193.173	876.676
Imparidades de contas a receber	(102.993)	(98.292)
	1.090.180	778.384

O movimento das imparidades e ajustamentos de clientes no período findo em 30 de Junho de 2010 foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Ajustes perímetro	Saldo final
Imparidade de contas a receber	98.292	8.559	(3.571)	(2.767)	(1.399)	3.879	102.993

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de contas a receber de clientes, que originou um custo líquido no montante de mEuros 4.988 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

16. INVENTÁRIOS

A rubrica de inventários apresentava o seguinte detalhe, em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009:

RUBRICAS	Junho 2010	Dezembro 2009
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Petróleo bruto	263.059	192.227
Outras matérias-primas e materiais diversos	43.325	11.646
Matérias-primas em trânsito	59.781	115.893
	366.165	319.766
Ajustamentos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(7.712)	(6.506)
	358.453	313.260
Produtos acabados e intermédios:		
Produtos acabados	293.000	252.113
Produtos intermédios	312.762	265.130
Produtos acabados em trânsito	162	7.466
	605.924	524.709
Ajustamento de produtos acabados e intermédios	(69)	-
	605.855	524.709
Produtos e trabalhos em curso	20	264
Mercadorias	458.030	392.058
Mercadorias em trânsito	798	-
	458.828	392.058
Ajustamentos de mercadorias	(2.202)	(1.504)
	456.626	390.554
Adiantamento por conta de compras	48	46
	1.421.002	1.228.833

Em 30 de Junho de 2010, a rubrica de mercadorias, no montante de mEuros 458.828, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra em gasodutos no montante de mEuros 59.011, a existências de produtos derivados de petróleo bruto da subsidiária Galp Energia España, S.A., Galp Distribución Oil España, Galp Distribuição Portugal, S.A., e o Grupo Galp Comercializacion Oil España, S.L. nos montantes de mEuros 350.566, mEuros 9.747, mEuros 325 e mEuros 14.552 respectivamente.

Em 30 de Junho de 2010, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que só poderão ser satisfeitas através da entrega de produtos, ascendiam a mEuros 160.539 e encontram-se registadas na rubrica adiantamentos por conta de vendas (Nota 24).

Em Novembro de 2004, a Petrogal em conjunto com a Petrogal Trading Limited celebraram um contrato de compra, venda e permuta de crude por produtos acabados para constituição de reservas estratégicas, com a Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, EPE (EGREP) ao abrigo do previsto no Decreto - Lei n.º 339-D/2001, de Dezembro. No âmbito deste contrato celebrado em 2004, o crude adquirido pela EGREP, o qual não se encontra registado nas demonstrações financeiras do Grupo, encontra-se armazenado nas instalações da Petrogal, de uma forma não segregada e deverá permanecer armazenado de modo a que a EGREP o possa auditar, sempre que entender, em termos da sua quantidade e qualidade. De acordo com o referido contrato, a Petrogal

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

obriga-se a permutar o crude vendido por produtos acabados quando a EGREP o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta.

No dia 17 de Dezembro de 2009, foi celebrado um contrato de compra e venda de 136.000 metros cúbicos de "Diesel 10ppm" com a Vitol, S.A.. O produto foi vendido pela Galp pelo valor de mEuros 47.913 a essa entidade, tendo sido registado consequentemente no Custo da Venda um montante de mEuros 49.188, resultante da aplicação do critério de valorimetria de saída de "stocks". Encontra-se assegurado contratualmente com a Vitol, S.A. que a mesma disponibilize as quantidades de stock por esta adquirida quando requerido por lei por forma a cumprir com motivos de força maior, estando este produto ou equivalente também situado em solo português por forma a dar cumprimento às reservas estratégicas da responsabilidade da Petrogal. No âmbito deste contrato a Petrogal terá de pagar uma compensação pela imobilização deste gásóleo em Portugal, recebendo em contrapartida uma compensação pela armazenagem nas suas instalações, importa ainda mencionar que o risco/ganho da valorização do stock deste produto é da responsabilidade da Vitol, não existindo pela Petrogal obrigação de adquirir o produto, motivo pelo qual foi desreconhecido da demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2009.

17. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 a rubrica outros investimentos financeiros correntes e não correntes apresentava o seguinte detalhe:

Outros Investimentos Financeiros	Junho 2010		Dezembro 2009	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Derivados financeiros ao Justo Valor através dos Lucros ou Prejuízos (Nota 27)				
Swaps sobre Commodities	1.088	-	300	300
Swaps sobre sobre Taxa de Juro	-	1.785	-	-
	1.088	1.785	300	300
Activos financeiros disponíveis para Venda				
Acções em participações financeiras	-	-	7	161
	-	-	7	161
Depósitos bancários				
Depósitos a prazo	1.602	-	1.414	-
Depósitos à ordem	-	-	82	-
	1.602	-	1.496	-
	2.690	1.785	1.803	461

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 os instrumentos financeiros encontram-se registados pelo seu justo valor respectivo reportado aquelas datas (Nota 27).

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de Junho de 2010 e em 30 de Junho de 2009 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	Junho 2010	Dezembro 2009	Junho 2009
Numerário	13.428	8.773	13.536
Depósitos a Ordem	98.488	114.832	93.955
Depósitos a prazo	3.025	7.064	2.044
Outros titulos negociáveis	2.633	1.777	2.285
Outras aplicações de tesouraria	96.364	111.393	13.930
Caixa e seus equivalentes no balanço	213.938	243.839	125.750
Outros investimentos correntes (Nota 17)	1.602	1.503	317
Descobertos bancários (Nota 22)	(468.269)	(306.632)	(205.274)
Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa	(252.729)	(61.290)	(79.207)

A rubrica de Outras aplicações de tesouraria inclui diversas aplicações de excedentes de tesouraria, com vencimento inferior a cinco meses, das seguintes Empresas do Grupo:

	Junho 2010	Dezembro 2009
Galp Gás Natural, S.A.	51.556	79.706
CLCM - Companhia Logistica de Combustíveis da Madeira, S.A.	16.500	14.200
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	16.220	9.718
Petrogal Brasil, Lda.	5.627	-
Galp Exploração Serviços Brasil, Lda.	2.261	791
Carricho Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	2.200	100
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	2.000	2.000
Galp Energia España, S.A.	-	1.288
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	-	3.590
	96.364	111.393

19. CAPITAL SOCIAL

Estrutura do Capital

A estrutura do capital social não sofreu alterações durante o primeiro semestre de 2010. O capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 829.250.635 acções (Nota 10) de valor nominal de 1 Euro, e encontra-se subdividido nas seguintes categorias de acções:

Tipo de Acções	Junho 2010	Dezembro 2009
Acções Tipo A	40.000.000	40.000.000
Acções Tipo B	789.250.635	789.250.635
Número total de acções	829.250.635	829.250.635

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

Às acções de categoria A estão associados alguns direitos especiais consagrados no art. 4º dos Estatutos da Galp Energia, SGPS, S.A., nomeadamente:

- i) A eleição do Presidente do Conselho de Administração só poderá ser aprovada com a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A;
- ii) Quaisquer deliberações que visem autorizar a celebração de contratos de grupo paritário ou de subordinação e ainda, quaisquer deliberações que, de algum modo, possam pôr em causa a segurança do abastecimento do país de petróleo, de gás e de electricidade, ou produtos derivados dos mesmos, não poderão ser aprovadas, nem em primeira, nem em segunda convocação, contra a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A.

O capital da Empresa em 30 de Junho de 2010, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

	<u>N.º Acções</u>	<u>% Capital</u>
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	33,34%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1,00%
ENI S.P.A	276.472.161	33,34%
Parública – Participações Públicas, SGPS, S.A.	58.079.514	7,00%
Restantes accionistas	209.934.289	25,32%
	<u>829.250.635</u>	<u>100,00%</u>

20. RESERVAS DE CONVERSÃO E OUTRAS RESERVAS

Reservas de conversão

A variação da rubrica de reservas de conversão no período findo em 30 de Junho de 2010, no montante de mEuros 51.794 respeita às diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras em moeda estrangeira cuja moeda é o Dólar dos Estados Unidos para Euros. A principal variação no montante de mEuros 38.786 respeita às diferenças cambiais resultantes das dotações financeiras da Galp Exploração à Petrogal Brasil as quais não são remuneradas e para as quais não existe intenção de devolução, pelo que são assemelhadas a capital social (“quasi capital”) fazendo parte integrante do investimento líquido naquela unidade operacional estrangeira em conformidade com a IAS 21.

Outras reservas

Durante o período findo em 30 de Junho de 2010, não ocorreram variações significativas nas Outras reservas face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

21. INTERESSES MINORITÁRIOS

Durante o período findo em 30 de Junho de 2010, não ocorreram variações significativas na rubrica de Interesses minoritários, face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

22. EMPRÉSTIMOS

Detalhe dos empréstimos

Em 30 de Junho de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

	Junho 2010		Dezembro 2009	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários:				
Empréstimos internos	74.946	744.307	80.784	556.374
Empréstimos externos	24.903	680.347	26.777	491.235
Descobertos bancários (Nota 18)	468.269	-	306.632	-
Desconto de letras	4.733	-	7.841	-
Linhas de crédito renováveis	-	-	-	-
	572.851	1.424.654	422.034	1.047.609
Outros empréstimos obtidos:				
IAPMEI	2	175	239	16
	572.853	1.424.829	422.273	1.047.625
Project Finance Fees	-	(471)	-	(511)
	572.853	1.424.358	422.273	1.047.114
Empréstimos por obrigações:				
Emissão de 1998 - Lisboagás, S.A.	-	-	1.369	-
Emissão de 2009 - Galp Energia, SGPS, S.A.	-	700.000	-	700.000
	-	700.000	1.369	700.000
	572.853	2.124.358	423.642	1.747.114

Os empréstimos não correntes, excluindo project finance fees, em 30 de Junho de 2010 apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

2011	362.128
2012	573.009
2013	483.889
2014	73.382
2015	81.245
2016 e seguintes	551.176
	2.124.829

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

Em 30 de Junho de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 a totalidade dos empréstimos internos e externos obtidos encontram-se expressos nas seguintes moedas como segue:

Divisa	Junho 2010		Dezembro 2009		
	Montante Global	Montante em Dívida (mEuros)	Montante Global	Montante em Dívida (mEuros)	
Dólares dos Estados Unidos da América	USD	3.020	938	3.176	945
Euros	EUR	1.697.167	1.522.128	1.284.991	1.151.762
Franco de Cabo Verde	CFA	229.585	47	229.585	93
Lilangeni Suazi	SZL	568	61	731	69
Meticais	MZM	56.349	1.329	96.413	2.301
		1.524.503		1.155.170	

As taxas de juro médias dos empréstimos e descobertos bancários suportadas pela empresa incluindo comissões e outros encargos no ano de 2010 e 2009 foram 3,50% e 3,80% respectivamente.

Caracterização dos principais empréstimos

Empréstimos bancários

Em 30 de Junho de 2010, o Grupo tem contratado programas de papel comercial com tomada firme no montante total de mEuros 1.150.000, que se dividem em mEuros 700.000 de médio e longo prazo e mEuros 450.000 de curto prazo. Destes montantes estão utilizados mEuros 250.000 no médio e longo prazo, dado ser intenção do Grupo manter este financiamento até 2012, e de apenas depender de si a respectiva renovação.

Estes empréstimos são remunerados à taxa Euribor para o prazo de emissão respectivo em vigor no segundo dia útil anterior à data de subscrição, adicionada de “spreads” variáveis definidos nas condições contratuais dos programas de papel comercial subscritos pelo Grupo. A taxa de juro referida incide sobre o montante de cada emissão e mantém inalterada durante o respectivo prazo de emissão.

Adicionalmente, o Grupo tem registado em empréstimos internos a médio e longo prazo o montante de mEuros 494.307, realizados pelas empresas Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., Sucursal en España, CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A., Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A. e a Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.

O Grupo contraiu um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria de Sines, no montante de mEuros 58.000. O empréstimo foi desembolsado em duas tranches, mEuros 39.000 e mEuros 19.000, que são remuneradas, respectivamente, à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um “spread” variável e à taxa fixa revisível. No período findo em 30 de Junho de 2010, procedeu-se ao reembolso de mEuros 1.178 referente à primeira tranche deste empréstimo.

Durante o exercício de 2008, o Grupo contraiu um novo empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria do Porto, no montante de mEuros 50.000. O empréstimo é remunerado ao regime de taxa fixa revisível.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

O Grupo contraiu um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, o qual se destina ao projecto de conversão das refinarias de Sines e do Porto, no montante de mEuros 500.000. O empréstimo foi desembolsado em duas tranches, mEuros 300.000 e mEuros 200.000, com o prazo de vencimento de dezasseis anos, incluindo três de carência de capital e treze de reembolso.

Estes financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, com excepção da tranche de mEuros 200.000, são garantidos através de contratos de garantia celebrados com a Petrogal, S.A..

Os restantes financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, no montante de mEuros 294.876, são garantidos por Sindicatos Bancários.

A Petrogal emitiu cartas de conforto perante terceiros a favor de empresas do grupo e associadas, relativas a linhas de crédito de curto prazo no montante total de mEuros 532.438.

Empréstimos obrigacionistas

Emissão de 2009 – Galp Energia, SGPS, S.A.

Em 13 de Maio de 2009 a Galp Energia, SGPS, S.A., procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de mEuros 700.000, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um spread variável, e com o reembolso previsto de 40% em 20 de Maio de 2012 e 60% em 20 de Maio de 2013.

A emissão foi organizada pelo Banco Santander Totta, S.A. e pela Caixa – Banco de Investimento, S.A..

A emissão foi participada por um conjunto de catorze bancos, nacionais e internacionais: Banco Santander Totta, S.A., o Caixa – Banco de Investimento, S.A., o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., o Banco BPI, S.A., o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., o BNP Paribas e a Caixa d'Estalvis y Pensiones de Barcelona (la Caixa) na qualidade de Joint Lead Managers. Como Co-lead Managers: a Caixa Económica Montepio Geral, o Banco Millennium BCP Investimento, S.A., o BB Securities Ltd. (Banco do Brasil), o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd, o Banco Itaú Europa, S.A. – Sucursal Financeira Internacional, o Merrill Lynch International e a Société Générale.

23. RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS

Durante o período findo em 30 de Junho de 2010, não ocorreram variações significativas na rubrica de Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios, face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

24. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 30 de Junho de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 a rubrica outras contas a pagar não correntes e correntes pode ser detalhada como segue:

Rubricas	Junho 2010		Dezembro 2009	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Estado e outros entes públicos:				
ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos	114.569	-	128.073	-
IVA a pagar	163.470	-	131.102	-
Segurança social	8.496	-	5.870	-
IRS retenções efectuadas a terceiros	8.024	-	4.710	-
Outras tributações	10.138	-	8.622	-
Fornecedores de imobilizado	209.606	54.196	274.923	56.714
Adiantamentos por conta de vendas (Nota 16)	160.539	-	170.126	-
Overlifting - parceiros dos Blocos 1 e 14	16.362	-	34.301	-
Depósito de cauções e garantias recebidas	15.150	-	15.164	-
Adiantamentos de clientes	12.317	-	1.206	-
Pessoal	8.616	-	6.004	-
Saldo credores de clientes	4.665	-	3.899	-
Outras contas a pagar - Empresas associadas, participadas e relacionadas	3.853	-	5.756	-
Outras contas a pagar - Outros accionistas	255	-	358	-
Empréstimos - Outros accionistas	-	5.094	-	5.094
Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas	-	2.902	-	2.902
Outros credores	21.051	3.365	21.876	4.006
	757.111	65.557	811.990	68.716
Acréscimos de custos:				
Fornecimentos e serviços externos	28.823	-	37.788	-
Acerto de desvio tarifário - proveitos permitidos - regulação ERSE	27.085	-	12.771	-
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	20.866	-	26.881	-
Juros a liquidar	13.418	-	10.463	-
Descontos, bónus e rappel relacionados com vendas	7.191	-	5.907	-
Prémios de produtividade	5.858	-	55	-
Brindes Fastgalp	5.140	-	4.693	-
Prémios de seguro a liquidar	2.809	-	1.387	-
Custos e perdas financeiros	910	-	1.116	-
Acréscimos de custos com pessoal - outros	46	-	80	-
Outros acréscimos de custos	7.206	-	10.495	-
	119.352	-	111.636	-
Proveitos diferidos:				
Prestação de Serviços	18.679	-	22.803	-
Subsídios ao Investimento (Nota 13)	10.148	257.499	-	271.582 (a)
Fibra óptica	3.520	3.149	4.263	37.849
Outros	10.330	3.286	10.626	3.348
	42.677	263.934	37.692	312.779
	919.140	329.491	961.318	381.495

(a) Este montante foi reexpresso tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.1.

A rubrica de Adiantamentos por conta de vendas, no montante de mEuros 160.539, é relativa a responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas (Nota 16).

O montante de mEuros 15.150, registado na rubrica de Depósitos de cauções e garantias recebidas, inclui mEuros 13.848 referente à responsabilidade da Petrogal em 30 de Junho de 2010, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás, foram registadas ao valor de aquisição o qual corresponde aproximadamente ao seu justo valor.

O montante de mEuros 16.362 registado na rubrica de Outras contas a pagar – Overlifting – parceiros dos Blocos 1 e 14, corresponde à responsabilidade do Grupo pelo levantamento de barris de crude em excesso face à sua quota de produção e encontra-se valorizada conforme descrito no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 2.7 e)).

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

O montante de mEuros 5.094 registado na rubrica de Empréstimos - Outros accionista refere-se essencialmente a:

- mEuros 1.009, mEuros 1.009 e mEuros 505 registado a médio e longo prazo a pagar à E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., à Procomlog - Combustíveis e Logística, Lda e à AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A., dizem respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária CLCM - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;
- mEuros 1.060 registado a médio e longo prazo a pagar à EDP Cogeração, S.A. relativamente a suprimentos obtidos pela subsidiária Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;
- O montante de mEuros 263 registado a médio e longo prazo a pagar à Companhia Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A. relativamente a suprimentos obtidos pela subsidiária Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido;
- O montante de mEuros 1.246, registado a médio e longo prazo a pagar à Visabeira Telecomunicações, SGPS, S.A., diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

O montante de mEuros 5.140 registado na rubrica de acréscimos de custos - Brindes Fastgalp refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos e não rebatidos até 30 de Junho de 2010, referentes ao Cartão Fast Galp, e que se prevê que venham a ser trocados por prémios nos períodos seguintes.

Os proveitos decorrentes do contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações encontram-se diferidos na rubrica Proveitos diferidos – Fibra óptica são reconhecidos em resultados durante o período do contrato. O saldo de proveitos diferidos em 30 de Junho de 2010, por reconhecer em exercícios futuros ascende a mEuros 6.669. Ocorreu uma variação significativa nesta rubrica face a 31 de Dezembro de 2009 derivado de no semestre findo em 30 de Junho de 2010 ter sido negociada a antecipação final do contrato de Cessão e Aluguer de Fibra Óptica entre a Galp Gás Natural e a Onitecom para 31 de Dezembro de 2010 (Nota 5).

Os subsídios ao investimento encontram-se diferidos na rubrica de proveitos diferidos – Subsídios ao investimento são reconhecidos em resultados durante a vida útil dos bens. O montante a reconhecer em períodos futuros ascende a mEuros 267.647 (Nota 2.1).

25. PROVISÕES

Em 30 de Junho de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 a rubrica de provisões apresentava o seguinte detalhe:

<u>Rubricas</u>	<u>Junho 2010</u>	<u>Dezembro 2009</u>
Processos judiciais	12.678	14.900
Investimentos financeiros	470	484
Impostos	24.929	24.822
Meio ambiente	4.550	4.625
Outros riscos e encargos	132.019	108.413
	<u>174.646</u>	<u>153.244</u>

Processos judiciais

A provisão para processos judiciais em curso no montante de mEuros 12.678 inclui essencialmente o montante de mEuros 6.165 relativo a responsabilidades pela liquidação de taxas de ocupação do subsolo da subsidiária Petrogal, S.A. relativamente ao diferendo que opõe esta empresa com a Câmara Municipal de Matosinhos.

Investimentos financeiros

A provisão para investimentos financeiros, representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos, detalha-se conforme segue (Nota 4):

Ventinveste, S.A.	412
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviços, Lda.	44
Galp Central Ciclo Combinado de Sines, S.A.	14
	<u>470</u>

Impostos

A rubrica provisão para impostos no montante de mEuros 24.929 inclui essencialmente:

- i) mEuros 7.394 para fazer face a uma contingência fiscal, relacionada com uma correcção à matéria colectável da subsidiária Petrogal relativa aos exercícios de 2001 e 2002;
- ii) mEuros 5.322 para fazer face a correcções efectuadas à matéria colectável, no decurso da inspecção fiscal à declaração de IRC do exercício de 2005 da Galp Energia, SGPS, S.A. e da subsidiária GDP- Gás de Portugal, SGPS, S.A.. A contingência fiscal está relacionada com a interpretação sobre o regime de tributação de mais valias obtidas em períodos anteriores ao ano de 2000;

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

- iii) mEuros 5.102 para fazer face a contingência fiscal, relacionada com inspecção aos anos de 1990 a 2003 da subsidiária Galp Comercializacion Oil España;
- iv) mEuros 3.377 para fazer face ao risco fiscal associado à alienação da participação da ONI, SGPS, à Galp Energia, SGPS, S.A.;
- v) mEuros 2.547 referente a Contribuição Autárquica, actual Imposto Municipal sobre Imóveis (“IMI”), dos exercícios de 1998 a 2007 relativamente à actividade de transporte de gás natural entretanto transferida para a REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. no decurso de 2006, mas cujas responsabilidades pelo seu pagamento ainda cabem à Galp Gás Natural, S.A.. Não foi ainda fixado pelas autoridades competentes o montante a pagar de IMI.

Meio Ambiente

O montante mEuros 4.550 registado na rubrica de provisões para meio ambiente, são para fazer face aos custos associados com descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pelo Grupo onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal.

Em 30 de Junho de 2010, o saldo da rubrica provisões – outras provisões por riscos e encargos diversos no montante de mEuros 132.019 refere-se essencialmente a:

- i) mEuros 81.650, provisão para revisão de preço de compra e de venda de gás natural;
- ii) mEuros 29.465 para fazer face a custos de abandono das instalações de exploração situadas nos Blocos 1 e 14. Esta provisão destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Galp Exploração no final da vida útil de produção daquelas áreas petrolíferas;
- iii) mEuros 10.508 para fazer face a liquidações adicionais para revisão de recuperações fiscais em sede de IRP em Angola ;
- iv) mEuros 1.202 para fazer face ao pagamento de ISP dos biocombustíveis;
- v) mEuros 1.150 relativos a juros compensatórios relativos à não aceitação dos custos fiscais de 2002 pelo abate do terminal oceânico de Leixões.

26. FORNECEDORES

Em 30 de Junho de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 a rubrica Fornecedores apresentava o seguinte detalhe:

<u>Rubricas</u>	<u>Junho 2010</u>	<u>Dezembro 2009</u>
Fornecedores c/c	658.274	414.560
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	634.837	706.985
Fornecedores - títulos a pagar	13	29
	<u>1.293.124</u>	<u>1.121.574</u>

Os saldos das contas a pagar a fornecedores – facturas em recepção e conferência, correspondem essencialmente às compras de matérias-primas de petróleo bruto, gás natural e de mercadorias em trânsito àquelas datas.

27. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS

É política do Grupo utilizar derivados financeiros para cobrir riscos de taxas de juro e riscos de flutuação da margem de refinação, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos e dos “cash-flows” futuros esperados da sua actividade.

Adicionalmente, o Grupo encontra-se exposto a riscos de flutuação de mercado, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos, e dos “cash-flows” futuros esperados da sua actividade.

Os movimentos ocorridos no Justo Valor repercutidos no Capital Próprio são como se segue:

Variação de Justo Valor nos capitais Próprios	Junho 2010	Junho 2009
Variação de Justo Valor em empresas subsidiárias	471	(7.056)
Variação de Justo Valor nos Interesses Minoritários	67	(109)
	538	(7.165)
Variação de Justo Valor recorrente da participação em empresas associadas	(73)	(775)

Os instrumentos financeiros derivados em carteira, durante o ano de 2010 e 2009, apresentam as seguintes evoluções:

Derivados sobre Taxa de Juro	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2009	-	-	(3.014)	(12)
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Pagamento/(Recebimento) de Juros durante o período	-	-	(368)	12
Recebimento/(Pagamento) de Juros reflectido em resultados	-	-	368	(12)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	-	-	13
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	(7.041)	(124)
Justo valor em 30 de Junho de 2009	-	-	(10.055)	(123)
Justo valor em 1 de Janeiro de 2010	-	-	(9.295)	(240)
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Pagamento/(Recebimento) de Juros durante o período	-	-	2.981	177
Recebimento/(Pagamento) de Juros reflectido em resultados	-	-	(2.981)	(177)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	1.785	-	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	404	134
Justo valor em 30 de Junho de 2010 (Nota 17)	1.785	-	(8.891)	(106)

Os juros suportados e obtidos com os derivados de taxa de juro estão classificados nas rubricas de Proveitos e Custos Financeiros.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

O impacto contabilístico a 30 de Junho de 2010 e a 30 de Junho de 2009 na rubrica do Custo da Venda pode ser visualizado no quadro seguinte:

Derivados sobre Commodities	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2009	-	114	-	(1.491)
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Alienações durante o período	-	(492)	-	522
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	492	-	(522)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	699	-	612
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2009	-	813	-	(879)
Justo valor em 1 de Janeiro de 2010	300	300	-	-
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Alienações durante o período	-	128	-	(274)
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(129)	-	274
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	(300)	789	(187)	(184)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2010 (Nota 17)	-	1.088	(187)	(184)

O Grupo Galp Energia transacciona igualmente uma característica de instrumentos financeiros denominados como futuros sobre commodities (Brent). Devido a sua elevada liquidez, pelo facto de serem transaccionados em Bolsa, os mesmos encontram-se classificados como parte integrante da rubrica de caixa e seus equivalentes. Os ganhos e perdas com os futuros sobre commodities estão classificados na rubrica de Custo das Vendas. Como os futuros são transaccionados em Bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração de Resultados, conforme quadro seguinte:

Futuros sobre Commodities (Brent)	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2009	-	460	-	-
Aquisições durante o período	-	33.803	-	-
Alienações durante o período	-	(36.857)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	4.674	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2009	-	2.080	-	-
Justo valor em 1 de Janeiro de 2010	-	1.378	-	-
Aquisições durante o período	-	23.105	-	-
Alienações durante o período	-	(17.617)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(5.532)	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2010	-	1.334	-	-

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

Durante o primeiro semestre de 2010, a Galp Power, S.A. adquiriu 550 lotes de Futuros sobre CO2 com vencimento a Dezembro de 2010. Estes Futuros sobre CO2 representam 550.000 toneladas/CO2 com uma valorização e registo contabilístico a 30 de Junho de 2010 no montante de mEuros 424 e classificados como activos financeiros ao justo valor por resultados - detidos para negociação. Os ganhos e perdas com Futuros sobre CO2, ascendem a mEuros 832 positivos e estão classificados em Resultados financeiros. Além destes futuros, a empresa Galp Power, S.A. transaccionou durante o primeiro semestre do ano de 2010 futuros sobre Electricidade. Estes futuros apresentam a 30 de Junho de 2010 uma valorização de mEuros 872 e são classificados como activos financeiros ao justo valor por resultados - detidos para negociação. Os ganhos e perdas com estes futuros ascendem a mEuros 151 negativos e estão classificados como Resultados financeiros. Como os futuros são transaccionados em Bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração de Resultados, devido a sua elevada liquidez, pelo facto de serem transaccionados em Bolsa, os mesmos encontram-se classificados como parte integrante da rubrica de caixa e seus equivalentes.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

Os instrumentos financeiros a 30 de Junho de 2010 apresentam as seguintes características:

Tipo de Derivado de Taxa de Juro	Taxa de Juro	Valor Nominal	Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
Activo				
Cobertura de Justo Valor				
Swap de taxa de juro	Paga Euribor 6m Recebe 3,438%	mEur 200.000	2013	1.785
Passivo				
Cobertura de Fluxo de Caixa				
Collar	Paga entre 3,25% e 1,75% Recebe Euribor 6m	mEur 12.248	2010	(51)
Caps	Paga Cap de 3,25% Recebe Euribor 6m	mEUR 4.083	2010	(5)
Cap com "Knock out"	Paga Euribor 12m com Cap 3,49% com knock-out 5,25% Recebe Euribor 3m	mEUR 5.180	2010	(8)
Swaps de taxa de juro	Paga entre 3,16% e 6,24% Recebe entre Euribor 3m e 6m	mEUR 317.415	2010 a 2013	(8.933)
				(8.997)
Tipo de Derivado sobre Commodities	Características	Valor Nominal	Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
Activo				
Swaps	Gás Natural	Buy 351.018 Mwh	2010	1.088
Passivo				
Swaps	Gás Natural	Sell 913.211 Mwh	2013	(187)
Swaps	Gás Natural	Sell 120.000 Mwh	2010	(184)
				(371)
Total de Activos				2.873
Não correntes (Nota 17)				1.785
Correntes				1.088
Total de Passivos				(9.368)
Não correntes				(9.078)
Correntes				(290)

Os derivados financeiros são denominados, segundo as normas IAS/IFRS, como “activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”. Os derivados financeiros sobre taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura da variação de taxa de juro de empréstimos são denominados como sendo de “cobertura de fluxo de caixa”. Os derivados financeiros sobre taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura da variabilidade do justo valor ou para colmatarem quaisquer riscos que possam afectar os resultados do exercício de empréstimos são denominados como sendo de “cobertura de justo valor”.

O justo valor dos mesmos foi determinado por entidades bancárias tendo por base modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites.

28. ENTIDADES RELACIONADAS

Durante o período findo em 30 de Junho de 2010, não ocorreram variações significativas nas Entidades relacionadas, face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

29. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos Administradores da Galp Energia para os semestres findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 compõe-se como segue (Nota 6):

Rubricas	Junho 2010	Junho 2009
Remunerações base	1.782	1.722
Gratificações e prémios	126	-
Plano de contribuição para fundo de pensões	318	318
Outros benefícios	161	171
	2.387	2.211

As remunerações pagas aos administradores da Galp Energia designados pelos accionistas ENI, S.P.A. e Amorim Energia, B.V., estão incluídas na rubrica de fornecimentos e serviços externos. Em 30 de Junho de 2010 e 2009 ascendem a mEuros 1.130 e mEuros 1.258 respectivamente.

Ao abrigo da política actualmente adoptada, a remuneração dos administradores da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo.

30. DIVIDENDOS

Os dividendos por conta do resultado líquido do exercício de 2009 atribuídos aos accionistas do Grupo ascenderam a mEuros 165.850, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 26 de Abril de 2010, tendo sido distribuídos e liquidados dividendos antecipados no montante de mEuros 49.755 durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e liquidados no período findo em 30 de Junho de 2010 o restante montante de mEuros 116.095.

No decurso do período findo em 30 de Junho de 2010 foram liquidados dividendos no montante de mEuros 1.117 na esfera das subsidiárias do grupo Petrogal.

Como consequência do referido anteriormente, no decurso do período findo em 30 de Junho de 2010, o Grupo pagou dividendos no total de mEuros 117.212.

31. RESERVAS PETROLÍFERAS

Durante o período findo em 30 de Junho de 2010, não foram efectuadas quaisquer actualizações dos estudos de avaliação do volume de Reservas petrolíferas, face aos utilizados nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Durante o período findo em 30 de Junho de 2010, não ocorreram variações significativas na Gestão de riscos financeiros, face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

33. ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Activos contingentes

- i) Na sequência da venda realizada no exercício contabilístico de 1999 de 40% do capital social da OPTEP, SGPS, S.A., representada por 440.000 acções com valor nominal por acção de 5 Euros, foi estabelecido contratualmente o preço base de venda de mEuros 189.544 tendo sido atribuído um valor de mEuros 74.818 ao segmento da 093X e um valor de mEuros 114.726 ao segmento E3G/Edinet.

A venda celebrada por parte da GDP, SGPS, S.A. (actualmente designada Galp Energia, SGPS, S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2008) e Transgás, S.A. (actualmente designada Galp Gás Natural, S.A.) à EDP, S.A., foi estabelecida com o condicionalismo de caso a OPTEP, SGPS, S.A. a 093X ou qualquer entidade directa ou indirectamente controlada ou participada pela EDP viesse a vender ou por qualquer modo alienar a terceiros uma participação equivalente a 5% da Optimus, ou seja, 450.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada, no prazo de três anos a contar da assinatura do acordo (24 de Junho de 1999), a diferença entre o valor de mEuros 74.818 e o valor dessa alienação seria repartida entre as partes no seguinte modo:

mEuros por cada 220.000 acções	EDP	Grupo GDP
Entre 37.409 e 42.397	0%	100%
Entre 42.397 e 52.373	25%	75%
Mais de 52.373	75%	25%

Este acordo foi objecto de um aditamento em 28 de Setembro de 2000 entre as partes: GDP, SGPS, S.A., Transgás, SGPS, S.A. (actualmente designada GDP Distribuição, SGPS, S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006), Transgás, S.A. e EDP, S.A., tendo sido prorrogado o prazo de repartição da eventual mais-valia obtida com a venda futura das acções da Optimus até 31 de Dezembro de 2003.

Em 22 de Março de 2002, a EDP anunciou a venda, da participação detida na OPTEP, SGPS, S.A., empresa que detém 25,49% do capital da Optimus, S.A. à Thorn Finance, S.A.. O preço de venda foi estipulado em mEuros 315.000, o que significa que a Thorn Finance valorizou a Optimus em mEuros 1.235.779, portanto, acima do valor estipulado entre as partes, que foi de mEuros 748.197. Assim, haverá lugar a um “upside” para estas empresas, a pagar pela EDP, S.A. no montante de mEuros 30.253, a repartir em partes iguais entre a GDP, SGPS, S.A. (fundida na Galp Energia, SGPS, S.A. com efeitos a 1 de Janeiro de 2008) e a Transgás, SGPS, S.A. (actualmente designada GDP, SGPS, S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006).

Uma vez que a EDP não deu o seu acordo a estas expectativas do Grupo, não foi efectuado o registo contabilístico desta conta a receber.

- ii) Em 19 de Novembro de 2009 foi proferido o acordo do Tribunal Arbitral relativo a processos em contencioso por fornecimento de imobilizado, segundo o qual a Empresa terá a receber um montante de, aproximadamente, mEuros 2.400.

Em 30 de Junho de 2010, a empresa não registou quaisquer montantes relativos a este assunto por razões de prudência, e dado que, na presente data, existe uma incerteza quanto ao momento e valor de realização daqueles montantes.

Responsabilidades contingentes

Em 30 de Junho de 2010 a Empresa e as suas subsidiárias tinham as seguintes responsabilidades contingentes:

- i) No decurso do semestre findo em 30 de Junho de 2010 o tribunal arbitral proferiu o acórdão sobre a arbitragem que opunha a Galp ao fornecedor de gás natural NLNG sobre a revisão da formula de preço do gás natural num dos contratos, no qual foram definidos os pressupostos da nova formula de preço acordar entre as partes. Em virtude de ser entendimento da Administração da Empresa com base na comunicação com a ERSE que o incremento resultante do preço passado relativo a vendas ao mercado regulado ser recuperado, a provisão constituída para este assunto que ascende ao montante mEuros 81.650 (Nota 25) em 30 de Junho de 2010 foi actualizada por forma a reflectir a responsabilidade com o incremento de preço passado relativo a vendas no mercado não regulado, atendendo o acórdão do tribunal arbitral;
- ii) Diversas autarquias locais exigem pagamentos (liquidações e execuções) respeitantes a licença de subsolo com tubagens de gás existentes, por parte das empresas concessionárias da distribuição e comercialização de gás natural, no montante total de mEuros 36.840. Por não concordarem com as autarquias as empresas do Grupo impugnaram/opuseram-se às liquidações efectuadas, encontrando-se a maioria em processos judiciais em curso. Para este efeito foram constituídas garantias.

Acresce referir que, no decurso das negociações do Contrato de Concessão entre a Direcção Geral de Energia e Geologia e as empresas concessionárias do Grupo, foi acordado, entre outros assuntos, ser reconhecido à Concessionária o direito de repercutir, para as entidades comercializadoras de gás natural e para os consumidores finais, o valor integral das taxas de ocupação do subsolo liquidado pelas autarquias locais que integram a área de concessão na vigência do anterior contrato de concessão mas ainda não pago ou impugnado judicialmente pela Concessionária, caso tal pagamento venha a ser considerado obrigatório pelo órgão judicial competente, após transito em julgado da respectiva sentença, ou após consentimento prévio e expresso do Concedente. Os valores que vierem a ser pagos pela Concessionária em cada ano civil, relativos às taxas de ocupação de subsolo, serão repercutidos sobre as entidades comercializadoras utilizadoras das infra-estruturas ou sobre os consumidores finais servidos pelas mesmas, durante os exercícios seguintes, nos termos a definir em Regulamento Tarifário;

- iii) Processos de liquidações adicionais de IRC no montante total de mEuros 65.419;
- iv) Em 30 de Junho de 2010 encontra-se em curso um processo judicial de impugnação do processo de licenciamento da central de ciclo combinado a gás natural de Sines interposta pela Endesa Generación Portugal, S.A. contra o Ministério da Economia e Inovação, ocupando a Galp Power, SGPS, S.A. a posição de contra-interessada. A Galp Power, SGPS, S.A. impugnou este processo judicial. A Administração da Empresa, suportada nos pareceres jurídicos dos seus advogados, entende que decorrente do referido processo não resultará qualquer responsabilidade nem se encontra afectada a legitimidade do investimento já efectuado;
- v) Processos de liquidações adicionais de IRP em Angola no montante total de mEuros 45.704, correspondente ao montante de mUSD 60.641, que se encontram provisionados na parcela que o Grupo entende necessária.

Outros compromissos financeiros

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo e não incluídos no balanço em 30 de Junho de 2010 são:

- mEuros 304.088, mEuros 6.727, mEuros 774 e mEuros 23.588 de responsabilidades cobertas pelos Fundos de Pensões Petrolgal, Sacor Marítima, Saaga e Grupo GDP, respectivamente;
- mEuros 448.009 relacionados com encomendas não satisfeitas de activos tangíveis;
- mEuros 58.456 de responsabilidades do Grupo Petrolgal com o Plano de pensões, respectivamente, não registados nas demonstrações financeiras por estarem dentro dos limites do “corredor” de 10% ou por corresponderem a excesso de corredor ainda não reconhecido na demonstração de resultados;
- mEuros 8.668 de responsabilidades do Grupo GDP com o Plano de pensões, respectivamente, não registados nas demonstrações financeiras por estarem dentro dos limites do “corredor” de 10% ou por corresponderem a excesso de corredor ainda não reconhecido na demonstração de resultados;
- mEuros 3.317 relacionados com letras a receber descontadas no sistema bancário e não vencidas;
- Durante o primeiro semestre de 2010 a Empresa prosseguiu a utilização do biodiesel de 1ª geração (FAME), obtido por transesterificação dos óleos vegetais, como componente do gasóleo rodoviário assim cumprindo a obrigação de incorporação (6,75% v/v) incluída na legislação em vigor desde o início do ano. Em paralelo a

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

Empresa continuou com os projectos de produção de óleo vegetal em Moçambique e no Brasil como matéria-prima para a Unidade Ecofining da 2ª Geração assinando juntamente com o AICEP e a Petrobrás o acordo sobre o desenvolvimento do projecto de produção integrada de biodiesel de 2ª geração com óleo de palma proveniente do Estado do Pará no Brasil. A Empresa durante o primeiro semestre de 2010 participou de forma proactiva nas consultas publicas iniciadas pela a DGEG sobre o PNAER e a legislação relativa ao sector dos biocombustíveis. As tendências verificadas nestes documentos indicam que haverá contexto legislativo favorável para a construção da unidade de Ecofining em Sines.

- A Galp Power, SGPS, S.A. na qualidade de accionista da Ventinveste, S.A. tem como compromisso e responsabilidade, no âmbito do contrato e demais acordos celebrados com a DGEG, o cumprimento integral e tempestivo de 1/3 das obrigações referentes ao projecto eólico, caracterizado pela promoção, construção e exploração dos Parques Eólicos.

As obrigações contratuais estão salvaguardadas através de garantia bancária autónoma, incondicional e à primeira solicitação, no valor de mEuros 25.332 e por fiança prestada pelos accionistas Galp Power, Martifer e Enersis igualmente no mesmo valor e dividida em partes iguais, cujo total corresponde a cerca de 10% do Investimento Directo total, no montante de mEuros 50.665. O montante da caução será reduzido, em cada semestre, em função da fracção do investimento contratado que tenha sido concretizada no semestre anterior.

Como garantia do empréstimo contraído pela Carriço Cogeração – Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A. foi constituída uma hipoteca a favor do BES Investimento e do BES, incidente sobre o direito de superfície de uma parcela de terreno no concelho de Pombal, adquirido pela Empresa pelo período de 15 anos, até ao montante máximo de mEuros 28.237.

A Galp Power, SGPS, S.A. constituiu-se fiadora e principal pagadora de um crédito da sua subsidiária Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.. O limite da fiança é de 65% que corresponde à participação social na empresa, atingido no seu máximo o montante de mEuros 11.700.

- O grupo Galp tem contratado empréstimos bancários que em alguns casos apresentam "covenants" que podem, caso sejam accionados pelas entidades bancárias, conduzir ao reembolso antecipado dos montantes tomados. Os "covenants" existentes no Grupo Galp consubstanciam-se essencialmente no cumprimento de rácios financeiros que pretendem acompanhar a situação financeira da Companhia, nomeadamente a sua capacidade para garantir o serviço da dívida. Em alguns casos estes "covenants" estão relacionados com a eventual alteração da estrutura accionistas, podendo por avaliação do Banco ser exigido o reembolso da dívida. Os valores destes rácios financeiros no fecho de contas no primeiro semestre de 2010 não colocam em risco a manutenção da vigência dos empréstimos contratados.

Garantias prestadas

Em 30 de Junho de 2010 as responsabilidades por garantias prestadas ascendiam a mEuros 158.235 e mUSD 28.025, sendo constituídos essencialmente por:

- Garantias no montante de mEuros 56.841 prestadas a favor da Direcção Geral dos Impostos;

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

- Garantias no montante de mEuros 5.289 constituídas a favor do Tribunal Administrativo Fiscal, anteriormente designado por Tributário de 1ª Instância de Lisboa - 5º juízo - 1ª secção, destinada a servir de caução ao pagamento exigido pela Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação de subsolos;
- Garantias no montante de mEuros 27.437 prestadas a Câmaras Municipais, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação do subsolo;
- Garantias no montante de mEuros 5.500 prestadas ao Estado Português destina-se a assegurar o bom cumprimento do contrato de concessão de distribuição de gás natural, da LisboaGás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.;
- Garantias no montante mEuros 11.052 constituídas a favor da Direcção Geral de Geologia e Energia destinam-se a garantir o integral cumprimento das obrigações assumidas pela Empresa no âmbito do plano de execução da construção das infra-estruturas, referente à exploração de redes locais autónomas de gás natural em Vila Real, Bragança e Chaves; e atribuição de capacidade de injeção de potência na rede do sistema eléctrico de serviço público;
- Garantia no montante de mEuros 5.000 prestada ao Estado Português pelas obrigações e deveres emergentes do Contrato de Concessão de serviço público de armazenamento subterrâneo de gás natural a atribuir pelo Estado Português à Transgás Armazenagem, S.A.;
- Garantias prestadas a Tribunais no montante de mEuros 82 pela Caixa Geral de Depósitos devido a acções litigiosas relacionadas com servidões;
- Garantias de fiança relativamente a 27,4% (participação financeira da Galp Gás Natural, S.A.) dos seguintes créditos concedidos à EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Limited:

	Tipo	Parte Galp Gás Natural mUSD
BEI	Bancária	22.545
ICO	Bancária	5.480
		<u>28.025</u>

- Garantias prestadas no montante de mEuros 884 a favor do Instituto de Estradas de Portugal foram estabelecidas ao abrigo da alínea a) do art.15º do Decreto-lei 13/71 de 23/01 e têm como objectivo a licença para instalação de condutas de gás natural, paralelismos e atravessamentos de estradas;
- Garantia prestada no montante de mEuros 1.734 a favor da EDP - Energias de Portugal, S.A. para garantir o fornecimento de gasóleo às centrais termoeléctricas das ilhas de Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Faial, Pico e Flores;
- Garantia prestada no montante de mEuros 1.000 a favor da EDF - Electricidade de França, para garantir que a Empresa possa operar no mercado de electricidade francês;

- Garantia prestada no montante de mEuros 3.000 a favor da EDP – Distribuição de Energia, S.A., para garantir que a empresa possa fornecer electricidade no mercado eléctrico português;
- Em 30 de Junho de 2010, existiam garantias no montante de mEuros 41.096 a favor de terceiros por conta de empresas do grupo e associadas;
- Em 30 de Junho de 2010, existiam ainda outras garantias no montante de mEuros 7.281 constituídas a favor de terceiros para garantia da boa e integral execução e cumprimento das obrigações decorrentes de contratos celebrados entre as partes.

34. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Na actividade de Refinação, apresentam-se como principais desafios, o cumprimento dos objectivos de redução de emissão de gases com efeitos de estufa para o período compreendido entre 2008 e 2012, definido pelo Protocolo de Quioto, a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações e o aumento da eficiência energética.

O Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-lei 243-A/2004, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 230/2005, de 29 de Dezembro, estabelece o regime do comércio de emissões de gases com efeito de estufa (Diploma CELE), e aplica-se às emissões provenientes das actividades industriais constantes no Anexo I do mesmo, nas quais estão incluídas instalações do Grupo Galp Energia.

Foi publicado em Diário da República o Despacho n.º 2836/2008, que aprova a lista de instalações existentes participantes no Comércio de Emissões, para o período 2008-2012, e a respectiva atribuição inicial de Licenças de Emissão (“LE”). O Grupo considera que a quantidade de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (GEE) atribuídas aos sectores da refinação e da cogeração operado pelo Grupo, para o período 2008-2012, de acordo com o referido Despacho, será suficiente para cobrir as necessidades das instalações, actualmente em operação e considerando os perfis de produção previstos para o quinquénio.

Durante o primeiro semestre de 2010, o Grupo Galp Energia foi informado pela Agência Portuguesa do Ambiente das licenças de emissão a serem atribuídas em definitivo à instalação de cogeração de Sines (incluída no quadro abaixo na instalação da Refinaria de Sines), que se repartem da seguinte forma até ao ano de 2012:

- 2009: 241.635 Ton/CO₂ (das quais 239.772 t CO₂ correspondem ao período de testes e ensaios);
- 2010: 169.735 Ton/CO₂;
- 2011: 44.248 Ton/CO₂;
- 2012: 44.248 Ton/CO₂.

No ano de 2009 foram adicionadas às licenças atribuídas, no âmbito do PNALE II, à instalação de Refinaria de Sines um número de licenças estimadas a serem atribuídas à cogeração de Sines equivalentes a 258.184 Ton/CO₂. Porém durante o ano de 2010 constatou-se que as licenças efectivamente atribuídas à cogeração de Sines relativas ao ano de 2009 foram 241.635 Ton/CO₂, tendo-se corrigido as licenças atribuídas em 2010 por este diferencial de estimativa.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

No quadro abaixo apresentam-se as instalações actualmente operadas pelo Grupo, as respectivas licenças anuais de emissão atribuídas no âmbito do PNALE II (Plano Nacional de Alocação de Licenças de Emissão), bem como as quantidades de emissões de gases com efeito de estufa (Ton/CO₂) por instalação:

Empresa	Instalações	Licenças detidas Ton/CO ₂ a 01/01/2010	Licenças Ton/CO ₂ atribuídas PNALE II	Licenças Ton/CO ₂ entregues	Licenças Ton/CO ₂ transferidas	Licenças Ton/CO ₂ vendidas	Licenças detidas Ton/CO ₂ a 30/06/2010	Gases emitidos durante o semestre de 2010 (a)	Previsão anual de emissão de gases 2010
Petrogal	Refinaria de Sines (b)	2.155.102	2.290.736	(1.728.219)	(480.000)	-	2.237.619	1.032.016	2.149.481
	Refinaria do Porto	974.285	1.098.025	(887.856)	(130.000)	-	1.054.454	455.571	947.453
		<u>3.129.387</u>	<u>3.388.761</u>	<u>(2.616.075)</u>	<u>(610.000)</u>	<u>-</u>	<u>3.292.073</u>	<u>1.487.587</u>	<u>3.096.934</u>
Carricho Cogeração Powercer	Cogeração	122.057	161.539	(120.987)	-	-	162.609	67.877	120.186
	Cogeração	47.965	47.192	(35.100)	(25.000)	-	35.057	14.730	33.340
		<u>170.022</u>	<u>208.731</u>	<u>(156.087)</u>	<u>(25.000)</u>	<u>-</u>	<u>197.666</u>	<u>82.607</u>	<u>153.526</u>
Galp Power	n.a.	-	-	-	635.000	(635.000)	-	-	-
		<u>3.299.409</u>	<u>3.597.492</u>	<u>(2.772.162)</u>	<u>-</u>	<u>(635.000)</u>	<u>3.489.739</u>	<u>1.570.194</u>	<u>3.250.460</u>

(a) Valores pro-forma de gases CO₂ emitidos, sujeitos a auditorias ambientais.

(b) Inclui na coluna de licenças atribuídas PNALE II, licenças da Cogeração de Sines, bem como ajustamento de 2009.

Durante o primeiro semestre de 2010, a Galp Power, S.A. adquiriu 550 lotes de Futuros sobre CO₂ com vencimento a Dezembro de 2010 (Nota 27). Estes Futuros sobre CO₂ representam 550.000 Ton/CO₂.

Durante o primeiro semestre de 2010 as instalações transferiram para a empresa Galp Power, S.A. a quantidade de 635.000 Ton/CO₂ em licenças que se encontravam em excesso, de anos anteriores sem expectativa de serem utilizadas. Como tal foi efectuado a venda dessa mesma quantidade em licenças em Bolsa a um preço médio de 15,41 €/Ton/CO₂ perfazendo um ganho líquido de mEuros 9.786 registado como proveito operacional (Nota 5).

O Grupo Galp Energia não reflecte nas suas demonstrações financeiras o reconhecimento de uma eventual valorização ou desvalorização de licenças atribuídas. Caso venha a adquirir ou vender licenças será efectuado o registo contabilístico.

Contudo, caso venha a ocorrer uma insuficiência de licenças serão constituídas as provisões adequadas, caso tal se revele o mais apropriado. Em 30 de Junho de 2010, as licenças atribuídas ao Grupo revelam-se superiores ao volume de gases emitidos, por conseguinte não foram constituídas provisões no exercício.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não aplicável.

36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de Julho de 2010.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Massimo Mondazzi

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Eng.^a Maria Rita Galli

4. RELATÓRIOS, OPINIÕES E PARECERES

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTRADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2010, da Galp Energia, SGPS, S.A. (“Empresa”) e suas subsidiárias (“Grupo”), incluída: no Relatório de Gestão, na Demonstração da Posição Financeira Consolidada (que evidencia um activo total de 8.423.516 milhares de Euros e capitais próprios de 2.585.431 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa no montante de 259.661 milhares de Euros), nas Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data e no correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e o conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira consolidada, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.

5. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
6. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira semestral consolidada.

Parecer

7. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2010 referida no parágrafo 1 acima da Galp Energia, SGPS, S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) aplicadas, com excepção das situações descritas na Nota 2.1 do Anexo, de forma consistente entre exercícios, e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

8. Conforme referido na Nota 2.1 do Anexo, a Empresa adoptou pela primeira vez, com referência a 1 de Janeiro de 2010, a IFRC 12 – Acordos de concessão de Serviços, tendo reexpresso a informação financeira referente ao período findo em 31 de Dezembro de 2009 e 30 de Junho de 2009, apresentada para fins comparativos.

Lisboa, 29 de Julho de 2010

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo

DECLARAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO APRESENTADA

ARTIGO 246.º N.º1 ALÍNEA C) DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 246.º n.º1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A. (Galp Energia) declara que:

Tanto quanto é do seu conhecimento a informação prevista na alínea a) do n.º1 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes que ocorreram no

período a que se refere e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, 29 de Julho de 2010

O CONSELHO FISCAL

Presidente:

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogais:

José Gomes Honorato Ferreira

José Maria Rego Ribeiro da Cunha

4. INFORMAÇÃO ADICIONAL

DEFINIÇÕES

EBITDA

Resultados operacionais mais depreciações, amortizações e provisões. O EBITDA não é uma medida directa de liquidez e deverá ser analisado conjuntamente com os cash flows reais resultantes das actividades operacionais e tendo em conta os compromissos financeiros existentes

Galp Energia, Empresa ou Grupo

Galp Energia, SGPS, S.A. e empresas participadas

IRP

Imposto sobre o rendimento gerado nas vendas de petróleo em Angola

Margem Cracking Roterdão

Margem *Cracking* de Roterdão é composta pelo seguinte perfil: -100% *dated Brent*, +2,3% LPG FOB *Seagoing* (50% Butano + 50% Propano), +25,4% PM UL NWE FOB Bg, +7,4% Nafta NWE FOB Bg., +8,5% *Jet* NWE CIF, +33,3% ULSD 50 ppm NWE CIF Cg e +15,3% LSFO 1% FOB Cg.; C&Q: 7,7%; Taxa de terminal: 1\$/ton; Quebras oceânicas: 0,15% sobre o *dated Brent*; Frete 2010: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe / Roterdão - Raso 5,22\$/ton (Frete 2009: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe / Roterdão - Raso 6,04\$/ton). Rendimentos mássicos.

Margem *Hydroskimming* + Aromáticos + Óleos Base de Roterdão

Margem *hydroskimming* de Roterdão: -100% *dated Brent*, +2,1% LPG FOB *Seagoing* (50% Butano+ 50% Propano), +15,1% PM UL NWE FOB Bg, +4,0% Nafta NWE FOB Bg., +9% *Jet* NWE CIF Cg, +32,0% ULSD 10 ppm NWE CIF Cg. e +33,8% LSFO 1% NWE FOB Cg.; C&Q: 4,0%; Taxa de terminal: 1\$/ton; Quebras oceânicas: 0,15% sobre o *dated Brent*; Frete 2010: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe / Roterdão - Raso 5,22\$/ton (Frete 2009: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe / Roterdão - Raso 6,04\$/ton).

Margem aromáticos de Roterdão: -60% PM UL NWE FOB Bg, -40,0% Nafta NWE FOB Bg., +37% Nafta NWE FOB Bg., +16,5% PM UL NWE FOB Bg, +6,5% Benzeno Roterdão FOB Bg, +18,5% Tolueno Roterdão FOB Bg, +16,6% Paraxileno Roterdão FOB Bg, +4,9% Ortoxileno Roterdão FOB Bg.; Consumos: -18% LSFO 1% CIF NEW. Rendimentos mássicos.

Margem refinação Óleos Base: -100% *Arabian Light*, +3.5% LPG FOB *Seagoing* (50% Butano+ 50% Propano), +13,0% Nafta NWE FOB Bg., +4,4% *Jet* NWE CIF, +34,0% ULSD 10 ppm NWE CIF, +4,5% VGO 1,6% NWE FOB cg, +14,0% Óleos Base FOB, +26% HSFO 3,5% NWE Bg.; Consumos: -6,8% LSFO 1% NWE FOB Cg.; Quebras: 0.6%; Taxa de terminal: 1\$/ton; Quebras oceânicas: 0,15% sobre o *dated Brent*; Frete 2010: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe / Roterdão - Raso 5,22\$/ton (Frete 2009: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe / Roterdão - Raso 6,04\$/ton). Rendimentos mássicos.

Margem *hydroskimming* + Aromáticos + Óleos Base de Roterdão = 65% Margem *hydroskimming* de Roterdão + 15% Margem aromáticos de Roterdão + 20% Margem refinação Óleos Base.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2010

Replacement Cost ("Rc")

De acordo com este método, o custo das mercadorias vendidas é avaliado a *Replacement Cost*, isto é, à média do custo das matérias-primas no mês em que as vendas se realizam e independentemente das existências detidas no início ou no fim dos períodos. O *Replacement Cost* não é um critério aceite pelas normas de contabilidade (POC e IFRS), não sendo consequentemente adoptado para efeitos de avaliação de existências e não reflectindo o custo de substituição de outros activos.

ABREVIATURAS:

ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

bbl: barris;

BBLT: Benguela, Belize, Lobito e Tomboco;

bbl/d: barris por dia;

Bg: Barges;

Cg: Cargoes;

CIF: Costs, Insurance and Freights;

CLC: Companhia Logística de Combustíveis;

CLH: Companhia Logística de Hidrocarburos, S.A.;

CMP: Custo Médio Ponderado;

CPT: Compliant Piled Tower;

DGEG: Direcção Geral de Energia e Geologia;

E&P: Exploração & Produção;

EUA: Estados Unidos da América;

€: Euro;

FCC: Fluid Catalytic Cracking;

FIFO: First In First Out;

FOB: Free on Board;

G&P: Gas & Power;

GNL: Gás Natural Liquefeito;

IAS: International Accounting Standards;

IFRS: International Financial Reporting Standards;

LIFO: Last In First Out;

LSFO: Low sulphur fuel oil;

m³: metros cúbicos;

OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo,

PM UL: Premium unleaded;

p.p.: pontos percentuais;

PSA: Production Sharing Agreement;

R&D: Refinação & Distribuição;

RCA: Replacement cost ajustado;

s.s.: sem significado;

SXEP: Índice DJ Europe Oil & Gas;

TL: Tômbua Lândana;

ULSD CIF Cg: Ultra Low sulphur diesel CIF Cargoes;

Usd: dólar dos Estados Unidos.

Galp Energia, SGPS, S.A.

Relações com Investidores

Tiago Villas-Boas, Director
Inês Santos
Maria Borrega
Pedro Pinto
Samuel Dias

Contactos :

Tel: +351 21 724 08 66
Fax: +351 21 724 29 65

Morada: Rua Tomás da Fonseca, Torre A, 1600-209
Lisboa, Portugal

Website: www.galpenergia.com

Email: investor.relations@galpenergia.com

Reuters: GALP.LS

Bloomberg: GALP PL